

EDIÇÃO

Nº 02/2023

VOL 4



CONTEXTOS



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS
E EMPREENDEDORISMO

CONTEXTOS

**Santo Antônio de Jesus – BA
2023**

Revista Contextos

ISSN 2764-7099 (Versão Online)

Entidade Mantenedora

Centro de Estudos Superiores de Santo Antônio de Jesus

Mantenedor

Antônio Carlos Lé Martini

Instituição

Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Reitor

Antônio Carlos Lé Martini

Pró – ReitoriaMariana Martini Corrêa
Rita de Cássia Vieira Matos**Equipe Editorial****Comitê Editorial**Antônio Pedro Moura de Oliveira, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Cynthia Barreto Santos Souza, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP
Carolina Orrico Santos, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP
Edilson Araújo Pires, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Jânio Roque Barros de Castro, Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Janúzia Souza Mendes de Araújo, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Maria Iraídes Silva de Almeida Matias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBaiano
Ricardo Lopes de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBaiano
Tiana Pereira dos Santos Cerqueira, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP**Editores Setoriais****Editor Gerente**

Sérgio Roberto Lemos de Carvalho, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editor - Engenharias

Felipe Gomes Frederico da Silveira, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editora - Ciências da Saúde

Tiana Pereira dos Santos Cerqueira, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editor - Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Romilson da Silva Sousa, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editora - Educação e Humanidades

Cristiane Lopes da Mota, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editora de Texto

Cynthia Barreto Santos Souza, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Ficha Catalográfica

CONTEXTOS. Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo – UNIFACEMP - V.4, n. 2, 2023.

Semestral.

ISSN: 2764-7099 (Versão Online)

1. Ciências da Saúde 2. Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente 3. Educação e Humanidades 4. Engenharias

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que estamos levando a toda a comunidade a revista CONTEXTOS, fruto de trabalhos científicos de nossos professores, alunos e colaboradores. Com essa publicação desejamos aproximar o conhecimento desenvolvido no meio acadêmico de toda a sociedade.

A nossa revista, como veículo de disseminação do conhecimento levará a diversos segmentos da sociedade, ideias e estudos desenvolvidos em nossa e em outras instituições colaboradoras. Temas e estudos abordados não se extinguirão neste volume, mas, por certo servirão de inquietação e ponto de partida para discussões tão necessárias no meio científico.

Assim, esperamos que esse instrumento de divulgação permita atingir nossos objetivos possibilitando, leitura, interpretação, discussões, críticas e inquietações que visem fomentar e aperfeiçoar a ciência no meio acadêmico em benefício de toda a sociedade.

A todos empenhados nesse mister nossos sinceros agradecimentos.

Prof. Antônio Carlos Lé Martini
Reitor do UNIFACEMP

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO DO VOLUME 4 – SÉRIE 2023**
Cíntia Barreto Santos Souza
- POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO E O TRABALHO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL** 122-135
Alana de Jesus Souza e Tainara de Jesus Souza
- ABORTO E SAÚDE PÚBLICA: UM RETRATO RACIALIZADO E DE GÊNERO** 136-150
Maria Clara Silva Santos, Lucas Bastos dos Santos e Chirlene Oliveira de Jesus Pereira
- A MUSCULAÇÃO NO TRATAMENTO DA CONDROMALÁCIA PATELAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA** 151-166
Gustavo Araújo e Thyerre Torres
- DOR QUE NÃO CICATRIZA: Genocídio e adoecimento materno** 167-180
Areli dos Santos Santana, Geislane de Jesus Reis e Chirlene Oliveira de Jesus Pereira
- ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS RETENTORES DE PINOS DE FIBRA DE VIDRO E DO NÚCLEO METÁLICO NA REABILITAÇÃO ESTÉTICA E FUNCIONAL** 181-195
Raiara dos Santos Melo Ribeiro e Sérgio Roberto Lemos de Carvalho
- OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA PROFISSÃO CONTÁBIL** 196-207
Leonardo do Espírito Santo de Carvalho
- A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS, MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS: NARRATIVAS** 208-221
Rafaela da Cunha Pinto e Cíntia Barreto Santos Souza

APRESENTAÇÃO DO VOLUME 4

A Contextos é um suporte de divulgação científica disponível para publicação de artigos acadêmicos autorais, produzidos pelos estudantes e professores pesquisadores do UNIFACEMP - Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP, em Santo Antônio de Jesus, Ba.

O conceito da revista é expresso na feição multidisciplinar da coletânea. Assim sendo, a proposta reúne saberes, áreas de conhecimentos, conceitos e teóricos interessados na publicação e circulação de textos acadêmicos variados. O volume 04 do periódico traz sete artigos organizados pelos autores, a saber: **POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO E O TRABALHO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL**, Alana de Jesus Souza e Tainara de Jesus Souza. No texto, as autoras problematizam o processo de ressocialização no sistema prisional e ampliam o debate propondo uma reflexão sobre os impactos da política pública, enquanto vetor de efetividade de desenvolvimento desse.

Na sequência, Maria Clara Silva Santos, Lucas Bastos dos Santos e Chirlene Oliveira de Jesus Pereira escrevem sobre **ABORTO E SAÚDE PÚBLICA: UM RETRATO RACIALIZADO E DE GÊNERO**. Trata-se de um ensaio teórico acerca da temática aborto, relacionando-o às questões de raça e gênero.

A MUSCULAÇÃO NO TRATAMENTO DA CONDROMALÁCIA PATELAR, proposto por Gustavo Araújo, Thyerre Torres explicita a relação musculação e aumento da condromalácia patelar, um dano na cartilagem articular da patela. Em, **DOR QUE NÃO CICATRIZA: Genocídio e adoecimento materno**, Areli dos Santos Santana, Geislane de Jesus Reis e Chirlene Oliveira de Jesus Pereira revelam estatísticas de mortalidade de jovens negros e repercussões como o luto materno.

O texto seguinte é uma **ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS RETENTORES DE PINOS DE FIBRA DE VIDRO E DO NÚCLEO METÁLICO NA REABILITAÇÃO ESTÉTICA E FUNCIONAL**, estudo realizado por Raiara dos Santos Melo Ribeiro e Sérgio Roberto Lemos de Carvalho. Os autores apresentam uma revisão de literatura de caráter exploratório e abordagem qualitativa.

O texto **“OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA PROFISSÃO CONTÁBIL”**, de Leonardo do Espírito Santo de Carvalho é o resultado de uma pesquisa que tem como objetivo demonstrar os principais impactos da tecnologia na

profissão contábil, os novos desafios e adaptações para os profissionais em ambiente corporativo.

Finalmente o último estudo, A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS, MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS: NARRATIVAS resultou de uma pesquisa de campo, realizada por Rafaela da Cunha Pinto e orientada por Cinthia Barreto Santos Souza com mulheres associadas ao projeto Acolher. Enquanto participantes da pesquisa, elas constituíram o grupo focal e mediante narrativas espontâneas buscaram identificar aspectos psicossociais que justificam a permanência feminina em contexto de relacionamentos abusivos.

A Revista Contextos é um convite à leitura de temas relevantes no âmbito da realidade onde os objetos de estudo atijam a curiosidade pessoal e científica.

Profa. Dra. Cínthia Barreto Santos Souza

POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO E O TRABALHO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL

Resocialization public policies and the work of the social worker

Alana de Jesus Souza ¹
Tainara de Jesus Souza ²

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Bacharela em Serviço Social. daniellefacemp@hotmail.com.

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestra em Ciências Sociais – UFRB. tainarasi@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2102577151804593>

RESUMO

O sistema prisional brasileiro favorece a individualidade e a segregação cada vez maior dos indivíduos; estes encontram dificuldades que tornam complexo o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo, culminando com a impossibilidade de ações que se comprometam com melhorias no seu *modus vivendi*. A efetividade do desenvolvimento de tal processo depende de políticas públicas com viés ressocializador, que se alinhem à promoção da transformação de vidas das pessoas em situação de prisão. Portanto, este artigo tem por objetivo discutir as principais dificuldades para o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo e como as políticas públicas podem contribuir com o mesmo. As fontes de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e a documental. A bibliográfica, obtida a partir de materiais como livros, artigos científicos, sites, monografias, teses e revistas; ou seja, trabalhos já construídos que se debruçaram sobre a temática. A pesquisa documental, composta por legislações, informações em sites do governo federal e periódicos, dentre outros. Desse modo, através dos métodos de estudo e levantamento de dados, foi abordado como o desenvolvimento de políticas públicas constitui-se na estratégia mais pertinente para que se possa instaurar um processo de ressocialização com efetividade no cenário prisional, quais as faces das suas dificuldades, e, também, como um profissional de Serviço Social pode ser de grande necessidade dentro desse ambiente para compreender as violações de direitos. Atentou-se, ainda, para as possíveis ações condizentes com a transformação social desses indivíduos em contato com o cárcere.

Palavras-chave: Desigualdade Social. Sistema Prisional. Serviço Social. Transformação social.

ABSTRACT

The Brazilian prison system favors the individuality and the increasing segregation of individuals; they encounter difficulties that make the development of an effective resocialization process complex, culminating with the impossibility of actions that are committed to improvements in their *modus vivendi*. The effectiveness of the development of such a process depends on public policies with a resocializing bias, which are aligned with the promotion of the transformation of the lives of people in prison. Therefore, this article aims to discuss the main difficulties for the development of an effective resocialization process and how public policies can contribute to it. The sources of data collection were bibliographic and documental research. The bibliographical, obtained from materials such as books, scientific articles, websites, monographs, thesis and magazines, i.e., works that have already been built on the theme. The documental research, composed of legislations, information from federal government

websites and periodicals, among others. Thus, through the study methods and data survey, it was approached how the development of public policies constitutes the most pertinent strategy so that a process of re-socialization with effectiveness can be established in the prison setting, what are the faces of its difficulties, and, also, how a Social Service professional can be of great need within this environment to understand the violations of rights. Attention was also paid to the possible actions consistent with the social transformation of these individuals in contact with prison.

Key words: Social Inequality. Prison System. Social Service. Social Transformation.

INTRODUÇÃO

Serão abordadas neste artigo, as principais dificuldades que tornam complexo o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo no sistema prisional brasileiro, apontando quais as instituições exercem maior poder de influência para que o retorno à vida em sociedade não seja um martírio a quem já se encontra em extrema vulnerabilidade social e emocional.

O modelo de sociedade atual, sob forte influência do capitalismo, vive de modo alienante, visando, como traz Garland (2008), um Estado que proporciona uma segurança de lucratividade, a qual favorece a individualidade e segrega cada vez mais os indivíduos. Foucault (1999) também colabora nesse artigo, afirmando que o sistema capitalista é o responsável por colocar à margem as pessoas que não ascendem economicamente, e, dessa forma, fica notável que, as mesmas, sem oportunidades, se envolvem com a criminalidade na tentativa de garantir sua sobrevivência.

É apresentado no estudo, também, a reflexão de como é possível trazer efetividade para esse processo por meio da implementação de políticas públicas de cunho ressocializador, que promova a transformação de vidas mesmo em meio à não perspectiva de melhorias. Será apresentado, ainda, como o Estado se movimenta por essas relações, promovendo, ou não, as condições necessárias para que de fato a ressocialização aconteça e seja benéfica às pessoas no contexto prisional.

Por conseguinte, abordar-se-á como o Serviço Social desenvolve algumas de suas atribuições nesse ambiente desafiador, a fim de contribuir na vida dessas pessoas de modo crucial para mudar a visão da exterioridade, que, por vezes, é impossibilitante e perversa para as pessoas que estão dentro ou fora do cárcere, justificando, portanto, as reincidências das prisões e no crime.

Assim, caímos numa contradição pertinente que nos leva a pensar, ao mesmo

tempo que queremos segurança, não ofertamos o necessário a quem “fere” esse nosso direito (tal direito garantido constitucionalmente e que abrange a todos cidadãos, inclusive a esses que nos “fere”), e, como querer estarmos seguros se na maioria das vezes excluimos ou segregamos o público que nos deixa com tal sensação de insegurança? É possível dessa forma, almejarmos mudanças de um público, que, de certa maneira vê a mudança como dificuldade justamente pela falta de oportunidade? Sendo assim, concluimos que sem oportunidades a quem mais precisa, essa lógica não fecha, então, busquemos avaliar como tem se espalhado a mesma e como ela afeta todo o conjunto social.

A COMPLEXIDADE DA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O sistema prisional brasileiro atualmente tem evidenciado uma crise com consequências alarmantes (descontrole do crime, estigmatização, ineficiência do Estado, geração da sensação de medo e insegurança, e, reincidências) não somente para a pessoa em situação de prisão, mas também, para aquela que já se encontra fora do sistema carcerário, e, para a sociedade em geral. Devido a tais consequências é necessário discutir a possibilidade de melhorar o sistema, e, uma forma consistente está pautada em um processo de ressocialização efetivo que possa lidar com pessoas que enfrentam as adversidades das relações que envolvem o contexto prisional.

A singularidade dos indivíduos envolvidos no sistema prisional torna o processo de ressocialização mais complexo, pois, neste, devem ser fornecidas orientações que favoreçam possibilidades de mudança na vida deles, sendo que a estes, são sempre despejadas todas as impossibilidades e negatividades, que se tornam empecilhos e obstáculos, conforme afirmam Ragazzi e Queiróz (2019, p. 10) “uma vez passando pela prisão, o indivíduo sofrerá vários tipos de violências tanto físicas como psicológicas, além do estigma que este carregará por toda vida, o de “criminoso”, o que dificultará sua reinserção na sociedade e no mercado de trabalho”.

Desse modo, o processo de ressocialização deve ser instituído de forma a facilitar a reinserção dessas pessoas em todos seus âmbitos sociais que lhes são garantidos legalmente, também, promover a tentativa de reparação dos danos à

vida delas, sejam eles, econômicos, políticos, culturais, sociais, os quais, também, são resultados da estigmatização social enfrentada por esses indivíduos.

O estigma aportado à vida das pessoas em situação de prisão, também, de quem já cumpriu sua pena, deixa marcas que criam diversas situações que impossibilitam o cotidiano, as vivências e as possibilidades das mesmas, pois, com o fato de terem passado por um ambiente segregacionista, a abordagem do afastamento e da ameaça passam a justificar a exclusão social, fomentando, assim, as desigualdades sociais.

O Estado, dentre as demais instituições, é o que tem a maior responsabilidade. A ele cabe todo o poder de organização social e autoridade sobre o comportamento do grupo (SILVA, 2005 *apud* SILVA JUNIOR, 2009). Sendo assim, para que um processo de ressocialização venha a ser efetivo, é fundamental que essa instituição esteja alinhada com objetivos sociais que transforme vidas.

No entanto, o Estado detém influências do sistema capitalista que visa a segurança dos “cidadãos de bem”, os quais exercem a chamada microfísica do poder (superioridade e inferioridade) dentre suas relações (FOUCAULT, 1999), e, aos que se encontram nas margens desse sistema (a grande parcela do conjunto social, principalmente, as pessoas envolvidas no sistema prisional) restam as mazelas, injustiças e a sobrevivência. Garland (2008, p. 374) colabora que “o Estado, agora, opera numa economia mesclada de provisão de segurança e controle do crime e suas agências têm que se adaptar ao mercado de segurança privada que cresceu ao longo dos últimos trinta anos”. Na contemporaneidade, o sistema capitalista é quem gerencia as relações, sendo assim, a ilegalidade, é integrada às condições de existência dos indivíduos, pois, na maioria das vezes aqueles que não compartilham da ascensão econômica e vivem à margem, passam pelo crime para prover sua subsistência (FOUCAULT, 1999).

Com o aumento dos crimes, o mercado da segurança privada vale-se dos seus mecanismos para lucrar com a insegurança e o medo presentes na sociedade, possibilitando, assim, sua expansão. O fato do Estado não garantir a proteção necessária e da mídia passar a visão de desproteção, evidencia, portanto, o uso de circuitos de monitoramento, como portões elétricos, grades, vigilância eletrônica etc., favorecendo cada vez mais a exclusão social (DAMÁZIO, 2010).

Para além dessa manipulação do capitalismo com o Estado, este, por ser responsável por todas as questões da pessoa em situação de prisão, tem por dever

apresentar as condições favoráveis para o restabelecimento da mesma, no entanto, não é isso que vemos, pois o sistema prisional brasileiro se encontra em condições precárias, o que impossibilita a efetividade do processo de ressocialização, como afirma Veyl (2016, p. 272 apud SILVA JUNIOR, E. et al. 2018, p. 6):

As condições infraestruturais, a superlotação dos presídios e o despreparo das instituições e dos profissionais atuantes na execução penal – exemplificados pela má-fé institucional – ferem, taxativamente, o Artigo 5º, III da Constituição Federal de 1988 que preconiza a não submissão de ninguém a qualquer tratamento desumano.

Desse modo, fica evidente o quanto o Estado é ineficiente não só em omissão, mas também, promovendo a violação dos direitos constitucionalmente garantidos, resultando em condições degradantes, as quais afetam as pessoas em situação de prisão, fisicamente, psicologicamente e moralmente, sem contar no âmbito social, que, por não haver possibilidades de desenvolvimento do processo de ressocialização efetivo, fica extremamente comprometido.

Em vista de um sistema prisional mal gerido e mal implementado, que não tem como metaobjetivos sociais para sua melhoria e nem respeita os direitos da Constituição Federal – CF de 1988 e da Lei de Execuções Penais - LEP de 1984, faz-se necessária a instauração de programas sociais com caráter de apoio psicossocial e jurídico, ações de qualificação profissional e inserção laboral, na tentativa de suprimir os efeitos degradantes do perverso e desumano cárcere (SOUZA E SILVEIRA, 2015).

O sistema prisional em seu funcionamento, não só no Brasil, mas também no mundo, não visa o âmbito social, dificultando, assim, o desenvolvimento de programas, projetos, ações e políticas públicas ressocializadoras. O ambiente ofertado pelos presídios não são favoráveis para que as pessoas em situação de prisão possam melhorar, pelo contrário, fomenta-se a lógica de que, quanto mais se retirar a cidadania, deteriorar os indivíduos, favorecer o mercado, suprimir seus direitos, aumentar a exclusão e segregação social, o processo de punição e correção está válido.

Assim, temos como resultado nesse processo de punição e correção, concretizado na privação de liberdade, recorrência das reincidências, pois, sem uma ressocialização efetiva, que traga benefícios e não malefícios às pessoas envolvidas com o sistema prisional, estas, não veem oportunidades de refazerem

suas vidas de maneira diferente de quando entraram para o “mundo do crime” e assim, voltam a cometer os mesmos delitos, ou piores, e retornam ao cárcere.

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Um processo de ressocialização efetivo, significa que serão implementadas ações por meio de programas, projetos e políticas que venham a modificar consideravelmente as condições de vida das pessoas dentro e fora do cárcere, pois, é este, que promoverá atividades, responsabilidades e compromissos para as mesmas, a fim de que o “mundo do crime” deixede ser um atrativo e passe a ser apenas um passado distante e sem retorno.

Esse processo somente se concretiza, quando oferta benefícios e oportunidades à vida das pessoas que passaram pelo sistema prisional. Pensar as condições atuais do cárcere é compreender os percalços que serão enfrentados na tentativa de reajustar as condições de vida dessas pessoas, pois, desenvolver a ressocialização sem uma visão direcionada para o social, torna impossível ver acontecer melhorias que repare a vida das mesmas.

Desse modo, o Estado com a sua visão voltada para objetivos sociais a fim de melhorarias no sistema prisional, precisa gerir através de suas ações, oferta de benefícios e oportunidades que reduza o caos encontrado atualmente, pois, somente dessa forma será imaginável a execução de políticas públicas realmente eficazes e com efetivos resultados para as pessoas em situação de prisão e as que já retornaram para a sociedade.

Conforme afirma Höfling (2001, p. 2):

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

O desenvolvimento de políticas públicas é o mais pertinente para que se possa instaurar um processo de ressocialização com efetividade, pois, dessa forma, o Estado se responsabiliza por prover os cuidados necessários para as pessoas do contexto prisional. Sendo assim, para que as políticas públicas se concretizem em

ação, o Estado necessita ser responsável por sua gerência, pois, a concepção e implementação das mesmas ficam a cargo do Governo.

Nessa perspectiva, o sistema prisional brasileiro, tem vertentes voltadas ao acesso as políticas públicas, principalmente, de trabalho, educação e saúde, mas também, de religião, esporte, lazer, tanto em âmbito privado quanto público. Essas políticas têm foco em oportunizar maior proximidade com as formas de organização social do mundo exterior, portanto, ações voltadas ao reestabelecimento do contato com a responsabilidade, o comprometimento e a construção de valores (MANFROI, 2016).

As políticas públicas de trabalho e educação são as mais fáceis de serem encontradas, porém, no geral, as políticas são desenvolvidas a partir de outras já existentes, só que, de forma a serem acrescentadas para o trabalho com a população carcerária.

Desse modo, dados apontados em uma realidade próxima, na Bahia, destaca a educação no sistema prisional. Segundo dados do jornal digital Brasil 247 (2019), no ano de 2015, a Penitenciária Lemos de Brito (PLB) havia apresentado 23% de um número total de

1.351 presos que voltaram a estudar, fruto de um novo Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional elaborado pelo governo do estado, com conteúdo programático do Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), correspondendo ao nível de formação que os presos possuem.

Outro exemplo de política pública de ressocialização ocorre em Santa Catarina, com o acesso ao trabalho. Cerca de 57% dos presos dessa localidade se ocupam com atividade laborativa, revelando-se, portanto, como o estado com maior número de presos trabalhando, conforme dados fornecidos pela Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (2013).

É notável, na comparação entre as políticas públicas dos dois estados acima citados, que Santa Catarina tem a maior porcentagem de resultados. No entanto, é necessário ressaltar as disparidades encontradas entre as duas regiões do país, Sul e Nordeste, onde os recursos são administrados de forma diferente, justamente, por terem suas dinâmicas nos âmbitos sociais, políticos e culturais divergentes.

Sendo assim, é possível perceber, que esses dados não são estupidamente elevados, no entanto, já se propõem a modificar a vida de uma parcela da população carceraria, que, antes, sem perspectiva alguma, passam a ter a oportunidade não

só de retomar as suas atividades, mas também, de buscar uma qualificação profissional e trabalho, ainda dentro da prisão ou fora dela, a fim de propiciar novas visões de futuro e retomada mais consistente para a sociedade, culminando no abandono do crime.

É importante destacar que, para a execução dessas ações ressocializadoras do Estado através de políticas públicas, são necessários profissionais comprometidos com seu fazer profissional e com os objetivos sociais propostos nessas políticas. Dentro da gama de profissões que contribuem para concretização das atividades, estão, o Serviço Social, que tem como um de seus espaços ocupacionais o ambiente prisional.

A CONTRIBUIÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Mesmo em meio a todos os obstáculos encontrados no já supracitado processo de ressocialização o (a) assistente social desempenhará suas atribuições a fim de garantir os direitos das pessoas em situação de prisão ou que já se encontram fora desse sistema, principalmente, no que tange a articulação da reintegração social. Atuará não somente no esclarecimento de direitos e deveres, mas também, contribuindo na tentativa de condições melhores para a vida dessas pessoas, resultando em um retorno efetivo para a sociedade.

Ao romper do século XIX, Foucault (1999) contribui afirmando que, a reforma penal, que levou a reconfiguração do sistema penal com vista a arte de privar a liberdade do infrator, se deu, ao passo de uma nova lógica implicada no crime, pois, esse ato passou a ser encarado como corrupção da conduta moral e ética do indivíduo, o criminoso “rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira (...). O menor crime ataca toda a sociedade; (...) (p. 76)”. Portanto, o crime não mais atinge um indivíduo isolado, mas sim, a coletividade, aquele que comete crimes, passou a ser um risco a segurança da sociedade em geral.

Pires (2013) afirma também que:

Visto sob uma perspectiva crítica, a prática do assistente social, assim como a dos outros profissionais que atuam no sistema penitenciário, só se justifica socialmente para o cumprimento desta tarefa, o que lhe atribui uma funcionalidade aos interesses do capital. Essa funcionalidade é mais significativa no que tange à reprodução ideológica, pois, ao se buscar

alcançar a finalidade ressocializadora mediante a mencionada reforma moral, a prática profissional se põe como contributo ao reforço e à reprodução da ideologia dominante e, em decorrência, da ordem burguesa. (PIRES, 2013, p. 362).

Desse modo, Foucault e Pires corroboram, trazendo que, pela lógica burguesa, deveria ser a partir da reprodução dessa ideologia, que as coisas deveriam caminhar nesse ambiente, pois, a oferta da privação de liberdade não poderia visar outra coisa que não fosse o reajustamento da conduta moral, através da ressocialização, daquele indivíduo, que não só rompeu com um pacto social, como também, expôs toda a sociedade a falta de segurança pública, portanto, não mais adequado que os profissionais atuassem para ressocializar, em outras palavras, trazer de volta a moral perdida como ditou o capital.

E, é com o passar do tempo, que, como Pires apresenta, os profissionais de Serviço Social e também outros profissionais se tornam funcionais dentro desses ambientes, a ideia de reforma da moral, vira competência para esses profissionais, e, mais adiante, se consolida em legislação, ainda buscando o mesmo viés, de reeducar as pessoas em situação de prisão, no entanto, agora, visando um processo de ressocialização mais trabalhado na criticidade.

Atualmente, a Lei de Execução Penal - LEP em seu 7º artigo garante a atuação do profissional de Serviço Social no sistema penitenciário, evidenciando assim a necessidade do(a) assistente social nesse ambiente que cada dia mais tem apresentado violação de direitos, precariedade e desumanidade. A lei também traz, em seu artigo 22 que a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Sendo, portanto, extremamente necessário para o desenvolvimento de um processo efetivo de ressocialização.

Fazendo um adendo ao parágrafo anterior, a forma como a legislação especifica o Serviço Social encontra-se equivocada, pois, quando nos referimos a assistência social, estamos falando de uma política pública pilar da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que tem sua organização por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e encontrada entre um dos três pilares da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), o correto mesmo deveria ser Serviço Social, que, é a nomenclatura exata da profissão.

Desse modo, tendo sua atuação legítima no ambiente prisional, o profissional visará um processo de ressocialização pautado na viabilização da garantia dos direitos, no desenvolvimento de políticas públicas ressocializadoras, na

minimização de danos à vida das pessoas envolvidas com o sistema prisional, na reintegração social e na melhoria externa das condições de vida das mesmas.

Iamamoto (1998, p. 20) colabora ainda, que:

O Assistente Social dispõe de um código de Ética profissional e embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras. O Assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementem políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou nos termos de Netto, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas, hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais.

Desse modo, o (a) assistente social terá um importante papel, como traz Iamamoto, o de contribuir com a formulação de políticas públicas, o que, nesse ambiente se traduz por, políticas públicas ressocializadoras, elevando suas capacidades, não só para o patamar de transformadores sociais, mas também, de criadores de mecanismos que podem ofertar mais oportunidades as pessoas em situação de prisão ou egresso desse sistema.

No que tange a atuação do (a) Assistente Social, conforme o artigo 11 da Lei nº 7.210/84, de maneira mais detalhada, para além da contribuição citada anteriormente, essas são competências executadas por este profissional dentro do sistema penitenciário, que vai desde questões de saúde até a aproximação com o mundo extramuros. Da Assistência Social, estabelece no artigo 23 que:

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:
I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;
II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;
III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;
IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;
V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;
VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima. (BRASIL, Lei nº 7.210/84).

Sendo assim, fica compreensível que mesmo as pessoas que se encontram ou já se encontraram no cárcere, são igualmente possuidores de direitos, e, mais, que merecem tratamento adequado para que o retorno a sociedade não venha a lhes causarem mais danos que o sistema causou com todas suas dificuldades e

impossibilidades, e, que, a atuação de um profissional de Serviço Social se torna fundamental para tal processo.

O trabalho no sistema prisional é extremamente relevante e desafiador para este profissional, pois trata-se de um ambiente onde há constantes violações de direitos, onde, lida com situações singulares delicadas do início ao fim do atendimento. Destacando aqui, que, não só para o profissional de Serviço social, mas também, qualquer outra área que desejar atuar nesse ambiente, estas, precisarão, portanto, ter a consciência plena de estar lidando com vidas que precisam ser transformadas e elevadas a um patamar de distanciamento de tudo que as levaram a estarem nesse lugar.

Pires (2013, p. 370), mestre e doutora em Serviço Social colabora afirmando que:

Dizendo de outro modo, envolve uma prática profissional que privilegie estratégias que propiciem à pessoa presa condições para que possa se perceber em suas potencialidades e capacidades e que, ajudando a fortalecê-las, possa contribuir com ela no enfrentamento, em melhores condições, dos óbices com os quais se deparará quando for posto em liberdade. Ou seja, não basta a volta à sociedade extramuros: a pessoa há que estar potencializada para o enfrentamento dos limites que essa realidade lhe impõe, assim como impõe para todos os indivíduos que nela vivem em condições alienadas e alienantes de existência.

O (a) assistente social, sendo um(a) profissional garantido de forma legítima para atuar com a população carcerária, irá desempenhar suas funções ao passo que busque estratégias para oportunizar a seus demandantes, o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, pois, o retorno a sociedade pode ser um obstáculo ainda maior, forçando-os a desistir e permanecer na “vida do crime”, portanto, é imprescindível que esse profissional contribua na vida dessas pessoas, promovendo mudanças de pensamentos que as leve a compreensão da realidade social a qual estão inseridos.

Nessa perspectiva, é possível desempenhar suas atribuições, por exemplo, indo de encontro a criação de estratégias que busquem a inserção no mercado de trabalho, seja, para quem ainda está no cárcere ou para quem já retornou a sociedade, criando assim, vínculos fortes com uma exterioridade benéfica e possibilitando renda para o seu sustento. O trabalho é uma atividade garantida por lei no art 28 da Lei de Execução Penal – LEP/1984, e, com colaboração do (a) assistente social para o egresso na mesma, legitimada no art 27 desta lei.

Assim, fica notável, o quão fundamental é o fazer profissional do (a) assistente social para a efetividade no processo de ressocialização, a fim de que a transformação social almejada, seja de fato concretizada, se refletindo em resultados benéficos não só para quem vive ou viveu o contexto prisional, mas também, para seus familiares e a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a efetividade do processo de ressocialização é garantir as mudanças necessárias para o sistema prisional atual, pois, como podemos discutir, sem objetivar o social, fica inviável a transformação de vidas nesse contexto. Sendo assim, para que o conjunto social desfrute de uma sociedade com menores índices de criminalidade, mais justiça e com mais segurança, como almejam, é imprescindível que a vida e aprendizado dessas pessoas que passaram por esse ambiente esteja em pauta constante.

O sistema prisional, contudo, expõe consequências desastrosas que impossibilitam o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo no país, que vai desde a estigmatização das pessoas em situação de prisão, passando pela ineficiência do Estado, a precariedade do ambiente, reincidências, até a promoção de segurança pela lógica capitalista.

As problemáticas encontradas no sistema carcerário atualmente nos leva a compreender quantas falhas precisam ser reparadas, mas, não simplesmente falhas sobre tipos de acontecimentos, são sobre vidas, que, por uma lógica infame, coloca uma parcela da população a viver de forma degradante e sem perspectivas de melhoria de conduta e retomada da vida distante de condutas delituosas.

O (a) assistente social seria o profissional, que, trabalharia na tentativa de minimizar violações de direitos, ao mesmo passo que garantiria os necessários legitimamente, promoveria articulação da reintegração social e lutaria contra a precariedade e desumanidade dentro do sistema prisional, deixando como resposta e resultado, condições reais de reestabelecimento da vida das pessoas envolvidas nesse sistema.

No entanto, é imprescindível ressaltar que o profissional de Serviço Social embora seja importante para a viabilização dos direitos, não consegue abarcar todas as questões sozinho, pois, são inúmeros fatores envolvidos, os quais, em suas partes

competem a outros profissionais a atuação, por isso a importância também do trabalho multidisciplinar nesse ambiente prisional.

Enquanto o sistema se encontra em um caos, a única e consistente alternativa à parte desses problemas seria o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo, com suas ações voltadas a políticas públicas ressocializadoras que proporcionem a transformação social, as quais ofertariam, trabalho, educação, esporte, religião e lazer, possibilitando as pessoas dentro ou já fora do cárcere uma visão de futuro para além do crime.

REFERÊNCIAS

BRASIL 247. Bahia tem 2º melhor sistema de educação em presídios. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/geral/bahia-tem-2-melhor-sistema-de-educacao-em-presidios>>. Acesso em 29 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, v. 5, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Seção 1, p68. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em 30 de abril de 2020.

DAMÁZIO, D. da S. **O sistema prisional no Brasil: problemas e desafios para o Serviço Social**. 2010. 91p. Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Geografia283197.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalheite. 30. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes** (São Paulo). São Paulo, ano XXI, nº 55, nov. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

MANFROI, I. Âmbito jurídico. **Políticas públicas de ressocialização na gestão do sistema carcerário**. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/politicas-publicas-de-ressocializacao-na-gestao-do-sistema-carcerario/>>. Acesso em 28 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **A assistência Social**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>>. Acesso em 26 de Julho de 2021.

PIRES, S. R. de A. Sobre a prática profissional do assistente social no sistema penitenciário. **Textos & Contextos** (Porto Alegre). Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 361 - 372, jul./dez. 2013. Disponível em: <

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/13614>>.

Acesso em 6 de maio de 2020.

RAGAZZI, S. dos S. B. S.; QUEIRÓZ, I. D. A ressocialização do preso no brasil: desafios para as políticas públicas em tempos de crise do capital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16^o, 2019, Brasília. Anais do 16^o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília: 2013. Disponível em: <

<http://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1112/1088>>. Acesso

em: 21 de abril de 2020.

SANTOS, M. N. dos. **A Contribuição do Serviço Social na Ressocialização de Detentos**. 2017. Disponível em:

<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/4643/MUNIQUE_NEUWIRTH_DOS_SANTOS-TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 de Julho de 2021.

SILVA JUNIOR, E. D. da.; NEVES, A. J.; VIEIRA, A. D. **Possibilidades e Desafios da Ressocialização**. 2018. Disponível

em:<<http://dspace.pm.go.gov.br:8080/xmlui/handle/123456789/1410>>. Acesso em 21 de abril de 2020.

SILVA JUNIOR, N. N. da. **O conceito de Estado**. 2009. Disponível em:

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-conceito-de-estado/#_ftn7>. Acesso em 19 de maio de 2020.

ABORTO E SAÚDE PÚBLICA: UM RETRATO RACIALIZADO E DE GÊNERO

Abortion and public health: a racialized and gendered portrait

Maria Clara Silva Santos¹
Lucas Bastos dos Santos²
Chirlene Oliveira de Jesus Pereira²

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Bacharela em Serviço Social. santossclara97@gmail.com

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – UFRB. lucasbastos91@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6608243758774726>

³ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestra e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - UFBA. chirlenepereira@hotmail.com

RESUMO

As desigualdades sociais no Brasil se refletem, sobretudo, na busca das mulheres vítimas de abortamento por atendimento no sistema de saúde. Essas mulheres enfrentam barreiras, para além das individuais e sociais, mas que também são estruturais e impregnadas pelo patriarcado, preconceito e racismo, expondo-as a situações de vulnerabilidade. As mais expostas a essas vulnerabilidades são as mulheres negras. O presente trabalho objetivou desenvolver um ensaio teórico acerca da temática aborto, identificando de que forma as questões de raça e gênero interferem na discussão do aborto no Brasil. O tema foi escolhido visto sua relevância social, uma vez que o aborto é uma das maiores causas de morte materna por todos os anos no país. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com abordagem qualitativa, por intermédio de pesquisas exploratórias e pesquisas explicativas.

Palavras-chave: Aborto; Desigualdade social; Patriarcado; Racismo; Serviço Social.

ABSTRACT

Social inequalities in Brazil are reflected above all in the search for abortion victims in the health system. These women face barriers that are not only individual and social, but also structural and impregnated by patriarchy, prejudice and racism, exposing them to situations of vulnerability. Those most exposed to these vulnerabilities are black women. The aim of this paper was to develop a theoretical essay on the subject of abortion, identifying how issues of race and gender interfere in the discussion of abortion in Brazil. The topic was chosen because of its social relevance, since abortion is one of the biggest causes of maternal death in the country every year. Bibliographical research and documentary research were used, with a qualitative approach, through exploratory research and explanatory research.

Key words: Abortion; Social inequality; Patriarchy; Racism; Social Work.

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais no Brasil se refletem, sobretudo, na busca das mulheres vítimas de abortamento por atendimento no sistema de saúde. Essas mulheres enfrentam barreiras, para além das individuais e sociais, mas que também são estruturais e impregnadas pelo patriarcado, preconceito e racismo, expondo-as a situações de vulnerabilidade. As mulheres negras são as mais expostas a essas barreiras, que começam desde a procura pelos serviços de saúde até o atendimento (GOES et al. 2020).

São as mulheres negras as principais vítimas da ilegalidade, uma vez que, ao estarem mais expostas ao aborto inseguro, sofrem mais com a violência obstétrica no serviço de saúde para finalização de um aborto que gerou complicações, seja ele provocado ou espontâneo. São elas, também, as mais denunciadas após o procedimento por profissionais de saúde, o que culmina numa das principais formas de entrada das brasileiras no sistema penal. As mulheres negras sofrem com o medo de serem maltratadas e criminalizadas, por isso demoram a procurar pelos serviços de saúde, mesmo numa situação de agravamento do quadro clínico (GOES, 2019, p.41-42).

A trajetória das mulheres na busca por seus direitos advém de décadas. Entre esses direitos está o acesso aos serviços de saúde de qualidade; mas isso não acontece efetivamente no Brasil, mesmo com a implantação de políticas públicas nas quais integram a saúde sexual e reprodutiva de mulheres. A saúde da mulher foi inserida nas políticas nacionais no início do século XX, todavia, neste período foi bastante restrita às demandas referentes à gravidez e ao parto. Os programas materno-infantis que foram criados nas décadas de 1930, 1950 e 1970, traziam uma visão limitada a respeito da mulher, baseada apenas na sua especificidade biológica e no seu papel social de cuidado com filhos, marido, vida doméstica (ANJOS, 2005, p. 505).

Historicamente, no tocante as normas sexuais e reprodutivas, para as mulheres eram reservadas posições que eram pontos de discussão e conflitos no momento de elaboração e aplicação de leis e políticas, que, geralmente, restringiam a liberdade sexual e reprodutiva feminina, justificada como necessárias para reprodução e desenvolvimento saudável da população (VENTURA, 2009; apud ANJOS, 2013, p.

505).

Esta pesquisa objetivou desenvolver um ensaio teórico acerca da temática aborto identificando de que forma as questões de raça e gênero interferem na discussão do aborto no Brasil. O trabalho está dividido em quatro tópicos de discussão do tema, intitulados: Gênero, patriarcado e raça; Aborto e suas classificações; Aborto no Brasil; Serviço Social e aborto: um debate necessário.

O tema foi escolhido visto sua relevância social, uma vez que o aborto é uma das maiores causas de morte materna por todos os anos no Brasil, segundo o Ministério da Saúde (2012). Assim, esta é uma temática de necessária discussão, e que não pode ser silenciada, uma vez que seu silenciamento é, também, o silenciamento da morte e sofrimento de mulheres todos os anos no país.

A motivação foi, primeiramente, os números preocupantes de mulheres, em especial as negras, que morrem todos os anos em decorrência dessa prática insegura e por falta de assistência médica. Uma pesquisa realizada no estado de Minas Gerais no período de 2000 a 2011 apresentou que 72,7% dos abortos são realizados por mulheres de 20 a 34 anos, 68% são solteiras, 70,5% são negras e que possuem até 7 anos de estudos (MARTINS et al. 2017). Óbito por aborto caracteriza uma situação de injustiça em saúde devido ao maior número de mortes ser sofrida por grupos de maior vulnerabilidade – baixa escolaridade e raça negra.

Sendo assim, é necessário pensar como a legalização do aborto é fundamental para preservação física, psicológica e de vida dessas mulheres, comparando com dados de países que já legalizaram a interrupção da gestação de forma segura. O aborto envolve não apenas aspectos sociais, éticos e políticos, mas também econômicos, psicológicos e, sobretudo, de saúde pública. Logo, pretende-se apresentar nesse trabalho, ainda que de forma sintética, o aborto clandestino sob diferentes aspectos, à luz dos direitos e princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o aprimoramento teórico referente ao aborto, possibilitando a visibilidade tanto socialmente como no meio acadêmico, frente à temática, uma vez que se trata de um assunto pouco discutido e silenciado tanto dentro do ambiente acadêmico quanto no âmbito da sociedade – por estarmos inseridos/as numa sociedade moralista, arcaica e preconceituosa.

Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que

consiste no levantamento de literatura e produção científica acerca da temática, principalmente por livros e artigos científicos, assim como a pesquisa documental, que compreende os materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico – a exemplo das legislações – (GIL, 2008, p. 50-51).

O trabalho foi subsidiado pela abordagem da pesquisa qualitativa, pois não há dissociação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, não cabendo tradução em números (SILVA e MENEZES, 2001). Segundo os objetivos dessa pesquisa, serão realizados estudos por intermédio de pesquisas exploratórias e pesquisas explicativas (GIL (2008, p. 28).

Buscou-se, com essa pesquisa, aprofundar o conhecimento da realidade, entender a razão pelo qual o aborto ainda não foi legalizado no Brasil, uma vez que este é um problema de saúde pública.

GÊNERO, PATRIARCADO E RAÇA

Cabe, nesse primeiro momento, elucidar algumas nomenclaturas utilizadas no decorrer da presente pesquisa, somente a nível de compreensão dos/as possíveis leitores/as: gênero é o conceito que nos permite apreender as desigualdades entre homens e mulheres, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, o que não é produto de suas diferenças biológicas, tudo vai depender de cultura para cultura, assim como do período e das condições históricas as quais estão inseridos esses homens e essas mulheres. Em outras palavras, o gênero compõe um conjunto de atributos que serve para eleger quais os papéis dos homens e das mulheres na sociedade, e impõe as relações de poder (SANTOS e BUARQUE, 2006).

Socialmente, a matriz de gênero não apenas determina que os papéis de homens e mulheres são distintos, mas funda uma hierarquia frente a esses papéis, conferindo ao homem um lugar de autoridade e de posse sobre as mulheres, contribuindo para o fortalecimento das desigualdades entre esses seres, que não pode ser fundada em suas diferenças biológicas (SANTOS e BUARQUE, 2006).

Buarque (2006) explica que o patriarcado, na filosofia ocidental, é justificado a partir da falácia de que as mulheres seriam humanamente inferiores aos homens e, com base nisso, não deveriam acessar os mesmos lugares que eles na sociedade. No decorrer dos anos, foram elaborados argumentos, dogmas e leis com o intuito de tornar a mulher um ser frágil, e, assim, lhes reservar espaços de desvantagem seja

na vida econômica, amorosa, política, social, erguendo o mito da inferioridade feminina, presente ainda atualmente. Isso é fruto do patriarcado – força cultural contrária à emancipação feminina e sistema de dominação onde o homem é o centro da sociedade e as relações sociais são baseadas, por exemplo, na opressão das mulheres e no controle de suas vidas, corpos e escolhas.

O termo raça é utilizado para descrever um grupo de pessoas que partilham de determinados traços, como a cor da pele, o tipo de cabelo, o contorno facial, cranial etc. Os povos indígenas constituem uma identidade racial do Brasil, assim como os/as negros/as, brancos/as, pardos/as, amarelos/as e assim por diante (SANTOS et al. 2010). Ainda nos tempos atuais, existe uma ausência e/ou confusão de identidade racial, atribuída a extensa miscigenação ocorrida no país. Essa miscigenação é tida como uma carta de libertação da negritude. Todas as pessoas que não se reconhecem como negros, amarelos ou indígenas, recorrem ao termo pardo como abrigo renegando suas origens. Os/as negros/as de pele clara são mais aceitos na sociedade, o que acaba por explicar a diversidade de nomenclaturas adotadas por ou para pessoas negras como moreno claro, moreno jambo, mulato (CARNEIRO, 2011). Tal fato retrata o quão latente são as desigualdades de raça vivenciada pela população negra brasileira, fato que é fruto, pode-se dizer, da escravidão.

ABORTO E SUAS CLASSIFICAÇÕES

Segundo Lima, Cavalcanti e Corgozinho (2015), a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), define aborto como consequência da eliminação do feto no abortamento; já o abortamento é o fim da gestação resultando na morte de um embrião com menos de 500g ou entre a 20^a – 22^a semana de gravidez (LIMA et al. 2015). Estudiosos sobre a temática em questão, relatam que o aborto pode ser classificado como espontâneo ou provocado. Na Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde (2005, p. 22-24), estão explícitos de forma mais ampliada uma classificação dos tipos de abortamento, sendo eles: ameaça de abortamento; abortamento completo; abortamento inevitável/incompleto; abortamento retido; abortamento infectado; abortamento habitual; e abortamento eletivo previsto em lei.

É importante que se tenha claro que o aborto é uma questão de saúde pública, tanto por ser criminalizado no Brasil, quanto pelo número massivo de mulheres que

morrem em decorrência dessa prática clandestina. A OMS entende como aborto inseguro aquele procedimento realizado por pessoas sem habilidades técnicas necessárias, quando este é realizado num local desprovido de equipamentos fundamentais para realização do procedimento médico, ou a junção dos dois fatores. Mesmo com todos os avanços científicos capazes que propiciar um abortamento seguro para mulher, a interrupção da gestação de forma insegura permanece ocorrendo, o que causa um maior custo para o sistema de saúde, além de complicações, morte e infertilidade materna (CARDOSO et al. 2020).

A criminalização do aborto é retrato das desigualdades de sexo, raça/etnia e classe, que se reproduzem no contexto de opressão das mulheres em relação aos homens. O aborto ser visto como crime reforça as injustiças sociais no Brasil e no mundo, tendo em vista que mulheres pobres e negras são as mais afetadas e estão entre as que mais morrem. Então, os impactos do aborto ilegal recaem, sobretudo, nas mulheres pobres, negras, jovens e que residem em países de economia periférica (CISNE et al. 2018).

Cabe elucidar que a saúde da mulher negra, no âmbito das ciências da saúde, não faz parte de um campo relevante. É praticamente extinta a produção de conhecimento científico a respeito dessa temática, com raras exceções, uma vez que é um assunto invisibilizado por boa parte dos pesquisadores e das pesquisadoras (WERNECK, 2016).

Mulheres negras são as mais vulneráveis na sociedade “já que experimentam desigualdades de raça, gênero e classe, quando comparadas às mulheres brancas e aos homens negros e brancos” (GOES et al. 2020). São elas que vivem as maiores desvantagens em relação ao nível de escolaridade, renda, condições de moradia, possuem mais filhos sem parceiro fixo, são chefes de família. Sua situação de extrema vulnerabilidade recai sob sua saúde e no seu acesso aos serviços, conforme apresentam Goes et al. (2020).

Estudos apontam que a utilização de serviços de saúde sexual e reprodutivo mostram que as mulheres negras são as mais sujeitas as barreiras institucionais de acesso aos cuidados de saúde, desde o desejo da procura pelo serviço até o atendimento, o que, conseqüentemente, culmina no não planejamento reprodutivo para evitar gravidezes indesejadas. Outro dado importante é que mulheres negras possuem acesso mais restringido aos métodos contraceptivos (GOES et al. 2020). As

mulheres negras também são as maiores vítimas de violência obstétrica quando comparada às mulheres brancas, o que demonstra que o racismo e o sexismo caminham lado a lado, deixando-as mais vulneráveis socialmente. Até no momento do parto, as mulheres negras recebem dosagem menor de anestesia, uma vez que se nutre socialmente o pensamento de que elas suportam sentir mais dor do que mulheres brancas (MOURÃO, 2020).

Para a população negra brasileira, essas vulnerabilidades estão vinculadas ao racismo estrutural, que as conduzem aos piores indicadores sociais e de saúde, configurando um cenário de injustiças (GOES et al. 2020). Davis (2016, p. 207), em *Mulheres, Raça e Classe*, problematiza que em Nova York, na década de 1970, “[...] cerca de 80% das mortes causadas por abortos ilegais envolviam mulheres negras e porto-riquenhas”, o que leva a refletir que:

Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo. As mulheres negras têm autoinduzido abortos desde a escravidão. Muitas escravas se recusaram a trazer crianças a um mundo de trabalho forçado interminável, em que correntes, açoites e o abuso sexual de mulheres eram as condições da vida cotidiana. (DAVIS, 2016, p. 207).

Dessa forma, é importante mencionar que o racismo, a escravidão e as condições de vida dessas mulheres impossibilitavam que estas vivessem a maternidade, uma vez que o desespero em imaginar ver seus/suas filhos/as sob as mesmas condições desumanas, por vezes, prevalecia, ainda que isso custasse suas próprias vidas. As desigualdades fincadas pelo sistema do capital em nível internacional e as apropriações que este faz do patriarcado e do racismo, remete a expressões da vida sexual e reprodutiva das mulheres, intensificando a opressão e a exploração sobre elas. Logo, é imprescindível compreender as determinações materiais e subjetivas das mulheres para se pensar a questão do aborto (CISNE et al. 2018).

Carloto e Damião (2018, p. 310), descrevem que o aborto é considerado um procedimento de baixa complexidade do ponto de vista técnico, todavia, o que o torna um procedimento inseguro e perigoso é o fato de ser clandestino. Há uma negação dos direitos reprodutivos das mulheres, tal como da autonomia desta sobre seu próprio corpo, o que reflete o quão impregnado e latente na sociedade é o patriarcado

apropriado pelo capitalismo. O patriarcado, segundo Saffioti (2004),

[...] organiza um sistema de dominação e exploração que oprime as mulheres, explorando seu trabalho e corpo para assegurar a produção e reprodução da vida. A sexualidade e reprodução da mulher são pontos-chave para a dominação e a exploração das mulheres [...] patriarcado, racismo e capitalismo formam um só sistema, que estrutura as relações sociais (LIMA et al. 2015).

O conceito dos direitos reprodutivos das mulheres obteve origem dentro do movimento feminista, na luta pelo reconhecimento de que fosse dado às mulheres direitos sob sua sexualidade e reprodução (ÁVILA, 2003, p. 466). Os direitos reprodutivos são inerentes ao respeito à saúde sexual e reprodutiva, à liberdade, segurança, sobrevivência, à vida, à não discriminação, à livre escolha da maternidade, à proteção social no que concerne à maternidade, paternidade e família (VENTURA, 2009, p. 19).

Até a antiguidade, a prática do aborto era vista como algo natural, não entendida como um crime – como é atualmente –. Mas a partir de século XIX, o aborto passou a ser proibido no ocidente, e tal proibição se deu por influência da Igreja Católica e seus alicerces patriarcais, especialmente na América Latina. Desde então, o aborto tornou-se alvo de polêmicas perante a sociedade (CISNE et al. 2018). A sociedade insiste em punir e culpabilizar mulheres que optam por abortar, desconsiderando a questão dos direitos reprodutivos e o livre arbítrio desta mulher.

ABORTO NO BRASIL

Ao findar da década de 1970, o debate era pelas conquistas dos direitos humanos das mulheres, e este estava alinhado ao argumento “nosso corpo nos pertence”. Segundo relatos de Oliveira,

As feministas brasileiras, nosotras, ex-exiladas, ex-presas políticas, viajantes, trouxeram, no final da década de 1970 e no início da década de 1980, essa questão dos direitos humanos das mulheres com muita força e com muita radicalidade para as mobilizações. Radicalidade que está associada à luta pelo direito ao aborto, na medida em que essa questão se relaciona à noção mais forte, mais reacionária, mais conservadora da maternidade compulsória, que é base da moral judaico-cristã. (Oliveira, 2005, p. 132).

A autora menciona que a luta pelo direito ao aborto “foi uma luta muito solitária das mulheres feministas” (2005, p. 133). Os homens, quando muito faziam, davam

apenas o dinheiro. Ademais, Oliveira (2005) comenta a respeito da solidão política vivenciada pelas feministas que lutavam pelo direito ao aborto seguro nos diversos espaços que ocupavam. Com a reabertura política brasileira, as pautas oriundas do movimento feminista ganharam força, e, entre essas pautas, estava a questão dos direitos reprodutivos das mulheres. Nesse cenário, na década de 1980, uma multidão de mulheres foram às ruas pedir “pela legalização e descriminalização do aborto, bem como pelo direito de escolha” (CARLOTO e DAMIÃO, 2018, p. 312).

Valdívia (1998) e Faria e Lopes (2016) expressaram que a luta dessas mulheres feministas, assim como das organizações/instituições feministas foi algo fundamental no contexto da constituinte. Nesse período, a participação social na elaboração da Constituição Federal brasileira era possível por meio de emendas populares. A luta das feministas era para que a Constituição Federal de 1988 defendesse o direito à vida desde o nascimento, com o intuito de haver avanços na legislação sobre aborto. Porém, em contrapartida, havia a forte influência da Igreja Católica e a massiva presença do legislativo evangélico que defendia a vida desde a concepção. Como fruto desse embate, a constituinte brasileira afirma o “direito à vida”, sem determinar ao certo quando esta começa, e dando brechas para o entendimento dos dois sentidos citados.

Na legislação brasileira, a partir do Código Penal de 1940, o aborto é tidocomo crime tipificado segundo o título I – dos crimes contra pessoa – capítulo I – dos crimes contra vida. Nos casos assegurados em lei, o aborto só é permitido em casosde gravidez oriundas de estupro, mediante autorização prévia da gestante ou, quando incapaz, do/a representante legal; e nos casos em que a vida da gestante corre risco, conforme os incisos I e II do artigo 128 do Código Penal; um outro caso, não contido nessa legislação, mas que pode ocorrer, é o da justiça conceder autorização para o aborto quando o feto possuir anomalias incompatíveis com a vida extrauterina, como ocorre nos casos de fetos anencefálicos (CARLOTO e DAMIÃO, 2018, p. 314).

Segundo Emmerick (2007), a criminalização do aborto está relacionada às formas em que a sociedade encontra para exercer controle sobre as mulheres em sua vida particular, sobre seus corpos, sexualidade, valores morais e religiosos. O fato de ser ilegal, não faz com que o aborto não ocorra de forma indiscriminada no Brasil. Diniz e Corrêa (2008) afirmam que “a criminalização traz inúmeras consequências negativas para a saúde da mulher, pouco coíbe a prática e perpetua a desigualdade

social.” Para Cavalcanti e Farias (2012), o fato do aborto ser ilegal no Brasil, além de trazer consequências para a vida dessas mulheres, pesa de maneira negativa no acesso destas aos serviços de saúde até nos casos contemplados pela lei. É importante que se tenha claro que mesmo nos casos que são legalizados pela lei, a mulher ainda enfrenta julgamentos pois perdura as questões morais dos profissionais de saúde, sendo a ética deixada em segundo plano.

SERVIÇO SOCIAL E ABORTO: UM DEBATE NECESSÁRIO

Embora assistentes sociais lidem com a temática aborto no seu cotidiano profissional, há escassez de estudos e debates em torno do tema (LIMA, CAVALCANTI e CORGOZINHO, 2017). Existem muitos movimentos sociais e políticos no Brasil que discutem a descriminalização do aborto, mas a discussão ainda se apresenta como um tabu na sociedade e com baixa produtividade e prioridade no campo político. Ao trazer visibilidade a questão, são provocadas questões sobre moral, ética, religião, preconceito, direitos reprodutivos, gravidez indesejada, tal como outros aspectos. E, nesse cenário permeado por conflitos, estão inseridos/as assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais de trabalho.

Iamamoto (2006) aponta que na contemporaneidade o/a profissional de Serviço Social não atua somente como mero executor de políticas públicas, mas também na gestão e formulação das mesmas. Isso requer um vasto conhecimento da realidade e a necessidade de estar em acordo com os debates que envolvem a luta por direitos humanos. Cabe destacar a aproximação que a profissão obteve com as questões dos movimentos sociais a partir da década de 1980, incluindo aqui as demandas do movimento feminista.

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS, 2014, p. 2) manifesta que,

Discutir a temática do aborto é antes de tudo, discutir direitos humanos de gênero, da mulher, é discutir a liberdade sendo o valor ético central do Código de Ética profissional. É falar ainda de uma perspectiva de classe, onde realizar um aborto seguro deve ser um direito de todas as mulheres, se assim escolherem, deve ser um dever do Estado em garantir as mulheres um serviço público com procedimentos seguros. Assim, discutir o aborto é também uma discussão de políticas públicas.

Em relação a demanda por aborto tão presente na atuação profissional de assistentes sociais, juízos e valores morais e religiosos, podem acabar permeando o

fazer profissional, conforme apontam estudos de Lolatto e Lisboa (2015), traços de conservadorismo pessoal que se faz latente em relação a determinadas questões.

Dessa forma, há uma divergência entre as ações profissionais e os preceitos do Código de Ética do Assistente Social de 1993, que prevê, nos princípios fundamentais, a eliminação de todas as formas de preconceito no atendimento, buscando a emancipação, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais.

A datar de 2009 as principais organizações da categoria – CFESS, CRESS, ABEPSS – passaram a se posicionar da forma mais satisfatória em relação à questão do aborto, seja ele legal ou não. Neste mesmo ano, o conjunto CFESS- CRESS assumiu opinião em defesa da descriminalização do aborto e, em 2010, a favor da legalização do aborto no Brasil. Há por parte das organizações citadas, uma consciência de que o aborto é uma prática histórica e, mesmo que seja proibido sob pena de prisão, faz parte da realidade de milhares de mulheres brasileiras (LIMA et al. 2015).

Ainda que desde os anos 1990 ter havido um fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social, com direção social e política, sinalizando o amadurecimento interno da profissão, o debate em torno do aborto ainda é inexpressivo. É necessário o desenvolvimento do debate nos campos de gênero dentro a categoria, o que é importante para se pensar o Serviço Social contemporâneo, uma vez que há uma crescente demanda de situações que perpassam as questões de gênero no cotidiano da atuação destes profissionais. Conforme Matos (2010), é importante pensar além da questão de saúde – onde está situado o direito reprodutivo – mas no campo dos direitos humanos e na busca por uma sociedade baseada na emancipação feminina e na equidade das relações sociais e familiares.

Numa sociedade onde as mulheres possam decidir livremente se desejam ou não serem mães, ou se ao estarem grávidas, se optam por abortar ou interromper a gestação. Essa discussão está dentro do âmbito de direitos reprodutivos e direitos humanos, que não podem ser postos em segundo plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises feitas durante a elaboração dessa pesquisa, verificou-se

que a busca das mulheres por seus direitos, entre eles o acesso a saúde, perdura por décadas. Fundamental pensar o aborto sob a lógica do direito sexual, reprodutivo e da liberdade da mulher, e esta prática, criminalizada ou não, faz parte da realidade de milhares de mulheres, não só no Brasil. Em outras palavras, a consequência da criminalização é o adoecimento, infertilidade e mortalidade materna.

Uma prática remota que passou a ser atravessada por fundamentalismos religiosos, preconceitos, discriminações, violência, desigualdades patriarcais, de raça e de classe. O aborto certamente se tornou um dos temas, não apenas no âmbito das polêmicas, mas uma das pautas mais difíceis dos movimentos feministas.

Mesmo diante de avanços nas legislações brasileira no âmbito da saúde da mulher, quando se trata do aborto não há progressos significativos, e os corpos das mulheres permanecem sendo oprimidos e dominados por uma sociedade patriarcal, racista, sexista que dita regras a partir da perspectiva unicamente dos homens. Tal conduta viola os direitos humanos e um problema de saúde, tanto por sua magnitude como por desencadear consequências violentas no que se refere a saúde física, mental e emocional das mulheres.

Fazendo parte do cotidiano profissional do/a assistente social, é necessário que este profissional esteja a par com as legislações do Serviço Social, seja o Código de Ética como a Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão, como também com as publicações das entidades representativas da categoria conjunto CFESS/CRESS. Salienta-se a importância de se aprofundar nas discussões referentes a raça, gênero, patriarcado, aborto, direitos reprodutivos e sexuais, autonomia feminina e liberdade, para que se desenvolva uma atuação voltada à plenitude dos indivíduos sociais.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. **Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a política de saúde.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2. 2003.

ANJOS, Karla Ferraz dos et al. **Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos.** Saúde em Debate, v. 37, p. 504-515, 2013.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em: 20
abril2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. **Mortalidade materna no Brasil**/Ministério da Saúde – Brasília:Ministério da Saúde, 2012.

BUARQUE, Cristina. **INTRODUÇÃO AO FEMINISMO**. In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (orgs). Caderno de Textos gênero e trabalho. Salvador: REDOR, 2006.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. **Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?** Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00188718, 2020.

CARLOTO, Cássia Maria; DAMIÃO, Nayara André. **Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, n. 132, p. 306-325, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro 2011. (VIRTUAL) - capítulo RACISMOS CONTEMPORÂNEOS.

CAVALCANTI, L.F.; FARIAS, R.S. **Atenção diante das situações de aborto legal na perspectiva dos profissionais de saúde do Hospital Municipal Fernando Magalhães**, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n7/14.pdf> Acesso em: 20 abril 2021.

CISNE, Mirla; DE OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante; CASTRO, Viviane Vaz. **Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres**. Revista Katálysis, v. 21, n. 3, p. 452-470, 2018.

CRESS 7ª Região/RJ. **A luta pela liberdade e a legalização do aborto**. Disponível em http://www.cress-s.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=191:a-lutapela-liberdade-e-a-legalizacao-do-aborto&catid=42:direto-do-conselho&Itemid=86. Acesso em: 20 abr. 2021.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, D., CÔRREA, M. **Aborto e Saúde Pública - 20 anos de pesquisa no Brasil**. Relatório Preliminar. Área Técnica Saúde da Mulher. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

EMMERICK, Rulian. **Aborto:(des) criminalização, direitos humanos edemocracia**. Lumen Juris, 2007.

FARIA, N.; LOPES, B. **As lutas pelo direito ao aborto, ontem e hoje**. In: LOPES, B.; MARTINS, J.; MORENO, T. (Orgs.). **Somos todas clandestinas: relatos sobreaborto, autonomia e política**. São Paulo: SOF, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOES, Emanuelle Freitas et al. **Vulnerabilidade racial e barreiras individuais demulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00189618, 2020.

GOES, Emanuelle Aduni. **Legalização do aborto com enfrentamento ao racismo: as mulheres negras querem justiça reprodutiva**. Antonella Barone e Beatriz de Barros (orgs.), 2019.

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. Declaração universal dos direitos humanos. Acesso em, v. 13, 2015.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, 10a ed.

LIMA, Amanda Caicó Collares de; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; CORGOZINHO, Kamila Delfino Santos. **Serviço Social E Aborto: Um Debate Necessário**. 2017.

LOLATTO, S; LISBOA, T,K. **Profissionais de Serviço Social frente à questão doaborto - a ética em debate**. Bagoas, n. 09, p.65-85, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/4656>. Acesso em: 20 abril 2021.

MATOS, M.C. de. **A Criminalização do Aborto em Questão**. São Paulo: Editora Almedina, 2010.

MARTINS, Eunice Francisca et al. **Causas múltiplas de mortalidade materna relacionada ao aborto no Estado de Minas Gerais, Brasil, 2000-2011**. Cadernosde Saúde Pública, v. 33, p. e00133115, 2017.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o DesenvolvimentoRural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo:Hucitec, 1993.

MOURÃO, Lílian Maria de Andrade. **Por que mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica?**. 2020.

OLIVEIRA, E. M. **Os sujeitos da luta pela legalização do aborto**. In: ÁVILA, M. B.;PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. (Orgs.). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: FundaçãoPerseu Abramo, 2004.

SANTOS, Diego Junior da Silva et al. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Dental Press Journal of Orthodontics, v. 15, n. 3, p. 121-124, 2010.

SANTOS, Graciete. BUARQUE, Cristina. **O que é gênero?** In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (orgs). Caderno de Textos gênero e trabalho. Salvador: REDOR, 2006. p. 25-33.<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/formacaotrabalhadores.pdf>

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. atual. –Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

VALDÍVIA, V. B. **Silêncios públicos, mortes privadas: a regulamentação jurídica do aborto na América Latina e Caribe**. São Paulo: Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), 1998.

VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília: UNFPA, 2009.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde e Sociedade, v. 25, p. 535-549, 2016.

A MUSCULAÇÃO NO TRATAMENTO DA CONDROMALÁCIA PATELAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Bodybuilding in the treatment of patellar chondromalacia: a literature review

Gustavo Araújo¹
Thyerre Torres²

¹UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Bacharel em Educação Física – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo – UNIFACEMP. 201910441@facemp.edu.br.

²UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestre em Ciências Sociais – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. thyerre.anias@facemp.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/8895323632632026>

RESUMO

A prática de atividades física vem aumentando com o tempo e, nos últimos anos, a quantidade de pessoas que aderiram à prática da atividade física, com no mínimo 150 minutos semanais, aumentou de maneira significativa de acordo com o VIGITEL (2020). Esse aumento foi benéfico, porém veio juntamente com o aumento dos casos de pessoas com condromalácia patelar, que é o dano fora do normal na cartilagem articular da patela, e essa causa parece que é devido principalmente pela prática de atividades físicas sem acompanhamento ou por um profissional não capacitado. É muito importante abordar essa temática, pois muitos profissionais não sabem lidar com esse tipo de caso da maneira correta. Sendo assim, o que poderia ser um tratamento não medicamentoso pode acabar se transformando em um dano ainda maior. Nesse caso, o objetivo dessa pesquisa é analisar os efeitos da musculação no tratamento da condromalácia patelar. O presente estudo intitulado “A Musculação no Tratamento da Condromalácia Patelar: uma revisão da literatura” possui uma abordagem que classificamos como Qualitativa, pois foi adotado a compreensão do fenômeno com uma análise crítica reflexiva. Foram utilizadas três bases de dados SCIELO (Scientific Electronic Library Online) BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), PUBMED.

Palavras-chave: Condromalácia; Joelho; Patela.

ABSTRACT

The practice of physical activities has increased over time, in recent years the number of people who have joined the practice of physical activity with at least 150 minutes per week has increased significantly according to Vigitel (2020). This increase was beneficial, but it came together with the increase in cases of people with chondromalacia patella, which is unusual damage to the articular cartilage of the patella, and this cause is mainly due to the practice of physical activities without monitoring or by an untrained professional. It is very important to address this issue, as many professionals do not know how to deal with this type of case correctly. Therefore, what could be a non-drug treatment can end up turning into even greater damage. In this case, the objective of this research is to analyze the effects of weight training in the treatment of chondromalacia patella. The present study entitled “Bodybuilding in the Treatment of Chondromalacia Patellar” has an approach that we classify as Qualitative, as the understanding of the phenomenon was adopted with a critical reflective analysis. Three databases were used: SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Virtual Health Library), PUBMED.

Key-Words: Chondromalacia, Knee, Patella

INTRODUÇÃO

A prática da atividade física é considerada um grande fator para uma vida saudável e menos sedentária. De acordo com os dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (2020), a frequência de adultos praticando atividade física moderada, com pelo menos 150 minutos de tempo livre por semana, aumentou 36,8% em relação a 2009, atingindo a faixa de 30,3%. Esse aumento foi observado tanto em homens quanto em mulheres, com maior evolução para as mulheres, de 22,2% em 2009 para 30,5% em 2020 (Brasil, 2022).

Dentre esse aumento na prática de atividades físicas, também acabou ocorrendo o aumento da condromalácia patelar. A condromalácia patelar é uma patologia degenerativa que acomete o joelho de muitas pessoas, acontecendo pela compressão anormal muito repetitiva na articulação do joelho, objetivada pela falta de harmonia e redução da área de contato da articulação patelofemoral (MACHADO; AMORIN, 2005).

É muito comum ver pessoas que possuem condromalácia patelar realizando exercícios na musculação sozinhos e sem a devida orientação. Segundo Oliveira, Santos e Cunha (2020), muitos profissionais não sabem lidar, na prática, com pessoas que possuem essa complicação, porém é necessário ter conhecimento para trabalhar com essas pessoas, pois determinados exercícios, métodos de treino e execuções podem acabar prejudicando ainda mais a situação.

De acordo com Pereira et al. (2011), inúmeras dúvidas estão surgindo relacionadas à prescrição de exercícios físicos para pessoas que possuem condromalácia patelar que podem ser realizado por profissionais de Educação Física. Segundo Pereira et al. (2011), mesmo que o papel do exercício físico na terapia desta lesão seja bem conhecido, a maneira de aplicar ainda é bastante controversa devido às inúmeras possibilidades para realizar a manipulação de variáveis como tipo de exercício, angulação e cargas utilizadas.

Diante disso, surgem alguns questionamentos, 1) A musculação auxilia no tratamento de pessoas com condromalácia patelar? 2) Existem exercícios que podem piorar a condromalácia? 3) Como se estabelece o tratamento não medicamentoso utilizando apenas a musculação? 4) Quais os principais músculos a serem

trabalhados nesse processo de tratamento/fortalecimento? 5) Quem possui esse problema pode realizar exercício resistido de forma segura?

Sendo assim, segundo Krieger et al. (2019), afirma que a condromalácia é um dano anormal na cartilagem articular da patela e que pode gerar dores principalmente na região anterior do joelho; além das dores, esse dano pode evoluir para uma quebra de integridade da cartilagem e, até mesmo, a perda da substância, causando assim a exposição do osso subcondral de forma irreversível. Os mesmos autores ainda falam que o tratamento pode ser não medicamentoso e ser necessário realizar treinamentos resistidos para o fortalecimento, sendo eles específico para cada caso.

Feitas tais considerações, o objetivo geral desta pesquisa é analisar, através da revisão integrativa, os impactos da musculação no tratamento da condromalácia patelar. Como especificidade, compreender as principais causas da condromalácia patelar, identificando métodos de treinamento resistido utilizado no tratamento da condromalácia patelar, e, por fim, relacionar o tipo de cadeia cinética e sua efetividade no tratamento da condromalácia patelar.

METODOLOGIA

Este estudo é uma Revisão Integrativa de Literatura, cujo objetivo é consolidar resultados alcançados em um determinado tema. Este estudo também se apresenta como um estudo qualitativo, exploratório, que permite o esclarecimento do tema em discussão. Knechtel (2014) reitera que este é um tipo específico de pesquisa que lida com questões de âmbito humano ou social.

Baseia-se em uma avaliação da teoria, misturada com dados variáveis e quantitativos, e escrita em números estatísticos para determinar se as generalizações previstas na teoria estão corretas. Sendo assim, esse estudo, em sua complexidade, também aborda traços de uma pesquisa quantitativa, pois busca analisar os impactos da musculação no tratamento da condromalácia através de dados obtidos em artigos que abordam a temática. Assim, entende-se que esse tipo de pesquisa possibilita que as explicações e os resultados sejam explorados em profundidade e, posteriormente, analisados e descritos para responder à questão norteadora desta pesquisa.

Os dados foram coletados por meio de buscas online em bases de dados eletrônicas como: SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca

Virtual em Saúde) e PUBMED (conhecida como National Library of Medicine). Os seguintes descritores foram utilizados como termos de busca: Condromalácia (Chondromalacia); Patela (Patella); Joelho (Knee), aderentes aos Descritores de Ciência da Saúde (DECS).

Para atingir os objetivos foi investigado material como artigos e pesquisas, permitindo agrupar as publicações mais recentes sobre o tema. A coleta desse material teve início e término em novembro de 2022. Para tanto, foram utilizados como critérios de inclusão artigos científicos publicados no período de 2012 a 2022, que levantaram temas importantes relacionados ao tema da pesquisa. Os critérios de exclusão foram publicações que não incluíam treinamento de força e degeneração da cartilagem articular patelar, acesso central e, além disso, artigos duplicados em bases de dados.

Desta maneira, inicialmente foram encontrados 1022 (mil e vinte e dois) artigos. Porém, ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, selecionou-se 89 (oitenta e nove) documentos; destes, 77 (setenta e sete) não correspondiam à proposta do estudo, sendo assim, 12 artigos foram aceitos. Nessa perspectiva, após a revisão dos materiais, os materiais foram recategorizados para discutir e condensar os resultados em consonância com os objetivos deste estudo. Todos os artigos aceitos da SCIELO foram escritos na língua portuguesa; já os artigos selecionados da BVS, 4 (quatro) foram escritos em inglês e apenas 1 (um) em português. Ao fim, todos os 5 (cinco) artigos aceitos da *PUBDMED* foram escritos em inglês. Vale ressaltar que os artigos, no geral, são multiautorais, ou seja, possuem mais de um autor.

Outro ponto importante que os artigos aceitos da *SCIELO* são de pesquisas quantitativas e estão vinculados à Radiologia Brasileira e a Revista Dor; já os artigos aceitos da BVS estão vinculados ao MEDLINE e à *LILACS*; e os artigos aceitos da *PUBMED* estão vinculados a *STATPEARLS* e a *PUBMED Central São Paulo Medical Journal*. Foi observado, ainda, que os artigos revisados são metodologicamente feitos por artigos experimentais, revisão de literatura e estudo de caso. Ademais, por se tratar de um estudo que reúne dados bibliográficos, não foi preciso submetê-lo a um comitê de ética, porém, o autor respeitou todos os aspectos éticos dos estudos selecionados e referenciou os autores adequadamente em suas respectivas obras.

A AÇÃO DA MUSCULAR NA CONDROMALÁCIA PATELAR

CONDROMALÁCIA PATELAR

Segundo Machado e Amorin (2005) a patela é o maior osso sessamóide presente no corpo humano, ela é encontrada internamente no tendão do quadríceps e se articula com a superfície patelar do fêmur com o objetivo de gerar a articulação patelofemoral. Para Machado e Amorin (2005), de acordo com Wiberg (1941), há três exemplos de patela com base na estrutura desse osso. Apesar de não comprovado, acredita-se ser valiosa a classificação da instabilidade patelar pela observação do joelho na direção vertical.

Segundo Grelsamer; Weinstein (2001, apud MACHADO; AMORIN 2005), um grande número de cirurgiões ortopédicos no século XX consideravam a patela inútil ou mesmo prejudicial, porém, hoje, está instituído que a patela desempenha um importante papel biomecânico. A patela é uma alavanca complexa que aumenta o braço de movimento do mecanismo extensor do joelho, e seu padrão de movimento é a interação do quadríceps, ligamentos do joelho, ângulo Q e morfologia esquelética da patela e côndilos femorais. (GRELSAMER e WEINSTEIN, 2001, apud MACHADO & AMORIN 2005).

Segundo Asplund (2004, apud MACHADO; AMORIN, 2005), os sintomas da condromalácia patelar são dor, inchaço e crepitação retropatelar; que é uma sensação de fricção no joelho. Esta doença degenerativa afeta dramaticamente o joelho e também é conhecida como “joelho de corredor”. Isso acontece graças ao desequilíbrio e aumento da sensibilidade dos músculos do quadríceps femoral (Moore & Dalley, 2001, apud MACHADO; AMORIN, 2005).

A condropatia patelar é um dano anormal da cartilagem articular da patela que pode causar dor, principalmente na região anterior do joelho (KRIEGER et al., 2019). Os mesmos autores ainda trazem que esse dano pode evoluir para quebra da integridade da cartilagem ou até mesmo perda de substância, causando exposição do osso subcondral, processo esse irreversível. De acordo com KRIEGER et al. (2019), quando o paciente sente dor na parte anterior do joelho, geralmente se apresenta como desconforto generalizado. Essa dor geralmente se intensifica quando o paciente agacha, sobe ou desce escadas e quando o joelho é flexionado. É conhecido como o "sinal do cinema" na comunidade médica. Várias classificações foram feitas para essa

patologia, porém, a mais utilizada foi descrita por Outerbridge (1961).

Segundo Malone, McPoil e Nitz (2000) e Tria (2002), para o tratamento do membro inferior (joelho), os exercícios de cadeia cinética fechada são os melhores e mais funcionais exercícios, devido a integração de músculos e articulações que agem como uma sequência previsível, em combinação com forças tangenciais e de sustentação do peso, as quais são mediadas pela ação excêntrica da musculatura (apud ALIOTO et al., 2007).

Portanto, é necessário que pessoas que possuam condromalácia patelar, independente do grau, sejam acompanhadas da maneira correta, com o objetivo de prevenir uma piora do quadro e até mesmo ajudar no tratamento de forma não medicamentosa. Além disso, é necessário ter atenção com possíveis sinais de desenvolvimento ou agravamento da situação; dores no joelho podem estar sinalizando que algo não está certo.

MUSCULAÇÃO

Fleck e Kraemer (2017) afirmam que o treinamento resistido se tornou a maneira mais conhecida para trazer uma melhora na aptidão física dos atletas, juntamente com o condicionamento físico. Muitos termos são utilizados para descrever exercícios que demandam o movimento da musculatura do corpo contra algum tipo de força oposta, sendo eles: treinamento de força, treinamento com pesos e treinamento resistido. O treinamento resistido juntamente com o treinamento de força tem um grande espaço em modalidades de treinamento, podendo ser utilizados faixas elásticas, exercícios físicos, pliométricos e corridas em ladeiras (FLECK; KRAEMER, 2017). Porém quando se refere ao treinamento com pesos, se fala apenas de treinamento resistido com pesos livres ou algum equipamento que utilize pesos para realização do exercício.

Segundo Tavares e Gheller (2016), com o passar do tempo, o treinamento de força passou a fazer parte da vida das pessoas como uma atividade física de maneira regular. Pode-se presumir que, através dela, muitas pessoas buscam um melhor condicionamento físico, uma forma de terapia para reduzir o estresse do dia a dia, reduzir o sedentarismo e, conseqüentemente, reduzir as chances do aparecimento de determinadas doenças causadas pela falta de atividade física; além disso, é muito buscado a redução de gordura corporal.

Segundo o Colégio Americano de Medicina Esportiva (2000) apud Liz e Andrade (2015), cerca de 5% dos adultos sedentários aderem a prática após iniciar com o programa de treino estruturado. De acordo com Liz e Andrade (2015), a aceitação da prática da musculação se deve à relação da sensação de bem-estar que essa prática estimula, a procura de melhorar a saúde e aparência física, além da interação que o ambiente da musculação oferece entre seus praticantes.

Sendo assim, é possível afirmar que a musculação pode ser realizada por várias pessoas que tem objetivos diversos, tanto por saúde quanto pela estética corporal, dentre muitos outros fatores. Essa grande inclusão que a musculação traz dá oportunidade para que pessoas que tenham alguma limitação física possam estar praticando, porém é necessário deixar claro que adaptações podem acontecer, não tirando o caráter inclusivo da prática.

Conforme Prestes et al. (2010), diversas pesquisas foram feitas de acordo com o tema, e cada uma delas demonstraram muitos benefícios no que se refere ao treinamento de força, trazendo diversos pontos de vista referente à capacidade física e qualidade de vida, deixando claro importantes achados que auxiliam no estado de saúde dos praticantes dessa categoria de exercício de maneira integral, além de beneficiar os indivíduos que demandam de uma prioridade na atenção dos profissionais e necessitam de cautela pela presença de doenças como obesidade, doenças cardiovasculares e osteomusculares, assim por diante.

Para que o benefício exista e se potencialize, o treinamento de força deve ser prescrito individualmente de acordo com a necessidade de cada caso, levando em consideração fatores como idade, nível de condicionamento físico, histórico de treinamento e tolerância psicológica e fisiológica. Assim, aumentos na força máxima, potência explosiva e resistência muscular são particularmente proeminentes; melhor coordenação, velocidade, agilidade, equilíbrio e prevenção de lesões são alguns dos efeitos positivos do treinamento de força (PRESTES et al., 2010).

A CONTRIBUIÇÃO DO TREINAMENTO DE FORÇA NA REABILITAÇÃO DA CONDROMALÁCIA PATELAR

Segundo Lack et al. (2015), a reabilitação associada ao quadríceps proximal foi mais efetiva que a reabilitação do quadríceps na redução da dor a médio e longo prazo, com grandes efeitos terapêuticos. De acordo com Sun (2010), os tecidos

articulares são altamente sensíveis ao seu ambiente mecânico e, nesse sentido, o peso mecânico pode ser o fator externo que mais influencia a regulação do desenvolvimento e a manutenção desses tecidos a longo prazo, além disso, a carga mecânica moderada mantém a integridade da cartilagem articular; por outro lado, tanto o não uso quanto o uso excessivo podem levar à sua degeneração.

É bem entendido que a poderosa musculatura ao redor da patela fornece um sistema de estabilidade dinâmica fornecendo suporte dinâmico para o sistema ainda estável (DELGADO, 2003). Sendo assim, os músculos presentes em volta da patela realizam movimentos de maneira ativa em toda a amplitude do movimento, desenvolvendo força e potência, a fim de maximizar sua força (DELGADO, 2003).

Vários autores como Prentice e Voight (2003), Ribeiro et al. (2005), Santos et al. (2007), Pulzatto (2005), Carvalho (2013), Moreira (2005) e Santos et al. (2013), citam a teoria de que pessoas com diagnóstico de condromalácia apresentam alterações em seu controle neuromotor. Isso leva à ineficiência observada na ativação de grupos musculares, como o vasto medial oblíquo e o vasto lateral, o que faz com que eles favoreçam posições mais afastadas. Acredita-se que isso cause atrito contra o côndilo lateral do fêmur, resultado de o músculo vasto lateral não estar devidamente ativado em relação ao músculo vasto medial oblíquo.

Segundo Prentice e Voigth (2003), os programas de reabilitação do joelho devem utilizar protocolos de força que incorporem contrações isométricas do quadríceps com outros exercícios. Isso inclui exercícios como adução e abdução do quadril, bem como elevações de perna reta que envolvem a contração ativa do quadríceps. Ainda de acordo com Prentice e Voigth (2003) outros exercícios recomendados incluem flexão plantar (gastrocnêmio) e extensão do joelho (reto femoral, semimembranoso, semitendinoso e secundariamente grácil). Além disso, eles sugerem combinar a abdução e adução do quadril com elevações de perna reta que envolvem a contração ativa do quadríceps.

Além disso, Prentice e Voigth (2003) recomendam combinar contrações isométricas do quadríceps com flexões plantares (gastrocnêmio); segundo eles, a parte de fortalecimento também pode ser complementada com exercícios pliométricos como saltos laterais, e pular corda (também melhora a resistência cardiopulmonar) e exercícios isocinéticos de extensão e flexão de joelho (com ênfase no quadríceps e joelho), rotação da tíbia e o dispositivo Biodex. A soma dessas intervenções melhoraria a condição e fortaleceria todos os músculos que atuam na articulação do

joelho.

Ferreira et al. (2008) afirmam que deve-se dar maior ênfase ao trabalho do músculo quadríceps, devido "à pressão e soltura da cartilagem patelar, difusão de enzimas nociceptivas (enzimas nocivas) extra articulares no interior da articulação, tensão dos ligamentos parapatelares e produção de endorfinas"; os exercícios isotônicos devem ser incluídos inicialmente na vantagem dos exercícios concêntricos de pequena amplitude, levando em consideração a progressão gradual dependendo da resposta do paciente, e, no caso de dor persistente, proceder aos exercícios de contração isométrica.

Para Plapler (1995), os músculos incluídos nos casos de fragilidade patelofemoral podem atuar de duas formas, estimulando o quadríceps por meio de contrações isométricas relacionadas à isotônica ou isocinese, ou seja, contração que acontece quando existe uma desigualdade entre as forças entre a potência muscular e a resistência, ou aquela que possui velocidade constante e a musculatura é tensionada em todos os ângulos articulares em toda amplitude do movimento. Afirma ainda que a opção de realce nos últimos 30 graus de extensão dá excelentes resultados, pois, segundo ela, trabalhamos todos os músculos do quadríceps, principalmente os grandes mediais.

Esta escolha de angulação tem uma vantagem mecânica devido ao fato de haver uma área de contato menor entre a rótula e o fêmur nos graus finais de extensão, o que evita que essa articulação seja submetida à hipertensão de extensão patelar. femoral, muitas vezes responsável pela presença de dor (PLAPLER, 1995).

Segundo Eisenhart (2004) apud Carvalho (2013), a partir de um ângulo de 60°, a co-contratação atua sobre a tíbia, fazendo com que ela se mova para trás, virada de lado, o que aumenta a pressão sobre a rótula. Assim, os exercícios de cadeia cinética fechada para pessoas com esse tipo de lesão devem ser limitados a cerca de 50° para evitar estressar o problema. Belleman (2003) apud Carvalho (2013) acrescenta ainda que um joelho saudável é preparado para suportar a pressão máxima entre a rótula e o fêmur em um ângulo de 90°, tanto que a cartilagem fica então mais espessa.

Zohara et al. (2001), apud Pereira et al. (2011) verificaram que ao longo de todos os exercícios de flexão e extensão, nos exercícios em Cadeia Cinética Aberta, não foram encontradas cargas supra fisiológicas que superassem significativamente as encontradas nos exercícios em Cadeia Cinética Fechada. Já Fitzgerald (1997) apud Pereira et al. (2011), observou que, além de aplicar maior força, os valores de

estresse na articulação femoropatelar em função da angulação aumentariam em ângulos de 90° de flexão até a extensão total no exercício realizado na extensão da perna.

Segundo a pesquisa de Hirata (2006), falando sobre o pico de carga mecânica no joelho durante o agachamento, o movimento realizado quando o joelho ultrapassa a linha do pé aumenta a força de compressão articular do joelho 31% a mais do que quando a linha do pé coincide com o joelho. Conseqüentemente, executar esse movimento sem que o joelho passe a linha do pé reduz a demanda mecânica geral na articulação. Conseqüentemente, isso reduz a demanda mecânica na articulação do joelho em comparação com a execução do movimento quando a linha do pé coincide com o joelho.

Boldrini et al. (2009), também acrescentaram que, para que os indivíduos possam realizar as tarefas cotidianas, desde a ocupação até a recreação, eles devem ter algum grau de amplitude de movimento (ADM) irrestrito e sem dor. Ainda de acordo com Boldrini et al. (2009), a obtenção de extensibilidade e mobilidade tecidual adequada é importante para prevenir lesões musculoesqueléticas recentes e recorrentes, bem como para reduzir a dor e melhorar o desempenho muscular geral; quando mensuradas em uma avaliação física, as medidas de ADM podem apontar limitações articulares, proporcionando aos profissionais mais subsídios de monitoramento e intervenções terapêuticas mais direcionadas.

Algumas atividades consideradas mais agressivas para essa população, como subir escadas em rotação, agachar de maneira intensa e ficar sentado por longos períodos, devem ser evitadas, pois podem levar a outro episódio de dor intensa (PRENTICE e VOIGHT, 2003).

Na busca por resultados positivos, os indivíduos devem se concentrar em melhorar todos os seus grupos musculares, o que deve ser feito com foco e disciplina. Isso ocorre porque não é possível encontrar alívio da dor e do desconforto. Deve-se lembrar também que não há possibilidade de reverter a condromalácia. Isso porque é um processo que causa dor e desconforto que nunca desaparecem, sendo assim, as pessoas devem treinar quando não houver dor e interromper a qualquer sinal de dores, e ir dosando os estímulos em não o fazer novamente (PRENTICE e VOIGHT, 2003).

CONCLUSÕES

Pesquisas adicionais são necessárias para abordar a necessidade de mais estudos sobre diferentes sistemas e métodos de treinamento de força. A maioria dos artigos revisados carece de informações claras sobre qual sistema é melhor para tratar a condromalácia patelar, pois informações muito vagas ainda são transmitidas e geralmente há uma lacuna na descrição da intensidade e volume ideais.

Dado o uso significativo de métodos externalizados, podemos supor que essas ferramentas controlam e medem as práticas de pesquisa. Exemplos comuns incluem exercícios de cadeia cinemática aberta vs cadeia cinemática fechada; isométrico vs isométrico vs isotônico. Essa pesquisa procurou observar o maior número possível de sistemas de treinamento de força no tratamento da condromalácia patelar. No entanto, nem todos foram incluídos no estudo.

Nesta revisão integrativa, as descobertas ajudam a definir as especificidades dos métodos e sistemas do treinamento de força usados. A pesquisa de apoio é necessária para determinar melhor como esses sistemas são usados e onde eles acabam sendo implementados. Esta pesquisa, no fim, é necessária para que futuras pesquisas possam abordar este tema de forma mais conclusiva.

REFERÊNCIAS

ALIOTO, O. E.; PEREIRA, B. S.; FERRANTE, A. P. O.; SANTOS, N. C. S.; GONÇALVES, P. Z.; MONTEIRO, N. L. F. **Avaliação do aumento de força muscular com uso de exercícios de cadeia cinética fechada e eletroestimulação em indivíduos portadores de condromalácia patelar utilizando a eletromiografia (EMG)**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Tupã, p. 1400-1403, 2007.

ASTUR, D.C; ANGELINI, F.B; SANTOS, M.A; ARLIANI, G.G; BELANGERO, P.S; COHEN, M. **Use of Exogenous Hyaluronic Acid for the Treatment of Patellar Chondropathy- A Six-Month Randomized Controlled Trial**. Rev Bras Ortop (Sao Paulo). 2019 Sep;54(5):549-555. doi: 10.1055/s-0039-1697974. Epub 2019 Oct 29. PMID: 31686712; PMCID: PMC6819163.

BINI, R. R.; CARPES, F.P.; TOLEDO, J. M.; LOSS, J. F. **Estimativa das forças na articulação tíbio-femoral no exercício de extensão dos joelhos em cadeia**

cinética aberta realizado em máquina de musculação. Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano. 10 (1), 35-42, 2008.

BOLDRINI, C. M.; TOMÉ, F.; MOESCH, J.; MALLMANN, J. S.; OLIVEIRA, L. U.; ROBERTI, N. F.; CARVALHO, A. R.; BERTOLINI, G. R. F. **Avaliação da confiabilidade intra e interavaliadores e intertécnicas para três instrumentos que mensuram a extensibilidade dos músculos isquiotibiais.** Fit Perf J. 2009 setout; 8(5):342-8.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde (ed.). **Prática regular de atividade física previne maioria das doenças não transmissíveis.** Vigitel Brasil, Brasil, p. 1-1, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/pratica-regular-de-atividade-fisica-previne-maioria-das-doencas-nao-transmissiveis>. Acesso em: 18 maio 2022

CARVALHO, R. B. **Treinamento de força para pessoas com condromalácia patelar.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, ano 18, nº 185, outubro de 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd185/treinamento-de-forca-comcondromalacia-patelar.htm>. Acesso em Novembro de 2013.

DELGADO, L. **Efectividad de la rehabilitación pré-operatoria em la evolución depacientes operados de condromalacia rotuliana.** 2003. 54 f. Trabalho para optar pelo título de especialista de primeiro grau em medicina física e reabilitação. Instituto Superior de Ciências Médicas de Havana. Havana.

DURSUN, M.; OZSAHIN, M.; ALTUN, G. **Prevalence of chondromalacia patella according to patella type and patellofemoral gometry: a retrospective study.** Sao Paulo Med J. 2022 Sep 12:S1516-31802022005023201. doi: 10.1590/1516-3180.2021.0206.R2.10012022. Epub ahead of print. PMID: 36102448.

FERREIRA, C. L. S.; MOREIRA, D. F.; LIMA, D. L. F.; FERRAZ, A. S. M.; ALBUQUERQUE, V. L. M. **Efeitos dos exercícios de musculação para o fortalecimento da musculatura da coxa em portadora de condromalácia patelar.** Coleção Pesquisa em Educação Física.vol.7, no 3, 2008.

FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. **Fundamentos do treinamento de força muscular.** Artmed Editora, 2017.

FREIRE, M. F. O. et al. **Condromalácia de patela:** comparação entre os achados em aparelhos de RM de alto e baixo campo magnético. Radiologia Brasileira [online]. 2006, v. 39, n. 3 [Acessado 31 Outubro 2022], pp. 167-174. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-39842006000300004>>. Epub 17 Ago 2006. ISSN 1678-7099. <https://doi.org/10.1590/S0100-39842006000300004>.

HABUSTA S. F.; COFFEY, R.; PONNARASU, S.; GRIFFIN, E.E. **Chondromalacia Patella.** 2022 May 12. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2022 Jan–. PMID: 29083563.

HAMILL, J.; KNUTZEN, K. M. **Biomechanical basis of human movement.** Lippincott Williams & Wilkins, 2006.

HIRATA, R. P. **Análise da carga mecânica no joelho durante o agachamento.** 2006. 74 f. Dissertação (Mestre em Educação Física) USP – São Paulo.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014 (Resenha)

KRIEGER, E. A. G.; KARAM, F. C.; SODER, R. B.; SILVA, J. L. B. **Prevalência de condropatia patelar na ressonância magnética de 3,0 T.** Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico Por Imagem, Porto Alegre, p. 375-380, 13 dez. 2019.

LACK, S. *et al.* **The ‘Best Practice Guide to Conservative Management of Patellofemoral Pain’: incorporating level 1 evidence with expert clinical reasoning.** *British Journal of Sports Medicine* 2015;49:923-934.

LIZ, C. M.; ANDRADE, A. **Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Santa Catarina, p. 267-274, ago. 2015.

MACHADO, F. A.; AMORIN, A. A. **Condromalácia patelar: aspectos estruturais, moleculares, morfológicos e biomecânicos.** Revista de Educação Física, Rio de Janeiro, v. 130, p. 29-37, abr. 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

MOREIRA, A. P. C. **Condromalácia.** Disponível em: <http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaude/fisioterapia/reumato/condromalacia/condromalacia.htm>, 2005.

NOBRE, T. L. **Comparação dos exercícios em cadeia cinética aberta e cadeia cinética fechada na reabilitação da disfunção femoropatelar.** Fisioterapia em Movimento [online]. 2011, v. 24, n. 1 [Acessado 1 Dezembro 2022], pp. 167-172. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-51502011000100019>>. Epub 21 Mar 2011. ISSN 1980-5918. <https://doi.org/10.1590/S0103-51502011000100019>.

PAULA, L. F. B. de, BATISTA, B. C., NUNES, F. J. C. C., PACHECO, N. P. S., CORREIA, L. F. V., & NUNES, M. P. O. (2022). **Eficácia do treinamento resistido no tratamento da condromalácia patelar: revisão sistemática da literatura.** *RBPFEEX - Revista Brasileira De Prescrição E Fisiologia Do Exercício*, 16(101), 63-72. Recuperado de <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/2266>

PRENTICE, W.E.; VOIGHT, M.L. **Técnicas em reabilitação musculoesquelética.** Trad. Terezinha Oppidi e Maria Alice Quartim Barbosa de Araújo. – Porto Alegre: Artmed, 2003. 727 pgs.

PULZATTO, F. **Atividade elétrica dos músculos estabilizadores da patela em indivíduos portadores da síndrome da dor femoropatelar durante exercícios realizados no step.** 2005. 101 f. Dissertação (Mestrado em fisioterapia, Área de concentração em processos de avaliação e intervenção em fisioterapia) UFSCar, São Carlos – SP.

OLIVEIRA, C. F. S.; SANTOS, A. D.; CUNHA S. D. M. (2020). **Percepções dos profissionais de educação física das academias de Montes Claros-MG acerca da conduta na pós-reabilitação da lesão Condromalácia Patelar.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 12(5), e2271.
<https://doi.org/10.25248/reas.e2271.2020>

OLIVEIRA, M. T. R. R. **Etiologia e diagnóstico da condromalácia patelar.**, [s. l.], 2018. Disponível em:
<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/08/1009078/marcio-tadeu-rodrigues-raulino-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

PEREIRA, A. C. S.; MARTINEZ, D. S.; SILVA, D. N.; BOUDAKIAN, L. M.; SOUSA, M. F. de; NASCIMENTO, V. A. do; CASIMIRO, L. G. **Análise do conhecimento de profissionais de Educação Física referente à prescrição de exercícios físicos para portadores de condromalácia patelar.** *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Rio de Janeiro, p. 52-57, out. 2011.

PLAPLER, P. G. **Reabilitação do joelho.** *Acta Ortop. Bras.* 3(4) - OUT/DEZ, 1995.
PRESTES, J.; FOSCHINI, D.; MARCHETTI, P.; CHARRO, A. **Prescrição e periodização do treinamento de força em academias.** Barueri, SP: Manole, 2010. 176pgs.

RIBEIRO, D. C., LOSS, J. F., CAÑEIRO, J. P. T., LIMA, C. S., MARTINEZ, F. G. **Análise eletromiográfica do quadríceps durante a extensão do joelho em diferentes velocidades.** *Acta Ortop. Bras.* 13(4) – 2005.

SANTOS, R. L.; SOUZA, M. L. S. P.; SANTOS, F. A. **Estimulação elétrica neuromuscular na disfunção patelofemoral.** Revisão de literatura. *Acta ortop.bras.* vol.21, no.1, São Paulo jan./fev. 2013. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141378522013000100011&lng=pt&nrm=iso

SANTOS, G. M.; SAY, K. G.; PULZATO, F., OLIVEIRA, A. S.; BEVILAQUA-GROSS, D.; MONTEIRO-PEDRO, V. **Relação eletromiográfica integrada dos músculos vasto medial oblíquo e vasto lateral longo na marcha em sujeitos com e sem síndrome de dor femoropatelar.** *Rev Bras Med Esporte* .Vol. 13, Nº 1 – Jan/Fev, 2007

SOUZA, C. E. A. et al. **Evaluation in adolescents practitioners and non-practitioners of futsal to detect positivity for patellar chondromalacia.** *Revista Dor* [online]. 2017, v. 18, n. 02 [Accessed 16 October 2022], pp. 141-144. Available from: <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20170028>. ISSN 2317-6393.
<https://doi.org/10.5935/1806-0013.20170028>.

SILVA, R. A. D.; GHELLER, R. **A contribuição da musculação na redução de gordura corporal.** Revista Enaf Science, Poços de Caldas – Mg – Brasil, v. 11, n. 1, p.188-195, jun. 2016.

SUN, H.B. **Mechanical loading, cartilage degradation, and arthritis.** Ann N Y Acad Sci. 2010 Nov;1211:37-50. doi: 10.1111/j.1749-6632.2010.05808.x. PMID:21062294.

TABARY; MOHAMMADREZA; ESFAHANI; AZADEHSADAT; NOURAIE; MEHDI;BABAEI; MOHAMMAD, R.; KHOSHDEL, ALI, R.; ARAGHI; FARNAZ; SHAHREZAEI; MOSTAFA. **Relation of the chondromalacia patellae to proximal tibial anatomical parameters, assessed with MRI.** Radiology and Oncology, vol.54, no.2, 2020, pp.159-167. <https://doi.org/10.2478/raon-2020-0021>

TAVARES, R.A.D; GHELLER, R. **O treinamento de força como contribuição para um emagrecimento saudável: uma revisão da literatura.** Revista Enaf Science, Manaus, v. 11, p. 181-187, jun. 2016..

WONG, Y. M.; SUZUKI, S.; ODAGIRI, K. **The micro-current stimulation of knee acupoints in management of chondromalacia patella: a case report.** J Phys Ther Sci. 2020 Nov;32(11):772-774. doi: 10.1589/jpts.32.772. Epub 2020 Nov 11. PMID: 33281295; PMCID: PMC7708009.

ZHENG, W., LI, H., HU, K. et al. **Condromalácia patelar: opções atuais e terapias celulares emergentes.** Stem Cell Res Ther 12 , 412 (2021). <https://doi.org/10.1186/s13287-021-02478-4>

ZHOU, Y., Li, H., XIANG, D. *et al.* **The clinical efficacy of arthroscopic therapy with knee infrapatellar fat pad cell concentrates in treating knee cartilage lesion: a prospective, randomized, and controlled study.** J Orthop Surg Res 16,87 (2021). <https://doi.org/10.1186/s13018-021-02224-9>

DOR QUE NÃO CICATRIZA: Genocídio e adoecimento materno

Pain that doesn't sicken: Genocide and maternal illness

Areli dos Santos Santana¹
Geislane de Jesus Reis²
Chirlene Oliveira de Jesus Pereira³

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Bacharela em Serviço Social. santos.areli.ass@gmail.com.
<http://lattes.cnpq.br/3408547232251576>.

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Bacharela em Serviço Social – UFRB. reeislane@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9114380375545128>.

³ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestra e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - UFBA. chirlenepereira@hotmail.com

RESUMO

As estatísticas mostram claramente que os jovens negros estão expostos a um extermínio letal, moral e cultural; eles vêm enfrentando um grande problema com a “segurança pública”, pois se tornam alvo por carregar na cor da pele os efeitos do racismo. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo geral discutir o genocídio de jovens negros no Brasil e sua relação com o luto materno, a discussão sobre os fatores sociais que legitimam a prática do genocídio, a discussão sobre os reflexos da prática de genocídio na vida das mães negras e, por último, uma análise sobre a relação entre gênero, raça e classe com o genocídio de jovens negros. A metodologia utilizada para o alcance dos objetivos foi pesquisa bibliográfica e documental, permitindo uma análise condizente sobre a temática estudada. Ficou evidente que o Estado torna os jovens, especificamente os negros e da favela, as principais vítimas das práticas de genocídio através de seus aparelhos repressivos e é, nesse limiar, que se encontram as mães negras enlutadas que perdem seus filhos de forma cruel.

Palavras-chave: Jovens Negros. Genocídio. Luto Materno.

ABSTRACT

Statistics clearly show that young blacks are exposed to a lethal, moral and cultural extermination, they have been facing a big problem with "public security", because they become targets for carrying in their skin color the effects of racism. In this sense, the general objective of this work is to discuss the genocide of young blacks in Brazil and its relation to maternal mourning, the discussion about the social factors that legitimize the practice of genocide, the discussion about the consequences of the practice of genocide in the lives of black mothers and, finally, an analysis about the relation between gender, race and class with the genocide of young blacks. The methodology used to reach the objectives was bibliographic and documental research, allowing a consistent analysis of the theme studied. It became evident that the State makes young people, specifically black and slum dwellers, the main victims of genocide practices through its repressive apparatuses and it is on this threshold that we find grieving black mothers who lose their children in a cruel way.

Key words: Black Youth. Genocide. Maternal Grief.

INTRODUÇÃO

Serão abordadas neste artigo, as principais dificuldades que tornam complexo o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo no sistema prisional brasileiro, apontando quais as instituições exercem maior poder de influência para que o retorno à vida em sociedade não seja um martírio a quem já se encontra em extrema vulnerabilidade social e emocional.

O modelo de sociedade atual, sob forte influência do capitalismo, vive de modo alienante, visando, como traz Garland (2008), um Estado que proporciona uma segurança de lucratividade, a qual favorece a individualidade e segrega cada vez mais os indivíduos. Foucault (1999) também colabora nesse artigo, afirmando que o sistema capitalista é o responsável por colocar à margem as pessoas que não ascendem economicamente, e, dessa forma, fica notável que, as mesmas, sem oportunidades, se envolvem com a criminalidade na tentativa de garantir sua sobrevivência.

É apresentado no estudo, também, a reflexão de como é possível trazer efetividade para esse processo por meio da implementação de políticas públicas de cunho ressocializador, que promova a transformação de vidas mesmo em meio à não perspectiva de melhorias. Será apresentado, ainda, como o Estado se movimenta por essas relações, promovendo, ou não, as condições necessárias para que de fato a ressocialização aconteça e seja benéfica às pessoas no contexto prisional.

Por conseguinte, abordar-se-á como o Serviço Social desenvolve algumas de suas atribuições nesse ambiente desafiador, a fim de contribuir na vida dessas pessoas de modo crucial para mudar a visão da exterioridade, que, por vezes, é impossibilitante e perversa para as pessoas que estão dentro ou fora do cárcere, justificando, portanto, as reincidências das prisões e no crime.

Assim, caímos numa contradição pertinente que nos leva a pensar, ao mesmo tempo que queremos segurança, não ofertamos o necessário a quem “fere” esse nosso direito (tal direito garantido constitucionalmente e que abrange a todos cidadãos, inclusive a esses que nos “fere”), e, como querer estarmos seguros se na maioria das vezes excluimos ou segregamos o público que nos deixa com tal sensação de insegurança? É possível dessa forma, almejarmos mudanças de um

público, que, de certa maneira vê a mudança como dificuldade justamente pela falta de oportunidade? Sendo assim, concluímos que sem oportunidades a quem mais precisa, essa lógica não fecha, então, busquemos avaliar como tem se espalhado a mesma e como ela afeta todo o conjunto social.

A COMPLEXIDADE DA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O sistema prisional brasileiro atualmente tem evidenciado uma crise com consequências alarmantes (descontrole do crime, estigmatização, ineficiência do Estado, geração da sensação de medo e insegurança, e, reincidências) não somente para a pessoa em situação de prisão, mas também, para aquela que já se encontra fora do sistema carcerário, e, para a sociedade em geral. Devido a tais consequências é necessário discutir a possibilidade de melhorar o sistema, e, uma forma consistente está pautada em um processo de ressocialização efetivo que possa lidar com pessoas que enfrentam as adversidades das relações que envolvem o contexto prisional.

A singularidade dos indivíduos envolvidos no sistema prisional torna o processo de ressocialização mais complexo, pois, neste, devem ser fornecidas orientações que favoreçam possibilidades de mudança na vida deles, sendo que a estes, são sempre despejadas todas as impossibilidades e negatividades, que se tornam empecilhos e obstáculos, conforme afirmam Ragazzi e Queiróz (2019, p. 10) “uma vez passando pela prisão, o indivíduo sofrerá vários tipos de violências tanto físicas como psicológicas, além do estigma que este carregará por toda vida, o de “criminoso”, o que dificultará sua reinserção na sociedade e no mercado de trabalho”.

Desse modo, o processo de ressocialização deve ser instituído de forma a facilitar a reinserção dessas pessoas em todos seus âmbitos sociais que lhes são garantidos legalmente, também, promover a tentativa de reparação dos danos à vida delas, sejam eles, econômicos, políticos, culturais, sociais, os quais, também, são resultados da estigmatização social enfrentada por esses indivíduos.

O estigma aportado à vida das pessoas em situação de prisão, também, de quem já cumpriu sua pena, deixa marcas que criam diversas situações que impossibilitam o cotidiano, as vivências e as possibilidades das mesmas, pois, com

o fato de terem passado por um ambiente segregacionista, a abordagem do afastamento e da ameaça passam a justificar a exclusão social, fomentando, assim, as desigualdades sociais.

O Estado, dentre as demais instituições, é o que tem a maior responsabilidade. A ele cabe todo o poder de organização social e autoridade sobre o comportamento do grupo (SILVA, 2005 *apud* SILVA JUNIOR, 2009). Sendo assim, para que um processo de ressocialização venha a ser efetivo, é fundamental que essa instituição esteja alinhada com objetivos sociais que transforme vidas.

No entanto, o Estado detém influências do sistema capitalista que visa a segurança dos “cidadãos de bem”, os quais exercem a chamada microfísica do poder (superioridade e inferioridade) dentre suas relações (FOUCAULT, 1999), e, aos que se encontram as margens desse sistema (a grande parcela do conjunto social, principalmente, as pessoas envolvidas no sistema prisional) restam as mazelas, injustiças e a sobrevivência. Garland (2008, p. 374) colabora que “o Estado, agora, opera numa economia mesclada de provisão de segurança e controle do crime e suas agências têm que se adaptar ao mercado de segurança privada que cresceu ao longo dos últimos trinta anos”. Na contemporaneidade, o sistema capitalista é quem gerencia as relações, sendo assim, a ilegalidade, é integrada as condições de existência dos indivíduos, pois, na maioria das vezes aqueles que não compartilham da ascensão econômica e vivem à margem, passam pelo crime para prover sua subsistência (FOUCAULT, 1999).

Com o aumento dos crimes, o mercado da segurança privada vale-se dos seus mecanismos para lucrar com a insegurança e o medo presentes na sociedade, possibilitando, assim, sua expansão. O fato do Estado não garantir a proteção necessária e da mídia passar a visão de desproteção, evidencia, portanto, o uso de circuitos de monitoramento, como portões elétricos, grades, vigilância eletrônica etc., favorecendo cada vez mais a exclusão social (DAMÁZIO, 2010).

Para além dessa manipulação do capitalismo com o Estado, este, por ser responsável por todas as questões da pessoa em situação de prisão, tem por dever apresentar as condições favoráveis para o restabelecimento da mesma, no entanto, não é isso que vemos, pois o sistema prisional brasileiro se encontra em condições precárias, o que impossibilita a efetividade do processo de ressocialização, como afirma Veyl (2016, p. 272 *apud* SILVA JUNIOR, E. et al. 2018, p. 6):

As condições infraestruturais, a superlotação dos presídios e o despreparo das instituições e dos profissionais atuantes na execução penal – exemplificados pela má-fé institucional – ferem, taxativamente, o Artigo 5º, III da Constituição Federal de 1988 que preconiza a não submissão de ninguém a qualquer tratamento desumano.

Desse modo, fica evidente o quanto o Estado é ineficiente não só em omissão, mas também, promovendo a violação dos direitos constitucionalmente garantidos, resultando em condições degradantes, as quais afetam as pessoas em situação de prisão, fisicamente, psicologicamente e moralmente, sem contar no âmbito social, que, por não haver possibilidades de desenvolvimento do processo de ressocialização efetivo, fica extremamente comprometido.

Em vista de um sistema prisional mal gerido e mal implementado, que não tem como metaobjetivos sociais para sua melhoria e nem respeita os direitos da Constituição Federal – CF de 1988 e da Lei de Execuções Penais - LEP de 1984, faz-se necessária a instauração de programas sociais com caráter de apoio psicossocial e jurídico, ações de qualificação profissional e inserção laboral, na tentativa de suprimir os efeitos degradantes do perverso e desumano cárcere (SOUZA E SILVEIRA, 2015).

O sistema prisional em seu funcionamento, não só no Brasil, mas também no mundo, não visa o âmbito social, dificultando, assim, o desenvolvimento de programas, projetos, ações e políticas públicas ressocializadoras. O ambiente ofertado pelos presídios não são favoráveis para que as pessoas em situação de prisão possam melhorar, pelo contrário, fomenta-se a lógica de que, quanto mais se retirar a cidadania, deteriorar os indivíduos, favorecer o mercado, suprimir seus direitos, aumentar a exclusão e segregação social, o processo de punição e correção está válido.

Assim, temos como resultado nesse processo de punição e correção, concretizado na privação de liberdade, recorrência das reincidências, pois, sem uma ressocialização efetiva, que traga benefícios e não malefícios às pessoas envolvidas com o sistema prisional, estas, não veem oportunidades de refazerem suas vidas de maneira diferente de quando entraram para o “mundo do crime” e assim, voltam a cometer os mesmos delitos, ou piores, e retornam ao cárcere.

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Um processo de ressocialização efetivo, significa que serão implementadas ações por meio de programas, projetos e políticas que venham a modificar consideravelmente as condições de vida das pessoas dentro e fora do cárcere, pois, é este, que promoverá atividades, responsabilidades e compromissos para as mesmas, a fim de que o “mundo do crime” deixede ser um atrativo e passe a ser apenas um passado distante e sem retorno.

Esse processo somente se concretiza, quando oferta benefícios e oportunidades à vida das pessoas que passaram pelo sistema prisional. Pensar as condições atuais do cárcere é compreender os percalços que serão enfrentados na tentativa de reajustar as condições de vida dessas pessoas, pois, desenvolver a ressocialização sem uma visão direcionada para o social, torna impossível ver acontecer melhorias que repare a vida das mesmas.

Desse modo, o Estado com a sua visão voltada para objetivos sociais a fim de melhorarias no sistema prisional, precisa gerir através de suas ações, oferta de benefícios e oportunidades que reduza o caos encontrado atualmente, pois, somente dessa forma será imaginável a execução de políticas públicas realmente eficazes e com efetivos resultados para as pessoas em situação de prisão e as que já retornaram para a sociedade.

Conforme afirma Höfling (2001, p. 2):

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

O desenvolvimento de políticas públicas é o mais pertinente para que se possa instaurar um processo de ressocialização com efetividade, pois, dessa forma, o Estado se responsabiliza por prover os cuidados necessários para as pessoas do contexto prisional. Sendo assim, para que as políticas públicas se concretizem em ação, o Estado necessita ser responsável por sua gerência, pois, a concepção e implementação das mesmas ficam a cargo do Governo.

Nessa perspectiva, o sistema prisional brasileiro, tem vertentes voltadas ao

acesso as políticas públicas, principalmente, de trabalho, educação e saúde, mas também, de religião, esporte, lazer, tanto em âmbito privado quanto público. Essas políticas têm foco em oportunizar maior proximidade com as formas de organização social do mundo exterior, portanto, ações voltadas ao reestabelecimento do contato com a responsabilidade, o comprometimento e a construção de valores (MANFROI, 2016).

As políticas públicas de trabalho e educação são as mais fáceis de serem encontradas, porém, no geral, as políticas são desenvolvidas a partir de outras já existentes, só que, de forma a serem acrescentadas para o trabalho com a população carcerária.

Desse modo, dados apontados em uma realidade próxima, na Bahia, destaca a educação no sistema prisional. Segundo dados do jornal digital Brasil 247 (2019), no ano de 2015, a Penitenciária Lemos de Brito (PLB) havia apresentado 23% de um número total de 1.351 presos que voltaram a estudar, fruto de um novo Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional elaborado pelo governo do estado, com conteúdo programático do Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), correspondendo ao nível de formação que os presos possuem.

Outro exemplo de política pública de ressocialização ocorre em Santa Catarina, com o acesso ao trabalho. Cerca de 57% dos presos dessa localidade se ocupam com atividade laborativa, revelando-se, portanto, como o estado com maior número de presos trabalhando, conforme dados fornecidos pela Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (2013).

É notável, na comparação entre as políticas públicas dos dois estados acima citados, que Santa Catarina tem a maior porcentagem de resultados. No entanto, é necessário ressaltar as disparidades encontradas entre as duas regiões do país, Sul e Nordeste, onde os recursos são administrados de forma diferente, justamente, por terem suas dinâmicas nos âmbitos sociais, políticos e culturais divergentes.

Sendo assim, é possível perceber, que esses dados não são estupidamente elevados, no entanto, já se propõem a modificar a vida de uma parcela da população carcerária, que, antes, sem perspectiva alguma, passam a ter a oportunidade não só de retomar as suas atividades, mas também, de buscar uma qualificação profissional e trabalho, ainda dentro da prisão ou fora dela, a fim de propiciar novas visões de futuro e retomada mais consistente para a sociedade, culminando no

abandono do crime.

É importante destacar que, para a execução dessas ações ressocializadoras do Estado através de políticas públicas, são necessários profissionais comprometidos com seu fazer profissional e com os objetivos sociais propostos nessas políticas. Dentro da gama de profissões que contribuem para concretização das atividades, estão, o Serviço Social, que tem como um de seus espaços ocupacionais o ambiente prisional.

A CONTRIBUIÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Mesmo em meio a todos os obstáculos encontrados no já supracitado processo de ressocialização o (a) assistente social desempenhará suas atribuições a fim de garantir os direitos das pessoas em situação de prisão ou que já se encontram fora desse sistema, principalmente, no que tange a articulação da reintegração social. Atuará não somente no esclarecimento de direitos e deveres, mas também, contribuindo na tentativa de condições melhores para a vida dessas pessoas, resultando em um retorno efetivo para a sociedade.

Ao romper do século XIX, Foucault (1999) contribui afirmando que, a reforma penal, que levou a reconfiguração do sistema penal com vista a arte de privar a liberdade do infrator, se deu, ao passo de uma nova lógica implicada no crime, pois, esse ato passou a ser encarado como corrupção da conduta moral e ética do indivíduo, o criminoso “rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira (...). O menor crime ataca toda a sociedade; (...) (p. 76)”. Portanto, o crime não mais atinge um indivíduo isolado, mas sim, a coletividade, aquele que comete crimes, passou a ser um risco a segurança da sociedade em geral.

Pires (2013) afirma também que:

Visto sob uma perspectiva crítica, a prática do assistente social, assim como a dos outros profissionais que atuam no sistema penitenciário, só se justifica socialmente para o cumprimento desta tarefa, o que lhe atribui uma funcionalidade aos interesses do capital. Essa funcionalidade é mais significativa no que tange à reprodução ideológica, pois, ao se buscar alcançar a finalidade ressocializadora mediante a mencionada reforma moral, a prática profissional se põe como contributo ao reforço e à reprodução da ideologia dominante e, em decorrência, da ordem burguesa. (PIRES, 2013, p. 362).

Desse modo, Foucault e Pires corroboram, trazendo que, pela lógica burguesa, deveria ser a partir da reprodução dessa ideologia, que as coisas deveriam caminhar nesse ambiente, pois, a oferta da privação de liberdade não poderia visar outra coisa que não fosse o reajustamento da conduta moral, através da ressocialização, daquele indivíduo, que não só rompeu com um pacto social, como também, expôs toda a sociedade a falta de segurança pública, portanto, não mais adequado que os profissionais atuassem para ressocializar, em outras palavras, trazer de volta a moral perdida como ditou o capital.

E, é com o passar do tempo, que, como Pires apresenta, os profissionais de Serviço Social e também outros profissionais se tornam funcionais dentro desses ambientes, a ideia de reforma da moral, vira competência para esses profissionais, e, mais adiante, se consolida em legislação, ainda buscando o mesmo viés, de reeducar as pessoas em situação de prisão, no entanto, agora, visando um processo de ressocialização mais trabalhado na criticidade.

Atualmente, a Lei de Execução Penal - LEP em seu 7º artigo garante a atuação do profissional de Serviço Social no sistema penitenciário, evidenciando assim a necessidade do(a) assistente social nesse ambiente que cada dia mais tem apresentado violação de direitos, precariedade e desumanidade. A lei também traz, em seu artigo 22 que a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Sendo, portanto, extremamente necessário para o desenvolvimento de um processo efetivo de ressocialização.

Fazendo um adendo ao parágrafo anterior, a forma como a legislação especifica o Serviço Social encontra-se equivocada, pois, quando nos referimos a assistência social, estamos falando de uma política pública pilar da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que tem sua organização por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e encontrada entre um dos três pilares da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), o correto mesmo deveria ser Serviço Social, que, é a nomenclatura exata da profissão.

Desse modo, tendo sua atuação legítima no ambiente prisional, o profissional visará um processo de ressocialização pautado na viabilização da garantia dos direitos, no desenvolvimento de políticas públicas ressocializadoras, na minimização de danos à vida das pessoas envolvidas com o sistema prisional, na reintegração social e na melhoria externa das condições de vida das mesmas.

Iamamoto (1998, p. 20) colabora ainda, que:

O Assistente Social dispõe de um código de Ética profissional e embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras. O Assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementem políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou nos termos de Netto, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas, hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais.

Desse modo, o (a) assistente social terá um importante papel, como traz Yamamoto, o de contribuir com a formulação de políticas públicas, o que, nesse ambiente se traduz por, políticas públicas ressocializadoras, elevando suas capacidades, não só para o patamar de transformadores sociais, mas também, de criadores de mecanismos que podem ofertar mais oportunidades as pessoas em situação de prisão ou egresso desse sistema.

No que tange a atuação do (a) Assistente Social, conforme o artigo 11 da Lei nº 7.210/84, de maneira mais detalhada, para além da contribuição citada anteriormente, essas são competências executadas por este profissional dentro do sistema penitenciário, que vai desde questões de saúde até a aproximação com o mundo extramuros. Da Assistência Social, estabelece no artigo 23 que:

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:
I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;
II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;
III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;
IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;
V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;
VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima. (BRASIL, Lei nº 7.210/84).

Sendo assim, fica compreensível que mesmo as pessoas que se encontram ou já se encontraram no cárcere, são igualmente possuidores de direitos, e, mais, que merecem tratamento adequado para que o retorno a sociedade não venha a lhes causarem mais danos que o sistema causou com todas suas dificuldades e impossibilidades, e, que, a atuação de um profissional de Serviço Social se torna fundamental para tal processo.

O trabalho no sistema prisional é extremamente relevante e desafiador para

este profissional, pois trata-se de um ambiente onde há constantes violações de direitos, onde, lida com situações singulares delicadas do início ao fim do atendimento. Destacando aqui, que, não só para o profissional de Serviço social, mas também, qualquer outra área que desejar atuar nesse ambiente, estas, precisarão, portanto, ter a consciência plena de estar lidando com vidas que precisam ser transformadas e elevadas a um patamar de distanciamento de tudo que as levaram a estarem nesse lugar.

Pires (2013, p. 370), mestre e doutora em Serviço Social colabora afirmando que:

Dizendo de outro modo, envolve uma prática profissional que privilegie estratégias que propiciem à pessoa presa condições para que possa se perceber em suas potencialidades e capacidades e que, ajudando a fortalecê-las, possa contribuir com ela no enfrentamento, em melhores condições, dos óbices com os quais se deparará quando for posto em liberdade. Ou seja, não basta a volta à sociedade extramuros: a pessoa há que estar potencializada para o enfrentamento dos limites que essa realidade lhe impõe, assim como impõe para todos os indivíduos que nela vivem em condições alienadas e alienantes de existência.

O (a) assistente social, sendo um(a) profissional garantido de forma legítima para atuar com a população carcerária, irá desempenhar suas funções ao passo que busque estratégias para oportunizar a seus demandantes, o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, pois, o retorno a sociedade pode ser um obstáculo ainda maior, forçando-os a desistir e permanecer na “vida do crime”, portanto, é imprescindível que esse profissional contribua na vida dessas pessoas, promovendo mudanças de pensamentos que as leve a compreensão da realidade social a qual estão inseridos.

Nessa perspectiva, é possível desempenhar suas atribuições, por exemplo, indo de encontro a criação de estratégias que busquem a inserção no mercado de trabalho, seja, para quem ainda está no cárcere ou para quem já retornou a sociedade, criando assim, vínculos fortes com uma exterioridade benéfica e possibilitando renda para o seu sustento. O trabalho é uma atividade garantida por lei no art 28 da Lei de Execução Penal – LEP/1984, e, com colaboração do (a) assistente social para o egresso na mesma, legitimada no art 27 desta lei.

Assim, fica notável, o quão fundamental é o fazer profissional do (a) assistente social para a efetividade no processo de ressocialização, a fim de que a transformação social almejada, seja de fato concretizada, se refletindo em resultados benéficos não

só para quem vive ou viveu o contexto prisional, mas também, para seus familiares e a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a efetividade do processo de ressocialização é garantir as mudanças necessárias para o sistema prisional atual, pois, como podemos discutir, sem objetivar o social, fica inviável a transformação de vidas nesse contexto. Sendo assim, para que o conjunto social desfrute de uma sociedade com menores índices de criminalidade, mais justiça e com mais segurança, como almejam, é imprescindível que a vida e aprendizado dessas pessoas que passaram por esse ambiente esteja em pauta constante.

O sistema prisional, contudo, expõe consequências desastrosas que impossibilitam o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo no país, que vai desde a estigmatização das pessoas em situação de prisão, passando pela ineficiência do Estado, a precariedade do ambiente, reincidências, até a promoção de segurança pela lógica capitalista.

As problemáticas encontradas no sistema carcerário atualmente nos leva a compreender quantas falhas precisam ser reparadas, mas, não simplesmente falhas sobre tipos de acontecimentos, são sobre vidas, que, por uma lógica infame, coloca uma parcela da população a viver de forma degradante e sem perspectivas de melhoria de conduta e retomada da vida distante de condutas delituosas.

O (a) assistente social seria o profissional, que, trabalharia na tentativa de minimizar violações de direitos, ao mesmo passo que garantiria os necessários legitimamente, promoveria articulação da reintegração social e lutaria contra a precariedade e desumanidade dentro do sistema prisional, deixando como resposta e resultado, condições reais de reestabelecimento da vida das pessoas envolvidas nesse sistema.

No entanto, é imprescindível ressaltar que o profissional de Serviço Social embora seja importante para a viabilização dos direitos, não consegue abarcar todas as questões sozinho, pois, são inúmeros fatores envolvidos, os quais, em suas partes compete a outros profissionais a atuação, por isso a importância também do trabalho multidisciplinar nesse ambiente prisional.

Enquanto o sistema se encontra um caos, a única e consistente alternativa à parte desses problemas seria o desenvolvimento de um processo de ressocialização efetivo, com suas ações voltadas a políticas públicas ressocializadoras que proporcionem a transformação social, as quais ofertariam, trabalho, educação, esporte, religião e lazer, possibilitando as pessoas dentro ou já fora do cárcere uma visão de futuro para além do crime.

REFERÊNCIAS

BRASIL 247. Bahia tem 2º melhor sistema de educação em presídios. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/geral/bahia-tem-2-melhor-sistema-de-educacao-em-presidios>>. Acesso em 29 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, v. 5, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Seção 1, p68. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em 30 de abril de 2020.

DAMÁZIO, D. da S. **O sistema prisional no brasil: problemas e desafios para o Serviço Social**. 2010. 91p. Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Geografia283197.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhe. 30. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes** (São Paulo). São Paulo, ano XXI, nº 55, nov. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

MANFROI, I. Âmbito jurídico. **Políticas públicas de ressocialização na gestão do sistema carcerário**. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/politicas-publicas-de-ressocializacao-na-gestao-do-sistema-carcerario/>>. Acesso em 28 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **A assistência Social**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>>. Acesso em 26 de Julho de 2021.

PIRES, S. R. de A. Sobre a prática profissional do assistente social no sistema penitenciário. **Textos & Contextos** (Porto Alegre). Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 361 -

372, jul./dez. 2013. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/13614>>.
Acesso em 6 de maio de 2020.

RAGAZZI, S. dos S. B. S.; QUEIRÓZ, I. D. A ressocialização do preso no brasil: desafios para as políticas públicas em tempos de crise do capital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16^o, 2019, Brasília. Anais do 16^o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília: 2013. Disponível em: <
<http://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1112/1088>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

SANTOS, M. N. dos. **A Contribuição do Serviço Social na Ressocialização de Detentos.** 2017. Disponível em:
<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/4643/MUNIQUE_NEUWIRTH_DOS_SANTOS-TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 de Julho de 2021.

SILVA JUNIOR, E. D. da.; NEVES, A. J.; VIEIRA, A. D. **Possibilidades e Desafios da Ressocialização.** 2018. Disponível em:<<http://dspace.pm.go.gov.br:8080/xmlui/handle/123456789/1410>>. Acesso em 21 de abril de 2020.

SILVA JUNIOR, N. N. da. **O conceito de Estado.** 2009. Disponível em:
<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-conceito-de-estado/#_ftn7>. Acesso em 19 de maio de 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS RETENTORES DE PINOS DE FIBRA DE VIDRO E DO NÚCLEO METÁLICO NA REABILITAÇÃO ESTÉTICA E FUNCIONAL

Comparative analysis between fiberglass pin retainers and metal core in aesthetic and functional rehabilitation

Raiara dos Santos Melo Ribeiro¹
Sérgio Roberto Lemos de Carvalho²

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Discente do curso de Odontologia. Rahiera.m@gmail.com

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Doutor em Ciências pela Universidade Federal da Bahia. sergio.carvalho@facemp.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-3936-1113>

RESUMO

Na odontologia, os pinos dentários têm o propósito de restaurar a estrutura dentária que foi perdida. Alguns materiais são utilizados como retentores intrarradiculares, dentre eles os núcleos metálicos fundidos e os pinos pré-fabricados de fibra de vidro. Desse modo, o objetivo desse estudo é realizar uma análise comparativa entre os pinos de fibra de vidro com o núcleo metálico fundido na reabilitação estética e funcional, a partir de uma revisão de literatura. O presente estudo tem caráter exploratório e abordagem qualitativa. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica de estudos publicados nos últimos anos (2005-2023), por meio de buscas nas bases de dados: Scientific Electronic Library On-line (SCIELO), National Library of Medicine (PUBMED), SDI - CAPES (sistema de disseminação de informações) e Google acadêmico. Nesta pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: Pinos dentários (Dental pins), Dente não Vital (Tooth, Nonvital) e Restauração Dentária (Dental Restoration). A análise de dados foi realizada através de uma revisão integrativa da literatura, identificando - se estudos que atenderam aos critérios pré-estabelecidos para compilar e analisar os resultados. Observou-se que os pinos metálicos fundidos, comparados aos de fibra de vidro, oferecem mais riscos a fraturas radiculares. Estes riscos devem-se ao fato de serem mais rígidos e, assim, transmitirem maior tensão à porção radicular, além de necessitarem de um desgaste adicional. Além disso, os pinos de fibra de vidro podem diminuir a incidência de fraturas da raiz, pois eles possuem um modulo de elasticidade similar ao da dentina. É fundamental o conhecimento do profissional da odontologia sobre os principais sistemas retentores intrarradiculares, para o processo de decisão na escolha da melhor opção, de acordo com vários fatores associados ao dente e com as características individuais dos seus pacientes.

Palavras-chave: Pinos de Fibra de Vidro. Núcleo Metálico Fundido. Retentores intrarradiculares.

ABSTRACT

In dentistry, the purpose of dental posts is to restore lost tooth structure. Some materials are used as intraradicular retainers, including cast metal cores and prefabricated fiberglass posts. Thus, the aim of this study is to carry out a comparative analysis between glass fiber posts and cast metal cores in aesthetic and functional rehabilitation, based on a literature review. This is an exploratory study with a qualitative approach. A bibliographic survey of studies published in recent years (2005-2023) was carried out by searching the following databases: Scientific Electronic Library On-line (SCIELO), National Library of Medicine (PUBMED), SDI - CAPES (information dissemination system) and Google Scholar. The following descriptors were used in this research: Dental pins, Tooth, Nonvital and Dental

Restoration. Data analysis was carried out through an integrative literature review, identifying studies that met the pre-established criteria for compiling and analyzing the results. It was observed that cast metal posts, compared to fiberglass posts, pose a greater risk of root fractures. These risks are due to the fact that they are more rigid and therefore transmit greater stress to the root portion, as well as requiring additional wear. In addition, fiberglass posts can reduce the incidence of root fractures, as they have a modulus of elasticity similar to that of dentin. The dental professional's knowledge of the main intraradicular retainer systems is essential for the decision-making process in choosing the best option, according to various factors associated with the tooth and the individual characteristics of their patients..

Key words: Fiberglass Pins. Cast Metal Core. Intraroot retainers

INTRODUÇÃO

O uso de retentores intrarradiculares é inquestionável quando se trata da reconstrução de elementos dentários com extensa perda estrutural (ROSA, 2019). Há algum tempo, as estruturas dentárias eram frequentemente condenadas à exodontia, devido à presença de danos estruturais extensos na porção coronária, resultantes de lesões de cáries, traumas e procedimentos endodônticos invasivos. No entanto, com o avanço da odontologia, foi criado um retentor intrarradicular, popularmente conhecido como pino, cuja função é promover a estabilidade e a retenção da restauração final, restabelecendo a função e a estética (PRADO et al., 2014; GARCIA et al., 2018).

Existem relatos históricos da utilização de meios de retenção intrarradiculares desde o século XVIII. Fauchard, em 1728, fez o uso de um pino de madeira dentro de um remanescente radicular; a ideia era que a madeira, ao entrar em contato com a umidade, se dilataria, resultando em uma retenção firme do pino. Os pinos metálicos foram introduzidos na década de 1970; já os de fibra surgiram em 1989 (PRADO et al., 2014).

Desde então há uma variedade de núcleos intrarradiculares fabricados com diferentes tipos de materiais, podendo ser classificados como metálicos (titânio e aço inoxidável) e não-metálicos (fibra de vidro, fibra de quartzo, fibra de carbono e cerâmicos). Os núcleos metálicos fundidos (NMF) foram muito utilizados ao longo dos anos, incluindo em dentes anteriores, entretanto, além de necessitarem de um maior tempo de consulta e confecção, alto custo, seus resultados estéticos podem ser insatisfatórios (OLIVEIRA et al., 2021). Entre os pinos não metálicos, os pinos de fibra de vidro (PFV) mostram pontos positivos como: possibilidade de adesão à estrutura dentária, módulo de elasticidade próximo ao da dentina, oferecendo alta resistência

mecânica e a corrosão, resistência à fadiga, reduzindo riscos de fraturas, oferecem propriedades estéticas, e a fase laboratorial não é necessária, o que reduz o tempo clínico (LEAL et al., 2018; ROSA, 2019).

A seleção adequada do núcleo intrarradicular depende de vários fatores associados ao dente que será submetido ao tratamento; dentre esses fatores, destacam-se a anatomia do canal radicular, a quantidade de estrutura dental remanescente perdida, o padrão oclusal do paciente e a posição do dente na arcada. Além disso, outros aspectos como a resistência do dente, a biocompatibilidade com os materiais restauradores e a facilidade de instalação e remoção, quando necessário, também devem ser considerados (OLIVEIRA et al., 2018).

A utilização de retentores intrarradiculares na reabilitação estética e funcional é um tema relevante para a odontologia atualmente, pois muitos pacientes apresentam a necessidade de restauração de dentes com a coroa severamente destruída e que passaram por um tratamento endodôntico (MELO et al., 2015). Os núcleos de preenchimento PFV têm ganhado destaque como uma excelente opção, apresentando resultados satisfatórios e de alta qualidade, graças às suas características estéticas e funcionais.

O presente estudo tem caráter exploratório e abordagem qualitativa visa comparar a reabilitação estética e funcional entre os pinos de fibra de vidro e os núcleos metálicos fundidos. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica de estudos publicados nos últimos anos (2005-2023), por meio de buscas nas bases de dados: Scientific Electronic Library On-line (SCIELO), National Library of Medicine (PUBMED), SDI - CAPES (sistema de disseminação de informações) e Google acadêmico. Nesta pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: Pinos dentários (Dental pins), Dente não Vital (Tooth, Nonvital) e Restauração Dentária (Dental Restoration). A análise de dados foi realizada através de uma revisão integrativa da literatura, identificando - se estudos que atenderam aos critérios pré-estabelecidos para compilar e analisar os resultados.

Diante do panorama exposto, este estudo teve como objetivo geral apresentar uma análise comparativa entre os pinos de fibra de vidro e do núcleo metálico na reabilitação estética e funcional, na perspectiva de se propor um artigo técnico que proporcione evidências de um melhor resultado com o uso destas técnicas; como objetivos específicos, analisar a qualidade estética dos núcleos de preenchimento PFV em comparação com os retentores NMF; identificar vantagens e desvantagens e

avaliar a resistência à fratura, à união e a tração dos retentores intrarradiculares utilizados nesta pesquisa.

Considerando a importância da prática fundamentada em evidências na área de saúde, o presente trabalho se justifica pela necessidade de se estudar o uso de diferentes retentores intrarradiculares na reconstrução de elementos dentários com extensa perda estrutural, uma vez que as restaurações de dentes endodonticamente tratados são complexas devido à extensa perda de estrutura dentária, levando à pressuposição de que o uso dos pinos poderá proporcionar, além de uma melhor retenção, a promoção de um adequado suporte, influenciando diretamente na qualidade de vida do paciente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O NÚCLEO METÁLICO E O PINO DE FIBRA DE VIDRO

De acordo com Clavijo e Clavijo (2018), o retentor metálico era a opção preferencial para a reabilitação de dentes submetidos a tratamento endodôntico; entretanto, ao longo do tempo, as coroas com base metálica foram gradualmente substituídas por coroas de metal *free*, surgindo, assim, o desafio estético de como ocultar os dentes escurecidos profundamente.

O núcleo metálico oferece um encaixe apropriado no conduto radicular, porém sua estética não é a mais adequada, pois deixa revelar uma tonalidade acinzentada que contrasta com a cor da dentina. Além disso, é extremamente rígido e pode concentrar tensões na raiz do dente, aumentando, assim, o risco de fratura em nível de raiz (PRADO, 2014; CORRÊA NETTO et al., 2017).

Ao comparar-se os núcleos de preenchimento PFV e NMF, observa-se que os pinos de fibra de vidro têm vantagens evidentes; isso se deve ao fato de que o tempo necessário para a realização da técnica de aplicação é menor em comparação com os núcleos metálicos, além disso, os pinos PFV dispensam serviços laboratoriais, preservam o tecido dentinário e contribuem para melhorar a estética da reabilitação (MARQUES ET AL., 2016; MIORANDO ET AL., 2018).

Os incisivos superiores são mais propensos a fraturas devido à intensidade das forças mastigatórias oblíquas, quando o retentor intrarradicular é de NMF; ressalta-se, assim, que essa constitui a principal falha associada a esse sistema; no entanto, esse

problema não se apresenta no uso do PFV, visto que, o módulo de elasticidade deste pino favorece a dispersão das forças (AGGARWAL ET AL., 2013; MINGUINI ET AL., 2014).

Os retentores a base de fibra de vidro possuem como vantagem a facilidade da técnica e módulo de elasticidade similar ao da dentina (LAMICHHANE et al., 2014) APUD Brondani (2019), o que faz com que as forças recebidas sejam dissipadas de maneira uniforme pela raiz do remanescente. Os núcleos metálicos fundidos são outra opção restauradora muito utilizada, apresentando resistência mecânica superior aos pinos de fibra. No entanto, o alto módulo de elasticidade desse retentor faz com que as forças recebidas não sejam dissipadas de maneira homogênea, concentrando altos valores de tensão na raiz e elevando a chance de fraturas catastróficas do remanescente.

Os núcleos metálicos têm sido utilizados por um longo período, embora apresentem algumas desvantagens, como efeito corrosivo, dificuldade de aderência, custo elevado e complexidade de reparo; no entanto, com a introdução dos pinos pré-fabricados, algumas dessas limitações foram superadas por meio da incorporação de fibras envoltas em matriz orgânica, favorecendo a biomecânica, elasticidade e estética da restauração (OLIVEIRA et al., 2018).

Vale destacar que, de acordo com o traçado do retentor deve ser necessário a remoção de uma quantidade significativa de tecido dentinário durante o preparo da técnica, o que pode gerar fragilidade no remanescente, os PFV aproveitam a anatomia intrarradicular, enquanto os núcleos metálicos requerem uma área retentiva para sua colocação, ou seja, para que o retentor metálico se encaixe corretamente no canal, a técnica exige uma maior remoção de tecido em comparação com o uso do PFV (PEREIRA et al., 2017; VALDIVIA e MACHADO, 2017).

RESISTÊNCIA À UNIÃO, À FRATURA E À TRAÇÃO

Dentes que passaram por tratamento endodôntico tornam-se mais propensos à fratura, devido a redução da umidade dentária e a perda de dentina em grande quantidade altera a composição da estrutura remanescente. Esse cenário compromete as estruturas de reforço dentais, como pontes de esmalte, teto da câmara pulpar e cristas marginais (PRADO et al., 2014). No entanto, o objetivo da odontologia

restauradora é restabelecer não apenas a estética, mas também a anatomia e a funcionalidade do dente.

Em relação aos testes de resistência de união dos núcleos de preenchimento de fibra de vidro, diversos fatores, como a configuração de carga, os tipos de materiais, o tamanho da área de superfície de adesão e a concepção da amostra, podem influenciar os resultados (DANTAS, 2011). O teste mecânico de *push-out* é uma ferramenta comumente utilizada para avaliar a resistência ao cisalhamento entre pinos e as paredes do canal radicular (SANTOS, 2016).

Embora os pinos de fibra de vidro sejam mais curtos que os núcleos metálicos, apresentam-se mais resistentes à fratura (MINGUINI et al., 2014). Em outro estudo comparativo, Melo Sá et al. (2010) encontraram resultados que revelam que dentes reabilitados com retentores NMF apresentaram fratura radicular quando comparado com os núcleos de preenchimento de fibra de vidro, concordando com Soares e Sant`Ana, (2018) que afirmam que os retentores PFV se mostraram mais resistentes a fraturas, além de apresentar uma estrutura menos rígida.

De acordo com Silva et al. (2009), tanto o pino de fibra de vidro quanto o núcleo metálico apresentam valores semelhantes de resistência à tração, quando são cimentados com cimentos resinosos. Os núcleos de preenchimento desempenham um papel fundamental tanto pela retenção da restauração final, quanto pela proteção do remanescente radicular. Para garantir uma retenção adequada da restauração, Shiozawa et al., (2005) recomendam que o retentor deve ter pelo menos 2/3 do comprimento da raiz do dente e ser igual ou maior que a coroa protética.

Fernandes e Beck, (2016) indicam que dentes reabilitados com retentores de fibra de vidro demonstram maior resistência do que aqueles que recebem os pinos metálicos. O êxito do tratamento endodôntico e do pino intrarradicular é uma combinação de vários fatores, incluindo: dentina, cimento e pino. Nessa interface, não deve haver infiltrações, sendo que a etapa considerada mais crítica é a cimentação, devido à sensibilidade da técnica e sua complexidade (MARQUES, 2016).

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO NMF E DO PFV

Por mais de um século, a recuperação de dentes com ampla destruição coronária tem sido realizada com núcleos metálicos fundido; no entanto, atualmente, o seu uso foi reduzido devido ao fato de que os núcleos pré-fabricados de fibra de

vidro serem mais econômicos, mais estéticos, ter fácil aplicação e, ainda, permitir eliminar a fase do laboratório (MORO et al, 2005).

Os núcleos metálicos fundidos são geralmente recomendados em situações em que a raiz do dente está vestibularizada, necessitando de uma coroa lingualizada para se alinhar adequadamente ao arco dental; também são indicados quando os pinos pré-fabricados não se ajustam corretamente às paredes dos canais radiculares, tornando necessário um aumento da camada de cimento (PRADO et al., 2014).

Os pinos metálicos fundidos são normalmente indicados por sua excelente adaptação ao conduto radicular e sua resistência, porém, esteticamente apresentam desvantagens devido à sua coloração e ao tempo prolongado para sua fabricação (MANKAR et al., 2012). Além disso, a colocação desses pinos é mais invasiva em relação ao preparo do canal radicular, resultando em maior desgaste dental (PRADO et al., 2014).

Os núcleos metálicos ainda são mais empregados devido à sua boa adaptação, sucesso clínico e rigidez (MINGUINI et al., 2014). Apesar disso, o PFV curto demonstrou ser mais resistente que o pino de metal longo. Vale salientar, porém, que o pino metálico continua sendo a opção mais econômica e com maior durabilidade clínica, e, por esse motivo, ainda é bastante utilizado atualmente (MANKAR et al., 2012). Quando se trata de dentes com metade do remanescente coronário necessitando de retenção intrarradicular, os pinos de fibra de vidro são os mais utilizados, porém, não são recomendados para canais amplos, pois com o aumento da espessura do agente cimentante, pode diminuir a resistência à fratura. Esses pinos são mais fáceis de remover, permitem o preparo do dente mais conservador, não necessita envio ao laboratório além de serem mais resistentes à corrosão (PRADO et al., 2014).

Ainda em relação à remoção, Rosa (2019) afirma que os pinos de fibra de vidro promoveram maior dificuldade em sua remoção ao passo que os núcleos metálicos fundidos pareceram menos resistentes à remoção e em sua maioria foram descimentados completamente do conduto, sem oferecer maiores riscos. Rosa (2019), em trabalho experimental, identificou que os grupos que receberam pinos de fibra de vidro apresentaram, de maneira geral, maior perda de estrutura dentária quando comparados aos pinos núcleos metálicos fundidos. Desta forma, concluiu que, se for necessária uma futura remoção de pino intrarradicular, os núcleos metálicos

fundidos cimentados com cimento resinoso são os que resultam em menor destruição de remanescente, mesmo que demande maior tempo clínico ou tenha maior custo.

A necessidade de maior retenção, especialmente em situações em que a força de cisalhamento é elevada, torna o PFV uma escolha adequada. Ele é mais estético, o que o torna preferível para dentes anteriores. Souza et al., (2012) evidenciam as vantagens dos núcleos de fibra de vidro, com destaque para a redução de ocorrência de fraturas radiculares quando comparados aos pinos metálicos.

Os pinos de fibra de vidro são capazes de distribuir melhor as forças mastigatórias do que os núcleos metálicos, devido ao seu módulo de elasticidade ser similar ao da dentina. Apesar dos pinos metálicos serem escolhido como opção pelos dentistas, os PFV por sua qualidade estética, têm ganhado aceitação dos dentistas por serem considerados clinicamente confiáveis, dada a sua alta taxa de sucesso. Nos casos de insucesso, os autores apontam que as falhas não estão relacionadas a fraturas radiculares, mas sim à descimentação do pino (FERNANDES E BECK, 2016).

As vantagens dos retentores NMF consistem na radiopacidade excelente, no uso de técnicas simples para sua fabricação e, ainda, em sua adaptação adequada à porção radicular; no entanto, Prado et al., (2014) consideram que seu elevado módulo de elasticidade em comparação com a dentina, a ausência de adesividade às estruturas dentárias, uma estética desagradável e a possibilidade de corrosão são desvantagens relacionadas ao seu uso. Ainda reportando sobre as vantagens dos pinos metálicos, Moro (2005), inclui o baixo custo associado, a ausência da necessidade de uso de técnicas ou cimentos especiais para fixação, e, de forma especial, a vasta experiência clínica adquirida ao longo de várias décadas de uso.

DISCUSSÃO

Segundo Lemos et al., (2016), os dentes que passaram por um procedimento endodôntico tornam-se vulneráveis e propensos a fraturas, especialmente aqueles com estrutura coronal reduzida, portanto, é comum a indicação de retentores intrarradiculares. Em linha com essa pesquisa, Scelza et al., (2017) afirmaram que dentes que apresentam alta perda de sua estrutura coronária, seja devido a cáries, restaurações ou fraturas na coroa, precisam ter sua função reparada e reabilitada por núcleos intrarradiculares.

Mankar et al., (2012) descrevem que há uma variedade de retentores intrarradiculares pré-fabricados, que podem ser classificados de metálico e não-metálico. Além disso, esses retentores podem ser categorizados de acordo com sua forma geométrica (paralelos ou cônicos), configuração de superfície (rosqueados, serrilhados ou lisos) e método de retenção (ativos ou passivos).

Conforme Aggarwal et al., (2013), os retentores metálicos requerem uma etapa laboratorial, o que aumenta os custos e estende o tempo clínico do tratamento. Por outra perspectiva, Prado et al., (2014) argumentaram que os pinos PFV, quando comparados aos metálicos, oferecem vantagens como estética agradável, menor tempo clínico, resistência à corrosão e remoção mais simplificada. Além do mais, a técnica permite a cimentação e restauração em uma única sessão.

De acordo com Minguini et al., (2014), uma opção atual aos núcleos metálicos é o PFV, que apresenta vantagens estéticas, capacidade de dissipar as forças da mastigação, possibilidade de reabilitação em uma única sessão, resistência à corrosão e menor risco de fratura dentária. Scelza et al., (2017) corroboram essa visão, argumentando que os retentores metálicos são mais propensos a causar fraturas na raiz, enquanto os PFV distribuem as forças mastigatórias de maneira mais uniforme, evitando a ruptura radicular.

Lemos et al., (2016) afirmam que a tensão das forças mastigatórias é distribuída de maneira mais eficiente com o uso do PFV. Isso ocorre porque o módulo de elasticidade desse material é similar ao da dentina, prevenindo de possíveis falhas que podem acontecer com o uso de NMF. Aggarwal et al., (2013) compartilham dessa opinião, destacando a importância de o material do retentor imitar o tecido dentário para distribuir a carga de maneira mais uniforme ao longo da raiz do dente.

Em situações em que o canal está muito ampliado ou ovalado, as superfícies dos pinos não se adaptam efetivamente às suas paredes. Para evitar espessuras excessivas do cimento, que aumentam a contração volumétrica de polimerização, o estresse na interface cimento/dentina e a formação de bolhas, diminuindo a resistência do cimento, é feito o reembasamento do PFV com resina composta no canal (PRADO *et al.*, 2014).

Marques et al., (2016) destacam que a adaptação anatômica dos pinos com as paredes do canal radicular pode resultar em uma camada mais fina de cimento resinoso, o que por sua vez pode reduzir as tensões induzidas pela polimerização.

Além disso, Lemos et al., (2016) observaram que os retentores PFV, além de suas propriedades apontadas, possuem alta resistência ao impacto e exigem menor desgaste da dentina radicular. Isso não só diminui as tensões nessa área, como também facilita remoções futuras, caso venha a ser necessário.

Embora existam diversas qualidades nos pinos de fibra de vidro, eles podem ter uma má adaptação quando colocados em canais radiculares mais largos, cônicos ou não circulares. Isso pode afetar a resistência adesiva, visto que, uma camada de cimento muito espessa ao redor do retentor pode resultar em um maior deslocamento do mesmo, bem como um maior índice de fraturas resultantes das forças mastigatórias (MINGUINI et al., 2014).

Prado et al., (2014) destacaram a versatilidade dos pinos de fibra de vidro na reconstrução de estruturas dentárias coronais danificadas, seja por cárie, trauma ou procedimentos endodônticos agressivos. Eles observaram que esses pinos oferecem um tempo de cadeira reduzido e um custo menor em comparação com os pinos metálicos fundidos. Os retentores intrarradiculares estéticos têm se mostrado altamente eficientes na retenção do material restaurador coronário e na distribuição das cargas mastigatórias. Minguini et al., (2014) descreveram a técnica de aplicação como simples, permitindo ao dentista concluir o procedimento em uma única sessão, além de proporcionar uma melhor estética na restauração final.

Em estudo experimental, Pinheiro (2019) não observou diferenças estatisticamente significativas ao comparar a sobrevivência e o sucesso dos dois tipos de pinos em estudo nesta pesquisa. A pesquisadora, porém, observou diferenças estatisticamente significantes em relação a posição dos dentes no arco, onde dentes posteriores falharam mais que anteriores para os dois pinos, considerando o sucesso das restaurações ($P=0.0252$) ($n=17$); no entanto, ao estratificar a análise, observou essa mesma diferença ($P=0.0067$) apenas no grupo pino de fibra de vidro. Já para sobrevivência das restaurações, destacou que não houve diferença estatisticamente significativa para nenhuma das comparações ($n=12$). Concluiu, assim, que ambas as estratégias restauradoras podem ser utilizadas para reabilitar dentes tratados endodonticamente sem remanescente dentário, não havendo diferenças tanto para sobrevivência como para o sucesso das restaurações. Contudo, evidencia que é importante ressaltar que pinos fibra de vidro falham mais em dentes posteriores quando considera-se o sucesso das restaurações. Para Christensen (2018), o NMF e

o PFV foram satisfatórios para restaurar dentes tratados endodonticamente após aproximadamente 6 anos de acompanhamento.

Concluindo Leal et al., (2018) destacam que, a utilização do pino de fibra de vidro na reabilitação dental, tem aumentado significativamente, principalmente devido às suas características mecânicas e estéticas, quando comparados com o de núcleo metálico fundido; os retentores PFV apresentaram o melhor custo-benefício, estética agradável, técnica de aplicação simples e econômica, resistência à corrosão, forte adesão, boas propriedades biomecânicas e biocompatibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa revelou que tanto o núcleo metálico fundido quanto os pinos de fibra de vidro apresentam vantagens e desvantagens. A escolha entre os pinos de fibra de vidro e o núcleo metálico deve ser baseada em uma avaliação cuidadosa das necessidades individuais do paciente, considerando fatores como estética, funcionalidade, tempo de tratamento e adaptação ao canal radicular. Embora os pinos de fibra de vidro tenham tido uma maior popularidade devido à sua estética superior e módulo de elasticidade semelhante ao da dentina, há de se considerar, deveras, que, os núcleos metálicos fundido, apesar de serem mais antigos, continuam a ser uma opção confiável devido à sua radiopacidade, adaptação ao canal radicular e, sobretudo, ao seu histórico clínico. Além disso, os núcleos metálicos fundidos apresentaram maior facilidade de remoção quando comparados aos pinos de fibra de vidro. Portanto, é essencial que os profissionais de odontologia estejam bem-informados sobre as propriedades e aplicações de ambos os materiais para fazer a melhor escolha para seus pacientes.

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, R; GUPTA, S; TANDAN, A; GUPTA, N. K; DWIVEDI R; AGGARWAL R. Comparative evaluation of fracture resistance of various post systems using different luting agents under tangential loading. **J Oral Biol Craniofac Res.** 2013 May-Aug; 3(2): 63–67.

BRONDANI, L.P.L. **Comportamento biomecânico de dentes tratados endodônticamente reabilitados com próteses fixas múltiplas e unitárias.** 2019. 109 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Odontologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8290421. Acesso em: 06.dez. 2023.

CHRISTENSEN, P.P. G. **Restauração de dentes tratados endodonticamente com retentores intrarradiculares: avaliação clínica retrospectiva e revisão sistemática.** 2018. 60 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Odontologia Clínica, Universidade Positivo, Curitiba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6589915. Acesso em: 06.dez. 2023.

CLAVIJO, E; CLAVIJO, V. Quando realizar a remoção de retentores intrarradiculares? **Clínica – International Journal of Brazilian Dentistry**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 138- 144, abr./jun. 2018.

CORRÊA NETTO L. R; BRASIL S. C; MENDES A. P. K. F; DIAS A. R. C; SENNA P. M. Confecção de pino anatômico pela técnica semidireta. **Revista Rede de Cuidados em Saúde.** V.10, N.1(2017)

DANTAS, M. C. C. AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES MECÂNICAS E ADESIVAS DE PINOS COMPÓSITOS ENDODÔNTICOS SUBMETIDOS A DIFERENTES TRATAMENTOS SUPERFICIAIS, Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, 2011. RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL DEZEMBRO DE 201. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 01.dez. 2023.

FERNANDES, D, J.; BECK, H. Vantagens dos pinos de fibra de vidro. **Revista de Odontologia da UBC.** Vol 6, Nº. 1, Jan-Jun 2016.

GARCIA, P. P.; GOULART, R.; GARCIA, A. V. et al. Effect of surface treatments on the bond strength of CAD/CAM fiberglass posts. **Journal of Clinical and Experimental Dentistry**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. e1-e5, jan. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4317/jced.54904>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

LEAL, G. S. et al. Características do Pino de Fibra de Vidro e aplicações Clínicas: Uma Revisão da Literatura. **Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 12, n. 42, p. 14-26, 2018.

LEMOS, C, Augusto D, Eduardo V, et al. Influence of diameter and intraradicular post in the stress distribution. Finite element analysis. **Revista de Odontologia da UNESP.** 2016. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.1590/1807-2577.21215>. Acesso em: 05 dez 2023.

MANKAR, S., KUMAR, N. S. M.; KARUNAKARAN, J. V.; KUMAR, S. S. Fracture resistance of teeth restored with cast post and core: An in vitro study. **J Pharm Bioallied Sci.** 2012 Aug; 4(Suppl 2): S197–S202.

MARQUES. J. N; GONZALEZ C. B; SILVA E. M; PEREIRA G. D. S; SIMÃO R. A; PRADO M. Análise comparativa da resistência de união de um cimento convencional e um cimento autoadesivo após diferentes tratamentos na superfície de pinos de fibra de vidro. **Rev Odontol UNESP.** 2016

MELO SÁ, T. C.; AKAKI, E.; MELO SÁ, J. C. Pinos estéticos: qual o melhor sistema? **Arquivo brasileiro odontologia.** 2010;6(3):179-84.

MELO, Amanda R, Almeida, Sales, Madureira, Izabela Taroni, Figueiroa A, Borges E. RECONSTRUÇÃO DE DENTES SEVERAMENTE DESTRUÍDOS COM PINO DE FIBRA DE VIDRO. **Odontologia Clínico-Científica (Online)**. 2015;14(3):725-728. Acesso em: 29.nov. 2023. Disponível em:[http://revodontobvsalud.org/](http://revodontobvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-38882015000300009&script=sci_abstract)

[scielo.php?pid=S1677-38882015000300009&script=sci_abstract](http://revodontobvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-38882015000300009&script=sci_abstract)

MINGUINI M .E; MANTOVANI M. B; LOLLI L. F; SILVA C. O; PROGIANTE P; MARSON F. C. Estudo clínico de pinos intrarradiculares diretos e indiretos em região anterior. **Revista UNINGÁ Review**. Vol.20, n.1, pp.15-20 (Out - Dez 2014)

MIORANDO B; VERMUDT A; GHIZONI J. S; PEREIRA J. R; PAMATO S. Utilização de pinos intra-radiculares. **Journal of Research in Dentistry** 6(1):16-22. 2018

MORO, M.; AGOSTINHO, A. M.; MATSUMOTO, W. Núcleos Metálicos Fundidos X Pinos Pré-Fabricados. In: **Revista Ibero-americana de Prótese Clínica e Laboratorial** 2005; 7(36):167-72

OLIVEIRA R. R; VERMUDT A; GHIZONI J. S; PEREIRA J .R; PAMATO S. Resistência à fratura de dentes reforçados com pinos pré-fabricados: revisão de literatura. **Jornal of Research in Dentistry**. 6(2):35-42. 2018

OLIVEIRA, L. K. B. F. et al. Análise comparativa entre pino de fibra de vidro e núcleo metálico fundido: uma revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 5, p. e51610515236, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/15236/13659/198038>. Acesso em: 06 dez 2023.

PEREIRA H.C; FELICIANO J.A; NASCIMENTO F; PEREIRA V. G; VIANA H. C Aplicação clínica de pino de fibra de vidro: relato de caso. **Revista de Odontologia Contemporânea – ROC** Volume 1 número 2 dezembro 2017.

PINHEIRO, H.A. **Núcleos metálicos fundidos vs pinos de fibra de vidro: 9 anos de um ensaio controlado randomizado**. 2019. 50 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Odontologia, Universidade Federal de Pelotas , Pelotas, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7666664. Acesso em: 06.dez. 2023.

PRADO, MAA, Kohl JCM, Nogueira RD, Martins VRG. Retentores Intrarradiculares: Revisão da Literatura. UNOPAR **Cient Ciênc Biol Saúde**. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-705064>. Acesso em: 05 dez 2023.

ROSA, B.B.V. **Técnicas de remoção de retentores intrarradiculares – um estudo in vitro**. 2019. 39 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Odontologia, Universidade Federal de Pelotas , Pelotas, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7763922. Acesso em: 06.dez. 2023.

SANTOS, F. C. G. MÉTODOS DE ENSAIO PARA RESISTÊNCIA DE UNIÃO DE PINOS DE FIBRA DE VIDRO À DENTINA. Dissertação (Mestrado); Centro de Educação Tecnológico Celso Suckow da Fonseca, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3857134. Acesso em: 28.nov. 2023.

SCELZA, M., Gallito, M., Silva, L., Costa, S., Scelza, P., & Noronha, F. (2017). Bond Strength Evaluation of Two Adhesive Systems in Fiberglass Posts Cementations. **Pesquisa brasileira em odontopediatria e clínica integrada**, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63749543023>.

SHIOZAWA, L. J., Capp, C. I., Mandetta, S., Cara, A. A., Tamaki, R. (2005). Retenção de pinos pré-fabricados e núcleos metálicos fundidos cimentados com cimento resinoso e fosfato de zinco. *RPG Rev Pós Grad.* 12(2) 248-254.
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-457187>.

SILVA, R. V. C., Veronezi, M. C., Dekon, A. F. C., Silva, P. M. B., Silva, Silva, L. M., & Andrade, A. M. (2009). Comparação da resistência à tração entre pinos metálicos (ni/cr) e de fibra de vidro cimentados com cimento resinoso. **Salusvita.** 28(1) 41-51.
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-582291>

SOARES, D. N. S. et al. Estudo comparativo entre pino de fibra de vidro e pino metálico fundido: uma revisão de literatura. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 12, n. 42, p. 996-1005, 2018.

SOUZA E. F., QUEIROZ, P. M.; PENTEADO, M. M.; FABRE, H. S. S. Indicação do uso de pino de fibra de vidro intra-radicular em dentes anteriores: relato de caso clínico. **Rev. odontol. UNESP**, vol.41, nº Especial, p.0, 2012

VALDIVIA J. E. e MACHADO M. E. L. Blindagem coronorradicular simultânea em Endodontia: do preparo radicular à restauração coronária. **Dental press Endod** . 7 (1):32-42. jan-Apr 2017

OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA PROFISSÃO CONTÁBIL*The main impacts of technology on the accounting profession*Leonardo do Espírito Santo de Carvalho¹

¹GOLFARMA, Feira de Santana, Bahia, Brasil, 44091 -100. Bacharel em Ciências Contábeis – UFBA. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIMAM. lescarvalho@outlook.com. <http://lattes.cnpq.br/4071051054928082>

Resumo

A contabilidade tem passado uma significativa evolução impulsionada pelo avanço tecnológico e o advento da inteligência artificial. A transição de sistemas manuais para plataformas digitais permitiu maior eficiência e precisão no registro e análise de dados financeiros, possibilitando relatórios em tempo real e tomadas de decisão mais informadas. Porém esse novo cenário trouxe novas vertentes aos contadores, como a imensa atualização no aprendizado das novas tecnologias e a melhor forma de usá-la a seu favor, utilizando essa imensa massa de dados e a refinando de modo a trazer informações relevantes aos usuários da informação contábil. Desse modo, o objetivo da pesquisa foi demonstrar os principais impactos da tecnologia na profissão contábil, os novos desafios e quais as adaptações esses profissionais precisam ter para que continuem inseridos no ambiente corporativo, tendo papel relevante na tomada de decisão das corporações. A metodologia utilizada foi de uma pesquisa bibliográfica exploratória, buscando informações por meio de artigos, teses, dissertações e meio eletrônico. Os resultados demonstraram que os contadores modernos precisam, além de um alto nível técnico, também de habilidades analíticas e ótimo nível de adaptabilidade para utilizarem a tecnologia a seu favor, com pensamento estratégico focado na visão do negócio em que atuam, levando informações confiáveis e fidedignas que levem as tomadas de decisões mais assertivas para o futuro da corporação.

Palavras-chave: Contabilidade. Informação Contábil. Inteligência Artificial.

Abstract

Accounting has undergone a significant evolution driven by technological advances and the advent of artificial intelligence. The transition from manual systems to digital platforms allowed for greater efficiency and accuracy in the recording and analysis of financial data, enabling real-time reports and more informed decision-making. However, this new scenario brought new aspects to accountants, such as the huge update in learning new technologies and the best way to use it in their favor, using this huge mass of data and refining it in order to bring relevant information to information users. accounting. Thus, the objective of the research was to demonstrate the main impacts of technology on the accounting profession, the new challenges and what adaptations these professionals need to have in order to remain inserted in the corporate environment, playing a relevant role in the decision-making of corporations. The methodology used was an exploratory bibliographical research, seeking information through articles, theses, dissertations and electronic means. The results showed that modern accountants need, in addition to a high technical level, also analytical skills and a great level of adaptability to use technology in their favor, with strategic thinking focused on the vision of the business in which they operate, providing reliable and reliable information. that lead to more assertive decision-making for the future of the corporation.

Keywords: Accounting. Accounting information. Artificial intelligence.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a tecnologia vem desempenhando um papel fundamental na transformação da profissão contábil. A digitalização de processos e a automação de tarefas rotineiras, como lançamentos contábeis e reconciliações, têm se tornado mais comuns (MARTINS et al., 2018). Isso permitiu que os profissionais contábeis economizassem tempo e se concentrassem em atividades de maior valor agregado, como análise de dados e consultoria. Nos últimos anos, houve uma gama de avanços tecnológicos que estão mudando a forma como os contadores trabalham e como as empresas se planejam financeiramente.

Anteriormente, os contadores eram vistos somente como responsáveis pelas demonstrações contábeis, cumprimento das obrigações fiscais e responsáveis pela elaboração de livro caixa e razão. No entanto, essa evolução fez com que o contador assumisse uma função estratégica dentro da organização, aumentando seu caráter de gestor dentro do ambiente em que ele exerce sua função. Para auxiliar o profissional nesses novos desafios, alguns dos principais avanços possíveis de citar são o uso de softwares internos, análise de dados, uso de inteligência artificial, e automatização de processos (SANTOS et al., 2020).

Este tema foi escolhido pela necessidade de atualização dos profissionais de contabilidade frente as mudanças que vem acontecendo na profissão e no meio em que ela existe. É necessária uma profunda reflexão por parte dos contadores, para que atualizem seu conhecimento para que haja uma adaptação mais fácil ao que a tecnologia proporciona na entrega de resultados e melhoria de desempenho.

O objetivo dessa pesquisa é demonstrar as principais mudanças na contabilidade nos últimos anos, o impacto da tecnologia e como os contadores precisam se adequar para essa nova realidade, mostrando detalhadamente cada aspecto novo que essa evolução trouxe para a profissão e como é necessária a adaptação para essas novas soluções tecnológicas.

A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica exploratória, buscando informações por meio de artigos, teses, dissertações e meio eletrônico, que abordam direta ou indiretamente tecnologia, inteligência artificial e suas diversas interações com a profissão contábil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**A EVOLUÇÃO NO PAPEL DO CONTADOR**

A contabilidade, de fato, começou a existir logo que as primeiras formas de transações financeiras foram criadas, para que os indivíduos pudessem organizar e manter seus negócios e, assim, prosperar.

Com o passar do tempo, o desenvolvimento de sistemas de numeração e o surgimento do comércio cada vez mais complexo, a contabilidade também se desenvolveu. Durante a Idade Média, os contadores eram frequentemente ligados às atividades do clero e das ordens religiosas, sendo responsáveis por gerenciar os registros financeiros e prestar contas às autoridades eclesiásticas. Foi nesse período, segundo Sá (2008), que houve o surgimento da sistematização e correlação de causa e efeito.

Durante a Revolução Industrial, no século XVIII, a contabilidade começou a desempenhar um papel crucial nas empresas em rápido crescimento. Os contadores passaram a ser demandados para fornecer informações financeiras precisas e oportunas, auxiliando na gestão eficiente dos recursos e na tomada de decisões estratégicas. O surgimento de empresas de grande porte, a complexidade das transações e as mudanças nas leis e regulamentações tributárias impulsionaram a necessidade de contadores qualificados. Segundo Santos (2011), a primeira empresa especializada em contabilidade foi fundada em 1887, em Nova York, ajudando a contabilidade se tornar, de fato, uma profissão, colaborando com o gerenciamento dos negócios dos comerciantes locais.

Ainda no século XX, o papel principal do contador envolvia o registro e classificação de transações financeiras, a criação de demonstrações financeiras, a análise dos dados financeiros, a elaboração de relatórios fiscais e, também, trabalhos de assessoria contábil e fiscal. Eram responsáveis por garantir que as transações fossem devidamente registradas, que as demonstrações financeiras estivessem precisas e em conformidade com as normas contábeis, para o devido cumprimento das obrigações fiscais.

A evolução tecnológica tem levado a uma mudança no papel dos contadores. Eles estão se tornando mais consultivos e estratégicos, fornecendo insights financeiros para apoiar a tomada de decisões gerenciais. Os contadores estão se

envolvendo em atividades como planejamento tributário, análise de custos, análise de riscos e previsões financeiras.

O ambiente de negócios tornou-se cada vez mais complexo, com desafios como globalização, regulamentações mais rigorosas, avanços tecnológicos e volatilidade econômica. Nesse contexto, as empresas precisam de contadores que possam oferecer insights estratégicos para enfrentar esses desafios e tomar decisões informadas (HANSEN, 2015).

As empresas estão cada vez mais buscando uma abordagem baseada em dados para a tomada de decisões, que, especificamente na contabilidade, é chamada de digital ou on-line (DUARTE; LOMBARDO, 2017). Os contadores possuem conhecimento especializado na interpretação e análise de informações financeiras, tornando-os essenciais para fornecer insights acionáveis com base em dados financeiros e contábeis.

Os contadores têm habilidades únicas para auxiliar no planejamento financeiro de longo prazo e na gestão de riscos. Eles podem ajudar a identificar tendências financeiras, avaliar os impactos de diferentes cenários e desenvolver estratégias para maximizar o desempenho financeiro e minimizar os riscos.

As expectativas em relação aos contadores evoluíram além das tarefas tradicionais, como a preparação de demonstrações financeiras e a conformidade fiscal. As empresas estão buscando profissionais contábeis que possam agregar valor às suas operações, fornecendo análises financeiras, insights estratégicos e orientações para melhorar a eficiência, a lucratividade e o desempenho geral.

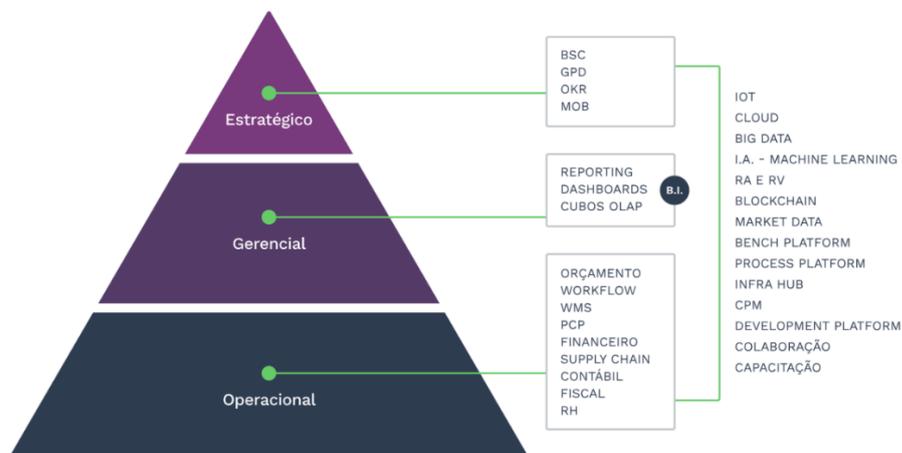
Desse modo, a necessidade do contador se tornar mais estratégico surge da demanda por uma perspectiva mais abrangente e orientada para o futuro. Os contadores são vistos como parceiros estratégicos que contribuem ativamente para o sucesso financeiro e operacional das empresas, ajudando a tomar decisões informadas e sustentáveis em um ambiente de negócios cada vez mais desafiador.

HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA OS CONTADORES MODERNOS

Os contadores modernos precisam de diversas habilidades essenciais que podem ajudar a se destacar no mercado atual. Aqui estão algumas das principais habilidades para contadores modernos:

- Conhecimento em sistemas contábeis: Segundo Oliveira e Hatakeyama (2012), os contadores devem ter um bom entendimento dos sistemas contábeis utilizados no mercado, como ERPs (Enterprise Resource Planning) e softwares específicos de contabilidade. Isso inclui saber como realizar tarefas como lançamentos contábeis, reconciliações, geração de relatórios e análise de dados dentro desses sistemas. Além disso, com o aumento da disponibilidade de dados financeiros, as habilidades de análise de dados são cada vez mais importantes para os contadores. Isso envolve a capacidade de utilizar ferramentas e técnicas de análise de dados para identificar tendências, padrões e insights relevantes nas informações financeiras.

Figura 1: Pirâmide que demonstra onde atuam os diferentes tipos de tecnologia nos três níveis empresariais.



Fonte: <https://www.sankhya.com.br/erp/>

Os ERPs, conforme a Figura 1, são plataforma de apoio em todos os níveis de uma organização, desde a base da pirâmide, operacional, até o mais alto nível de decisão, o estratégico.

- Conhecimento em bancos de dados: Compreender como os bancos de dados funcionam e ter habilidades em consulta de dados (por exemplo, SQL) pode ser útil para os contadores que desejam acessar e analisar informações contábeis armazenadas em sistemas de gestão empresarial ou bancos de dados específicos. Gomes e Braga (2017) afirmam que no cenário atual, o conhecimento na utilização de grandes bancos de dados é uma forma de se destacar no mercado de trabalho e, também, sobreviver no futuro do mercado

da contabilidade. Já Pereira Plá (2019), diz que o conhecimento na gestão de grandes bancos de dados, pode, também, abrir um leque maior no mercado para os contadores, tendo novas posições de gestão no horizonte para os contadores.

- Automação e tecnologia contábil: Familiaridade com a automação de tarefas contábeis e tecnologias contábeis emergentes é uma competência valiosa. Isso inclui o conhecimento de softwares de automação contábil, robótica de processos (RPA), inteligência artificial (IA) aplicada à contabilidade e outras tecnologias que podem melhorar a eficiência e a precisão dos processos contábeis.

Figura 2: Esquema demonstrando as etapas em que os ERPs atuam em uma organização.



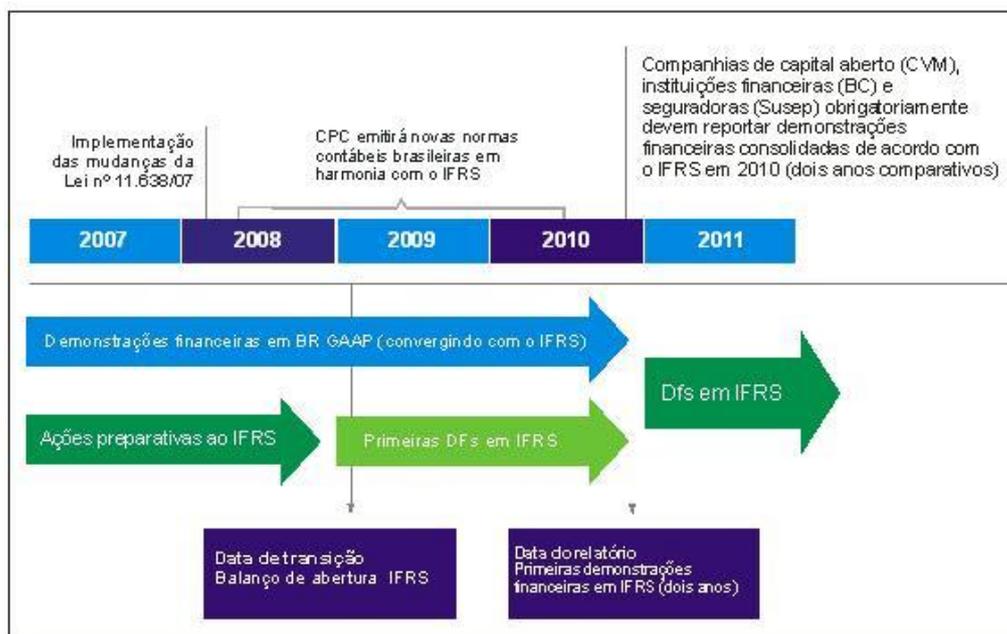
Fonte: <https://grupoqualitat.tech/automacao-robotica-de-processos-rpa-uma-abordagem-360/>

Stodder (2018) diz que as organizações atualmente estão à no afã de novas tecnologias de manipulação de dados, tecnologia em nuvem e bancos de dados, sendo assim, definidas suas estratégias de *Business Intelligence*. Desse modo, a contabilidade gerencial, juntamente com as novas tecnologias, são ferramentas poderosas no planejamento estratégico de qualquer organização empresarial.

- Conhecimento de regulamentações: Os contadores precisam estar atualizados sobre as regulamentações contábeis e fiscais relevantes, como as normas

internacionais de relatórios financeiros (IFRS) e as leis tributárias locais. Isso garante que eles possam aplicar corretamente as regras contábeis e fiscais ao lidar com transações financeiras e relatórios. Segundo (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 1), as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), foram criadas com o principal intuito de normalizar, regular e normatizar as normas contábeis, já que a globalização da economia é cada vez maior, e as organizações também precisam estar na mesma conformidade de dados, seja por questões de transparência de dados, como para efeitos comparativos e benchmarking. Especificamente no Brasil, o período de transição do padrão International Financial Reporting Standards (IFRS) começou em 2008, tendo o início pleno iniciado em 2010.

Figura 3: Figura informando a transição do padrão IFRS no Brasil.



Fonte: Deloitte Touche Tohmatsu - O Brasil na convergência “Um guia prático para a adoção do IFRS” (2008)

Para o contador moderno, que busca ter diferenciais, e conquistar posições mais altas nas organizações empresariais, saber as normas do IFRS no Brasil é crucial para os contadores, pois garante a conformidade legal e melhora a qualidade das informações financeiras. Tudo isso corrobora com o que Marion (2005), quando

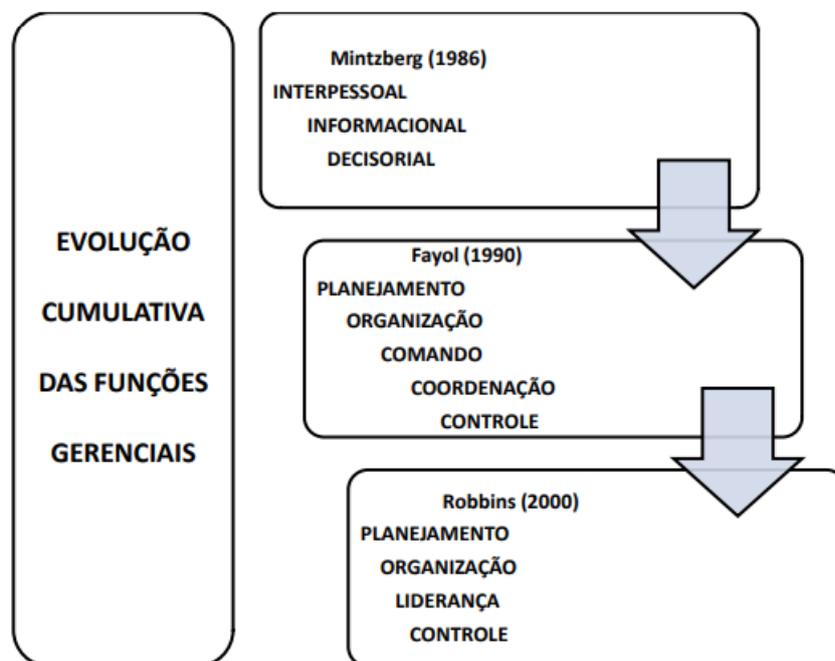
ele diz que o profissional contábil deve ser o mais bem informado de toda a organização empresarial.

NOVAS RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES DO CONTADOR

O contador moderno enfrenta novas funções e responsabilidades devido ao rápido avanço da tecnologia, às mudanças na legislação e às demandas do ambiente de negócios.

Ao longo dos anos, a profissão contábil foi ganhando maior contexto organizacional e um papel maior dentro da esfera estratégica, conforme a Figura 4, abaixo:

Figura 4: Evolução do papel do contador nas organizações.



Fonte: adaptado de Mintzberg (1986), Fayol (1990) e Robbins (2000)

Diante do cenário atual, algumas responsabilidades, e, habilidades, se tornaram chave no papel do contador moderno. Os contadores analisam os dados contábeis para avaliar o desempenho financeiro da empresa. Eles examinam os demonstrativos financeiros, como o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e o fluxo de caixa, identificando tendências, padrões e áreas de preocupação. Essa análise fornece uma visão clara da saúde financeira da organização e ajuda a identificar oportunidades de melhoria.

Dentro dessa avaliação de demonstrativos, passaram à calcular as métricas financeiras-chave que auxiliam na avaliação do desempenho e na tomada de decisões estratégicas, como, por exemplo, índices de rentabilidade, margens de lucro, retorno sobre o investimento (ROI) e outros indicadores relevantes para a empresa, são desenvolvidas as projeções financeiras com base em dados históricos e ajudam na alocação eficiente de recursos para atingir os objetivos estratégicos da organização.

O PAPEL DO CONTADOR NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Na era da inteligência artificial (IA), também conhecida como “Quarta Revolução Industrial” ou “Indústria 4.0”, o papel do contador continua sendo fundamental, no entanto, vem passando transformações significativas dentro de sua profissão e do ambiente corporativo. Segundo Orofino (2019), a automação e digitalização de processos contábeis, o contador se torna um especialista em interpretar e analisar dados, fornecendo insights estratégicos para a tomada de decisões.

Conforme dito por Lopes (2019), um software inteligente, ou uso de robótica, permite a automatização de tarefas rotineiras, como o processamento de transações e a geração de relatórios, liberando tempo para que os contadores se concentrem em atividades de maior valor agregado. Eles desempenham um papel fundamental na implementação e uso de sistemas inteligentes, no desenvolvimento de análises avançadas de dados financeiros e na orientação estratégica para a gestão financeira. Além disso, os contadores na era da inteligência digital, precisam ter habilidades em tecnologia da informação, compreender os aspectos éticos e legais da inteligência artificial e continuar desenvolvendo-se profissionalmente para se adaptarem às mudanças tecnológicas em curso.

DESAFIOS DA ADOÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE

A implementação da Inteligência Artificial (IA) na contabilidade traz consigo uma série de desafios que precisam ser abordados. Um dos desafios mais relevantes, segundo Stodder (2018), é garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados utilizados pela IA. A precisão dos resultados depende diretamente da qualidade dos dados

contábeis disponíveis, o que requer um cuidadoso processo de coleta, limpeza e verificação das informações. Além disso, segundo Kruskopf et al. (2019) a interpretação e a contextualização dos resultados gerados pela IA também representam um desafio, para entender de fato o que é relevante para a empresa. Embora a IA possa processar grandes volumes de dados e gerar insights valiosos, é necessário que os contadores tenham a capacidade de entender e aplicar esses resultados ao contexto contábil específico de cada organização.

METODOLOGIA

Nesta seção foram abordados os processos metodológicos para atingir os objetivos deste artigo. Neste sentido, neste presente artigo, foi uma revisão bibliográfica, de natureza exploratória, com análise documental e levantamento bibliográfico, por meio de artigos, dissertações, teses, livros e meios eletrônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia nas grandes corporações é uma realidade. E os contadores precisam se adaptar a elas, para continuarem relevantes. É preciso entender os benefícios e desafios desse novo momento, para que os profissionais possam galgar novos patamares dentro de sua profissão. Os contadores modernos precisam de um sólido conhecimento técnico em contabilidade, habilidades analíticas para interpretar dados financeiros, competência em tecnologia da informação para lidar com softwares e sistemas contábeis, pensamento estratégico com visão de negócios para contribuir com decisões estratégicas, habilidades de comunicação para apresentar informações financeiras de forma clara e concisa, além da adaptabilidade e disposição para o aprendizado contínuo, considerando as mudanças constantes no campo contábil. Estar aberto ao desenvolvimento contínuo é essencial para acompanhar as demandas do mercado e se destacar na profissão contábil atual. Além disso, os contadores modernos devem estar atualizados com as mudanças regulatórias e tendências do mercado, garantindo conformidade e sustentabilidade financeira. Suas habilidades de comunicação e colaboração são essenciais para interagir com diferentes setores e traduzir informações financeiras complexas para diversos públicos.

REFERÊNCIAS

ANA BÁRBARA PEREIRA PLÁ. **O BIG DATA Comportamental como ferramenta de pesquisa na engenharia de produção: alinhamento metodológico e ferramental.** Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ELISABETH GOMES E FABIANE BRAGA. **Inteligência Competitiva em Tempos de Big Data: Analisando informações e identificando tendências em tempo real.** Alta books 2017.

FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

HANSEN, Jens Erik. **A evolução da Contabilidade: da Idade Média à regulamentação americana.** Pensar Contábil, v. 4, n. 13, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo, Atlas, 2010.

KRUSKOPF, S. et al. **Digital Accounting: Opportunities, Threats and the Human Factor.** Journal of Finance and Risk Perspectives, 8(1-15), 2019.

LIMA, J. B. N. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil. 2010.** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São Paulo, 2010.

LOMBARDO, MARCELO. **Contabilidade Digital x Contabilidade Online: qual é a diferença?.2017.** Disponível em: www.robertodiasduarte.com.br/contabilidade-digital-e-contabilidade-online.

LOPES, C. A. R. **Automatização robótica de processos financeiros: automatização de processos financeiros SAP pela introdução de RPA.** Trabalho de Mestrado em Gestão da Informação, especialização em Gestão do Conhecimento e Inteligência de Negócio. Nova – IMS, Universidade Nova de Lisboa, 2020.

MARION, JOSÉ CARLOS. **Contabilidade empresarial.** 11 ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 2005.

MARTINS, K.; SCHLEMPER, S.; SCHUTZ, T. C.; BRAUN, A. L. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): Como as principais universidades da grande Florianópolis estão preparando os acadêmicos para a era digital da Contabilidade.** Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 7, n. 13, p. 23-36, 2018.

MINTZBERG, H. **Trabalho do executivo: o folclore e o fato.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

OROFINO, M. **Transformação digital: você sabe em que estágio a sua empresa se encontra?** Blog Maria Augusta, [S. l.], p. 1, 2019. Disponível em: <

<https://www.mariaaugusta.com.br/estagio-transformacao-digital/>>. Acesso em: 19 de julho 2023.

Revista Contabilidade e Controladoria, v. 11, n. 3, p. 113-133, 2020

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES Jorge; PEDENEIRAS, Marcleide. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROBBINS, S. P. **Administração: Mudanças e Perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SÁ, A. L. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTOS, B. L.; SUAVE, R.; FERREIRA, M.M.; ALTOÉ, S. M. L. **Profissão contábil em tempos de mudança: Implicações do avanço tecnológico nas atividades em um escritório de contabilidade**. Revista Contabilidade e Controladoria, v. 11, n. 3, p. 113-133, 2020.

SANTOS, FRANKLIN. **Contabilidade básica**. Clube de Autores (managed), 2011.
Stodder, D. **BI and Analytics in the Age of AI and Big Data: Transforming Data With Intelligence**. Best Practices Report, Q4, 2018.

A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS, MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS: NARRATIVAS

The permanence of women in abusive relationships, motivations and psychosocial implications: narratives

Rafaela da Cunha Pinto¹
Cynthia Barreto Santos Souza²

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Licenciada em Pedagogia – UNIFACEMP, Especialista em Coordenação Pedagógica - UNIASSELVI. rafaelacunhapinto@outlook.com <http://lattes.cnpq.br/8181079338137122>.

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Licenciada em Letras – UNEB, Bacharela em Psicologia – UNIFACEMP, Doutora em Família na Sociedade Contemporânea - UCSAL cynthia.souza@facemp.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9009712924310335>

Resumo

O relacionamento abusivo é um grande problema social no Brasil e no mundo; conseqüentemente, muitas mulheres acabam até morrendo por causa de seus parceiros amorosos. Nesse sentido, algumas reflexões são levantadas nesta pesquisa: porque elas permanecem nessa relação, violenta e abusiva, com conseqüências prejudiciais a qualidade de vida e integridade física, social e psicoemocional? quais são as motivações que as levam a continuarem relacionando-se apesar dos abusos? Esse estudo objetiva, por meio de um grupo focal e junto à comunidade do Projeto Acolher, identificar aspectos psicossociais que justifiquem a permanência feminina nesse contexto relacional, ouvindo narrativas, conteúdos emocionais e pessoais das mulheres que experimentaram ou vivenciam relacionamentos abusivos e fazem parte do Acolher. A atividade de campo deve promover a psicoeducação como ferramenta de informação, evidenciando também a importância da psicologia social, quanto ao enfrentamento dessas questões sociais.

Palavras-chave: Relacionamento abusivo. Motivações para permanência. Implicações psicossociais. Psicoeducação. Grupo focal.

Abstract

Abusive relationships are a major social problem in Brazil and around the world; as a result, many women end up dying because of their partners. In this sense, this research raises some questions: why do they remain in this violent and abusive relationship, which has harmful consequences for their quality of life and their physical, social and psycho-emotional integrity? what are the motivations that lead them to remain in the relationship despite the abuse? This study aims, through a focus group and with the Accept Project community, to identify psychosocial aspects that justify women staying in this relational context, listening to the narratives, emotional and personal content of women who have experienced or are experiencing abusive relationships and are part of Accept. The field activity should promote psychoeducation as an information tool, also highlighting the importance of social psychology in tackling these social issues.

Keywords: Abusive relationships. Motivations for staying. Psychosocial implications. Psychoeducation. Focus group.

INTRODUÇÃO

O relacionamento abusivo é um problema social, enraizado culturalmente no Brasil e em diversos países do mundo. Tal mazela ocorre frequentemente com diferentes grupos sociais, mas com o público feminino a incidência é ampliada o que remete à necessidade de uma reflexão cuidadosa e necessária, especialmente em razão dos motivos que, de algum modo, seguram as mulheres em relacionamentos violentos. Nas relações em que os abusos são comuns, é possível identificar episódios de violências diversas, no quais o cônjuge age contra a mulher, violentando-a de forma física: com tapas, socos, empurrões, deixando marcas em seus corpos; agressões verbais: palavras de baixo calão, atingindo a integridade emocional e psicológica; violência patrimonial: ao impedir que a mulher trabalhe, ou retendo em partes ou de modo total a renda dela, ou dificultando o acesso da mulher à sua rede de apoio: família, amigos, colegas de trabalho. A violência contra a mulher aponta para uma realidade que precisa ser estudada, e problematizada: o que motiva essas mulheres a permanecerem em uma relação amorosa que lhe traz tantos malefícios? Sabe-se que socialmente a mulher é vista como um gênero frágil e menos produtivo no que tange aos aspectos de produção de renda, estando em desigualdade salarial em relação ao homem. O mercado de trabalho, no que diz respeito aos salários pagos, ainda mantém a cultura de pagar menos a mulher independente da carga horária de trabalho, currículo profissional. Esse comportamento desvaloriza o grupo feminino e esse pode ser um fator de sujeição ao abuso. A fragilidade financeira das mulheres, a marca social de inferioridade em relação aos grupos masculinos, o papel social de mãe, esposa e dona do lar geram demandas para a figura feminina. O cenário pode propiciar os eventos abusivos e dificultar a sua saída desses ambientes tóxicos. A evidência de altos números de mulheres em relacionamentos fragilizados ocasionou ampliação de medidas jurídicas para amparar esse grupo social, como a lei Maria da Penha e o crime de feminicídio. Os atos jurídicos emergem para punir abusadores e proteger mulheres nesse processo de desvinculação da relação abusiva, na qual vivem ou já viveram. Ao dar voz e vez às narrativas dessas mulheres, pode-se criar um movimento de análise e reflexão acerca das questões sofridas, fazendo-as identificarem o que é um relacionamento tóxico e por meio da psicoeducação, criar possibilidades de saída. Nesse sentido, essa investigação objetivou, por meio de um

grupo focal, ouvir as narrativas de mulheres que frequentam a comunidade Acolher, uma iniciativa que reúne mulheres que vivem em relacionamento abusivo, para entender os motivos da permanência desse estado de violência. Por meio de ações planejadas foi possível acessar suas histórias, aproximar dores, identificar fraquezas, ressignificar experiências, pensar crenças particulares e coletivas que as mantêm em situação de abuso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

RELACIONAMENTO ABUSIVO E BASES TEÓRICAS

O relacionamento abusivo é caracterizado por uma relação conjugal conturbada que não ocorre do modo idealizado por ambas as partes, no qual rompe-se o limite do cuidado para com o outro e ocorre a transição para um processo desfavorável entre o casal, podendo infelizmente levar a finais trágicos em algumas situações.

A mulher não compreende o ato abusivo, vindo de alguém que ela tanto ama, pois como existe uma expectativa de cumplicidade entre o casal, situações que envolvem tal abuso de poder, não é enxergado como algo desfavorável, e sim uma fase, que pode ser justificado por um dia ruim, momentos de estresse acumulado no ambiente de trabalho e/ou familiar.

O relacionamento abusivo pode ser definido, em linhas gerais, como uma relação na qual são praticados atos de agressão para com a vítima de modo a torná-la submissa, prevalecendo uma convivência abusiva, não somente constatada pela violência física, como também psicológica, verbal e sexual. (LEÃO; TERRA; GRECO; MILCZARSKI, 2017, p. 1)

Diante dessa disfunção no envolvimento amoroso e na vida do casal, inicia-se o desrespeito para com o outro, desmotivando e enfraquecendo os vínculos formados, menosprezando assim a individualidade e a potencialidade do cônjuge abusado.

Muitas das vezes, ocorre a ideia de que o homem pode exercer essa dominação sob a mulher evidenciando o machismo cultural, advindo de uma construção social patriarcal.

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulheres, filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o

patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. (CASTELLS, 2010, p. 169)

Diante do cenário cultural que sobrepõe o poder do homem, as mulheres são estatisticamente abusadas de diversas formas por seus parceiros amorosos e o quesito patriarcal facilita essa exaltação do masculino sob o feminino, uma relação conturbada de poder, como aponta Araújo (2008, p. 4) “Muitas delas internalizam a dominação masculina como algo natural e não conseguem romper com a situação de violência e opressão que vivem”.

As principais conseqüências desse processo tóxico podem ser observadas tanto no aspecto social quanto emocional. As repercussões sociais mais comuns são: receio do divórcio quando estão casadas judicialmente ou em união estável, sentimento de inferioridade perante essa perda amorosa e quando o casal possui filhos, dificuldade em desvincular, visto que os filhos sofreriam as conseqüências psicológicas e financeiras perante a separação. Ainda, dificuldade em reestabelecer a vida laboral no que tange aos aspectos profissionais, vivenciar a burocracia dos tribunais no que diz respeito a guarda, pensão alimentícia e ou divisão de bens.

Já as repercussões psicossociais são: oscilação contínua de humor, depressão, ansiedade. A mulher que muitas vezes é invalidada nessa relação percebe então uma tristeza recorrente, desmotivação diante das situações corriqueiras, enfraquecimento de vínculos com seus familiares e amigos, resistência em iniciar um novo relacionamento, sentimento de incapacidade para com as situações vindouras.

O tema e repercussões biopsicossociais carecem de ser disseminados em todas as esferas de comunicação, serve para alertar mulheres, porque isso garante o direito a qualidade de vida, garantindo o pleno gozo de atribuições mentais e sociais. É crescente o maior engajamento das mídias sociais, digitais e dos diversos meios comunicativos que se esforçam para trazer à tona assuntos como esse. A problemática é ilustrada em programas televisivos como novelas e até em reality shows, situações que, de modo fictício ou real, alertam a população feminina dos possíveis riscos de um relacionamento abusivo.

MOTIVAÇÕES DAS MULHERES PARA A PERMANÊNCIA NESSE TIPO DE RELACIONAMENTO

As mulheres perpassam por essa construção social do que é o amor e o que esperar dele desde pequenas, sendo ensinadas sobre ser as princesas que estão à espera de um príncipe encantado, que normalmente aparecem em um cavalo branco todo disposto a se doar por um relacionamento afetivo. Do mesmo modo, as mídias retratam esse ideal de forma bastante conturbada e indefinida, produzindo um padrão romântico inalcançável, indestrutível e feliz para todos os que se envolvem em relacionamento conjugal.

Assim sendo, por acreditarem no amor eterno, muitas mulheres apostam tudo em seus relacionamentos. Elas muitas vezes perdoam os episódios violentos dos parceiros, acreditando em uma possível mudança ou melhora, e isso acaba se tornando um ciclo vicioso. Segundo Walker (1979) esse ciclo de violência é composto por três fases: acumulação da tensão, a explosão e o comportamento carinhoso. Por isso é comum momentos de violência extrema e pedidos de desculpas, uma garantia do arrependimento e da mudança.

A acumulação de tensão é observada quando o conjugue sempre está em situação de alerta, muitas vezes demonstrando irritação constante diante de pequenas coisas comuns à rotina do casal como: a possibilidade de a mulher trabalhar fora, questões da limpeza e organização da casa, educação e proteção dos filhos e pagamento de contas. Na explosão, o parceiro começa a quebrar os utensílios da casa, utiliza-se da violência emocional e psicológica para agredir a mulher, entra em vias de fato, agredindo-a fisicamente. Por fim, o comportamento carinhoso que consiste no pedido de desculpas, entrega de presentes, palavras de afeição e amor que como consequência acontece o perdão da situação.

Desse modo percebe-se uma atitude feminina de idas e voltas na relação. O evento estressor afeta negativamente a mulher, pois conseqüentemente acontece uma frustração enorme diante desse laço amoroso, a mesma se doa e acredita que o “namoro” ou “casamento” precisa dar certo, tendo a base esse relacionamento idealizado anteriormente, influenciado pela perspectiva, de gênero, de submissão, do amor romântico, do patriarcalismo e da inferioridade.

O que há é um processo vicioso, que distancia a vítima da saída dessa relação costumeira, repetitiva, maldosa, violenta. Existe uma insatisfação, tristeza pelas

vivências experimentadas e ao mesmo tempo muito medo. São planos de chantagem emocional, restrição de liberdade de ir e vir, ressalva sexual: no sentido de poder ou não usar anticoncepcionais, ou outros métodos de prevenção, ocorre a gravidez não planejada. Há uma potencialização da baixa autoestima, sentimento de incapacidade, tristeza profunda e angústias.

Existem ainda outros fatores que dificultam a quebra dessa violência como: perspectivas financeiras, pois o homem em grande parte dos casos é o mantenedor da família, a vergonha social de não ter tido um relacionamento duradouro. Caso o casal tenha filhos, o divórcio torna-se tardio em favor dos filhos, além da perspectiva social de que a mulher precisa sempre estar atrelada a um homem para ter sucesso tanto pessoal quanto profissional e sexual.

TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MULHERES QUE PERMANECEM EM UM RELACIONAMENTO ABUSIVO

Em situação de relacionamento abusivo, grande parte das mulheres são violentadas de diversas maneiras e infelizmente não se dão conta desse acontecimento. Elas são influenciadas pelos parceiros que as convencem de que o que acontece na relação, tem o intuito de promover o bem estar e a formação de vínculos mais fortes para com o cônjuge. Assim sendo, elas sempre vivenciam o ciclo vicioso de retorno, após tentativa de desvencilhar-se do relacionamento abusivo. Muitas são ameaçadas e são violentadas, mediante qualquer tentativa de afastamento. Elas muitas vezes, não reconhecem seus direitos.

A lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como lei Maria da Penha, especifica todos os tipos de abusos que as mulheres podem passar durante sua vida em um ambiente conjugal, de natureza “física, psicológica, moral, sexual e patrimonial” (Lei nº 13.340/2006).

Os artigos da lei descrevem as possíveis formas de violência e possibilitam uma maior compreensão do que é relacionamento abusivo, além de como identificá-lo. O texto evidencia os atos dos abusadores a fim de que os abusados possam enfim compreender que passaram ou passam pela experiência. A lei informa, distribui conteúdos necessários para uma possível conscientização do problema. Há uma correspondência de intenção com o processo da psicoeducação, estratégia educativa muitas vezes utilizada pelo profissional de Psicologia.

O relacionamento abusivo pode tornar-se algo criminoso no sentido de que o agressor, diante de toda sua masculinidade tóxica e abuso de poder, começa a violentar seu par de modo indiscriminado, atentando contra sua integridade e principalmente contra a sua vida. Quando a mulher se percebe nesse ambiente, ela deve direcionar-se as autoridades da lei para garantir sua saúde e paz. A depender da situação, ela é direcionada para a busca da medida protetiva que garante à mesma, um certo grau de segurança. Essa ação é um quesito da lei que afiança à mulher, uma distância segura do agressor em potencial.

Apesar da medida protetiva, grande parte das mulheres abusadas infelizmente acabam morrendo com a decisão judicial em mãos. Isso mostra o quanto é fraca as ações em prol da vida feminina, no Brasil. Essa falha no sistema jurídico brasileiro cria indignação a esse público. A sensação é de incapacidade perante o problema. O grande número de mulheres assassinadas em razão do relacionamento abusivo estimulou as autoridades governamentais a criarem a lei do Femicídio, com as seguintes especificações:

Homicídio qualificado § 2º [...]

Femicídio

VI – contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º – A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I – violência doméstica e familiar;

II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Aumento de pena

§ 7º – A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II – contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III – na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

(Lei 13.104/2015)

Diante de tantas fatalidades e descumprimento das leis que protegem mulheres abusadas de seus abusadores, as mulheres se veem acudadas a permanecerem nesse processo, muita das vezes, desanimadas e sem esperança de desvinculação com o agressor.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo que tem como propósito evidenciar as narrativas colhidas em um grupo de suporte para as mulheres

em relacionamento abusivo, utilizando o grupo focal composto por mulheres que vivem, ou vivenciaram o relacionamento abusivo, todas elas participantes da pesquisa e frequentes no Acolher que é uma iniciativa particular de apoio a essas mulheres.

Morgan (1997) define “grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais”. A proposta de participação do grupo Acolher nesse estudo advém da aproximação com a idealizadora do projeto. O referido grupo possui uma página nas mídias sociais (Instagram) com 450 seguidores; na página é possível ler sobre as iniciativas de acolhimento e informação para mulheres em situação de abuso.

Sobre entrevistas e interações grupais, associadas à metodologia grupo focal, inicialmente foi proposto a criação de rodas de conversa, com mulheres que já frequentam o grupo, acompanhado os relatos de caso narrados e troca de informações caracterizadas como ação de psicoeducação.

Para Pennix et al. (1999) “A psicoeducação também pode ser realizada em grupo, no qual há a oportunidade para diálogo, aprendizagem social, suporte, constituição de redes de apoio e reforço diante de mudanças positivas”.

Nos encontros foram disparadas perguntas norteadoras, com o intuito de analisar as vivências do relacionamento abusivo, seus aspectos emocionais e sociais, levando em consideração o sigilo da pesquisa: as participantes não terão suas vozes e imagens gravadas ou veiculadas em qualquer tipo de mídia sendo ela digital ou não. Utilizou-se diários de campo, para a transcrição das narrativas das mulheres envolvidas a fim de ser fiel às suas falas e contribuições para essa pesquisa.

Para tal iniciativa as participantes assinaram um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para que elas estejam amparadas eticamente, diante de todo o fazer da pesquisa científica. Os principais riscos que poderiam surgir são: reviver a violência por meio da contação dos fatos, desconfortos emocionais, possível abalo emocional desencadeado pelos quesitos levantados. Os benefícios são encorajar outras mulheres a conhecerem o que é um relacionamento abusivo, a criação de uma rede de empatia e sororidade para com aquelas que passam, ou já passaram por esse processo.

Salienta-se que a pesquisa obteve a aprovação do respectivo projeto pelo CEP/CONEP; devido ao sigilo ético da requerida pesquisa os nomes das colaboradoras não aparecerão, sendo substituídas por nome de flores: Violeta (39 anos, 2 filhos) Rosa (26 anos sem filhos) Margarida (33 anos, 3 filhos) Hortênsia (25

anos, 1 filho) e Camélia (41 anos, 2 filhos) simbolicamente no intuito de valorizar suas características e potencialidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca de respostas para a pergunta norteadora dessa investigação: o que motiva as mulheres a permanecerem em relacionamento abusivo, deu-se mediante pesquisa exploratória e de campo, a partir de um grupo focal. O grupo constituído de mulheres com experiências nesse tipo de relacionamentos participou de três intervenções orientadas pelos objetivos específicos desse estudo.

O primeiro encontro teve início com a exposição da pesquisa, convite para participação dela, leitura e assinaturas do termo de consentimento livre e esclarecido TCLE, entre outros acordos e esclarecimentos devidos. Feita seleção das mulheres que livremente desejaram ser participantes do estudo, deu-se início a roda de conversa, mediada pela pesquisadora. Foi exibido o episódio de número oito da série *Maid*, disponível na Netflix. A série conta a história de Alex Russell uma jovem estadunidense que vive a violência doméstica provinda de seu marido Sean Boyd; ambos tiveram uma filha chamada Maddy Boyd, no episódio em questão, a cena evidenciada gira em volta do retorno da mulher abusada para o seio familiar, junto ao agressor em potencial.

Após a apresentação do episódio oito, algumas perguntas disparadoras foram feitas, dentre elas: 1 - Por que Alex retorna ao relacionamento em que estava? 2 - Quem pode recontar a história de Alex? 3 - O que Alex poderia fazer para sair da situação? Todas as mulheres contribuíram positivamente e algumas falas foram destacadas. Os nomes que denominam as mulheres são nomes de flores. Isso foi feito para não identificá-las:

A mulher precisa voltar porque ela não tem para onde ir, não tem apoio de pai, irmãos, enfim ninguém da família, como ela vai sair? As vezes o marido ameaça que se ela sair, ele vai onde ela estiver buscar e depois vai matar todo mundo, os filhos, e se matar logo em seguida, ai a gente fica com medo né! (MARGARIDA)

Se for da igreja pior, que os pastores falam que precisa orar, perdoar, que as vezes é o espírito maligno agindo, é só continuar orando que ele vai mudar, não sei disso não! (VIOLETA)

Ela volta porque não tem como trabalhar, quem vai cuidar da menina dela? O medo de passar necessidades é grande, a pessoa se sente desamparada, sem ninguém para contar (ROSA)

A pessoa tenta sair, ai no meu caso mesmo que tenho filhos, meu ex marido, chamou o conselho tutelar, enquanto eu trabalhava em uma pizzeria, dizendo que ali não era lugar de criança. Lembro que quando eu sai de casa que

depois retornei haviam bilhetes por toda parte, me chamando de puta, vagabunda, foi horrível (CAMÉLIA)
Quando eu fui denunciar na polícia eles me deram vários papéis para marcar, sobre vários tipos de violência, tinha até sexual (HORTÊNSIA)

Sobre as falas, importante destacar ausência de rede de apoio, esforço do agressor para atrapalhar a vinculação da mulher com amigos e família, assistência dificultada, manutenção das mulheres nesse ambiente doentio, além dos julgamentos pelo fracasso da relação com o cônjuge. Na fala de Margarida, a violência emocional, quando o agressor traz a ideia suicida por causa do possível término do relacionamento.

A manipulação psicológica comum em algumas instituições religiosas, também dificultam a libertação dessas mulheres, pois elas ficam presas a sociedade ao como serão vistas diante de um escândalo religioso e da possível separação. Camélia traz de uma forma bem evidente a violência moral, quando descreve os bilhetes que encontrou em casa, após a saída do relacionamento tóxico.

Quando Hortênsia fala sobre a violência sexual é possível perceber que muitas mulheres sofrem estupros diários, por não saberem que sexo sem permissão é abuso. Ao cederem elas não percebem a inviabilização de seus direitos e o apagamento de sua voz. Esse tipo específico de violência torna-se algo corriqueiro no lar do casal, por falta de informação a violência é perpetuada.

No segundo encontro do grupo focal o planejamento foi direcionado para os tipos de violência (física, psicológica, doméstica, sexual, patrimonial e moral). Foi apresentado um episódio do documentário chamado ANÔNIMA e as perguntas disparadoras foram: 1-Quais os tipos de violência sofrida pela protagonista? 2-Quais os motivos fizeram a protagonista voltar ao relacionamento antigo? 3-Como ela conseguiu se desvincular do relacionamento abusivo? As falas:

Nós mulheres temos o costume de dizer que ele muda com o tempo, mas na verdade tem uns que até pioram quando está com a mulher no mesmo teto. (ROSA)

Tem homem que força a mulher a ter relações, para que ela fique presa ao casamento por ter muitos filhos para cuidar. (VIOLETA)

Quando ele me viu com o corpo todo diferente depois da gravidez, falou que se eu largasse ele, nenhum homem mais ia me querer, com filho e ainda toda “derrubada”. (MARGARIDA)

Já ouvi várias vezes você está reclamando de que? Ele não te bate, põe comida na mesa, e eu me sentia culpada as vezes, porque isso era verdade, mas ele quebrava tudo dentro de casa quando era contrariado e eu sentia medo. (CAMÉLIA)

Quantas vezes ele falou que eu não servia para trabalhar fora, que eu só sabia fazer coisas de casa e isso me deixava triste. (HORTÊNSIA)

Quando Rosa fala da esperança que a mulher tem de mudança, retorna-se a ideia de ciclo vicioso pois existem promessas que não são cumpridas, e muitas vezes as mulheres desanimam enquanto esperam essa transformação do parceiro, que retornam a ações agressivas depois de pouco tempo, deixando-as angustiadas diante da situação. Elas evidenciam frustração por idealizar uma relação que na prática não condiz com a realidade.

Percebe-se a violência psicológica de diferentes formas na fala de Margarida, quando ela relata a fala maldosa do homem ao referir-se ao corpo dela; as mudanças corporais na mulher são reais, e legitimam a vida de um filho, transformações emocionais, corporais e hormonais, uma comparação injusta do físico antes e pós gestação. Sobre violência psicológica lê-se:

Esse tipo de violência ocorre primariamente, e perdura durante todo o ciclo de violência; somando-se a essa, com o passar do tempo outras formas de violência vão sendo incorporadas. Dessa forma, a violência psicológica ocorre sempre a priori. Observa-se nas vítimas sofrimento psíquico segundo elas mais intenso do que a violência na forma de agressão física. (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012)

Esse tipo de gesto violento faz com que a mulher se julgue o tempo todo e conseqüentemente tenha sua autoestima rebaixada; isso a torna mais insegura, porque ela tem dificuldades de se enxergar como antes. O receio de sair de um relacionamento e não encontrar mais ninguém desaponta as futuras expectativas diante dessa saída da relação, fazendo com que essas mulheres continuem a sofrer constantes violações e não se desvinculem, pois no momento não é perceptível a possibilidades de novas relações.

A violência física normalmente é a mais fácil de ser reconhecida dentro das relações tóxicas. Enquanto o homem não agride o corpo da mulher, suas ações não são consideradas violentas e sim impulsivas: se a mulher não aparece com hematomas não é tido como violência.

Segundo Davis (1994, p. 25) “Mulher” se tornou símbolo de “mãe” e “dona de casa”; termos que carregam a marca fatal da inferioridade”. Hortênsia transmite em sua fala um pesar no sentido de que o companheiro não a valida, e demonstra uma certa subalternidade com relação a sua mulher, porque quando ele traz que ela só serve para realizar os afazeres domésticos, a menospreza no âmbito profissional e muitas vezes invisibiliza suas contribuições no lar do casal.

No terceiro encontro o foco principal foi ouvir relatos de mulheres que passaram pelo processo de relação abusiva, e como elas se sentiram, quais pensamentos vem à mente ao falar sobre violência doméstica e principalmente porque elas permanecem no relacionamento abusivo.

Quando eu resolvi me separar de meu marido, várias vezes ele me ligou falando que estava passando na frente de minha porta e que minha morte estava encomendada. (CAMÉLIA)

Quando quis me separar meu marido falou que eu não seria ninguém sem ele, e que voltaria implorando por um teto e uma cesta básica. (ROSA)

Quando estava desmamando meu filho, ele chorava muito, e meu marido não gostava do barulho, xingava muito e me deu um tapa no braço. (HORTÊNSIA)

Quando falava que ia me separar as pessoas falavam ele é um bom rapaz, trabalha não fuma, não bebe, você que está sendo encrenqueira, muitas vezes eu me sentia culpada pelo relacionamento conturbado que vivia. (MARGARIDA)

O medo do amanhã é algo que assusta muito as mulheres que querem se desvincular desses relacionamentos complicados, porque muitas vezes os maridos assumem o papel de mantenedor financeiro da família. Abandonar esse relacionamento significa abrir mão de um apoio financeiro fundamental para o bem estar dos envolvidos. Outro fator de grande importância é a culpa que recai sobre a mulher de um possível fracasso no que diz respeito a criação dos filhos e duração do casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa foi uma experiência super interessante; ouvir as narrativas dessas mulheres surpreendeu positivamente no que diz respeito à compreensão do que é e como foi esse processo abusivo, conhecer essas mulheres por meio do projeto Acolher possibilitou uma reflexão genuína de como as mulheres são invalidadas diariamente e caladas muitas vezes, sem possuir autonomia em suas relações e vidas, muitas delas apresentaram desconhecer quais os tipos de violência que passaram.

O grupo focal possibilitou o ecoar de vozes silenciadas a muito tempo, e participar deste grupo foi uma experiência bastante significativa, uma vez que todas as envolvidas se sentiram livres para falar de assuntos que anteriormente não

poderiam falar. Estar próxima a outras mulheres evidenciou um sentimento de pertencimento a um grupo forte e resiliente.

A violência traz cicatrizes reais e suas marcas perduram por anos; por isso o olhar atento para essa temática é algo crucial, pois o processo abusivo é uma construção social fincada em valores e cultura de inferioridade que persegue o grupo feminino, e, quando no relacionamento tem alguém com maior poder o outro automaticamente torna-se subjugado, violentado e menosprezado. Ouvi-las foi esclarecedor. Os três encontros foram pensados de modo que elas se sentissem confiantes para dialogarem com a liberdade. Foi possível pensar no amor leve, respeitador e principalmente benevolente.

Existe uma linha tênue entre dois interesses e um só caminho. O relacionamento saudável é sim possível desde quando os envolvidos se respeitem e prezem pelo bem estar do outro. As narrativas construídas são de uma força grandiosa; estar em grupo de suporte fortalece a voz de todas as mulheres brutalmente caladas. Foi possível enxergar que a permanência é multifatorial e perpassa por muitos fenômenos sociais, como o patriarcalismo, inferioridade do público feminino, vulnerabilidade financeira, insegurança, ansiedade referente ao amanhã, falta de informação, violações de inúmeras formas, falta de rede de apoio, pressão psicológica e social. A psicologia pode contribuir no que tange ao apoio a essas mulheres como o acolhimento, escuta especializada, psicoeducação e a valorização da subjetividade feminina.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X200800030012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 07 mai. 2023.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

DAVIS, Angela. **1944-Mulheres, raça e classe**. Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais**. Psicologia & Sociedade. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LEÃO, Bruna Marques; TERRA Júlia Moraes; GRECO Vitória Luiza Duzac e MILCZARSKI, Vitória Luiza de Camargo. **Relacionamento Abusivo: O patriarcado e suas influências na atualidade**. Revista Eletrônica, Materializando Conhecimentos. P. 1, 2017.

MORGAN, D. L. **The Focus Group Guidebook**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

PENNINX, B. W.; VAN TILBURG, T.; KRIEGSMAN, D. M., BOEKE, A. J., DEEG, D. J. & van EIJK, J. T. (1999). **Social network, social support, and loneliness in older persons with diferente chronic diseases**. Journal of Aging and Health, 11, 151-168.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil** [internet]. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

WALKER, Leonor. **The Battered Women**. New York. Harper and Row Publishers, Inc. 1979.